



Estratégia de Integração da Resiliência Climática e Gestão do Risco de Desastres nos Programas de Desenvolvimento da FDC (2024 - 2034)

Um caminho rumo à promoção de agendas de desenvolvimento local compatíveis com o clima em Moçambique



DOCUMENTO ELABORADO POR:

NASCIMENTO NHANTUMBO

Especialista em Agricultura e Desenvolvimento de Meios de Subsistência Sustentáveis Orientados para o Mercado

GENITO MAURE

Especialista em gestão dos riscos climáticos e de Desastres

HÉLDER NHAMAZE

Especialista em Conflitos e Gestão de Resposta Humanitária

EDGAR COSSA

Especialista em Análise Organizacional e Políticas Públicas

COORDENAÇÃO:

DIONÍSIO JACINTO VARELA

Gestor de Projectos de Redução do Risco de Desastres/ Emergência/Segurança Alimentar e Meios de Subsistência

MÉRCIA TEMBE

Oficial de Segurança Alimentar e Nutricional

TAIRA PENE

Oficial de Energias Renováveis

DESIGN BY:

ZUMBO MEDIA, LDA

info@zumbomedia.com

© Zumbo Media, Lda - 2024

AVISO LEGAL: A elaboração deste documento foi possível graças ao apoio e colaboração da equipe da FDC. O conteúdo deste documento é de responsabilidade exclusiva da FDC, e não reflecte necessariamente as opiniões da Zumbo Media, Lda.

ACRÓNIMOS

APS	Agente Polivalente de Saúde
BMGF	Fundação Bill & Melinda Gates
CCGD	Conselho de Coordenação de Gestão e Redução do Risco de Desastres
CCPCDN	Conselho de Coordenação para a Prevenção e Combate aos Desastres Naturais
CENOE	Centro Nacional Operativo de Emergência
CERUM	Centros de Recursos e Uso Múltiplo
CLGRD	Comité Local de Gestão e Redução do Risco de Desastres
CoP	Comunidades de Prática
COE	Centros Operacionais de Emergência
CTGRD	Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres
CTE	Comité Técnico de Emergência
CTPGRD	Conselho Técnico Provincial de Gestão e Redução do Risco de Desastres
CTDGRD	Conselho Técnico Distrital de Gestão e Redução do Risco de Desastres
EHN	Equipa Humanitária Nacional
FDC	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
GdM	Governo de Moçambique
GRRD	Gestão e Redução do Risco de Desastres
INAM	Instituto Nacional de Meteorologia
INGD	Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres
IOF	Inquérito sobre Orçamento Familiar
OCB	Organização Comunitária de Base
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PDI	Pessoas Deslocadas Internamente
PESOD	Plano Económico e Social e Orçamento Distrital
PESOP	Plano Económico e Social e Orçamento Provincial
ERH	Emergência e Resposta Humanitária
PAMRDC	Plano de Acção Multisectorial para Redução da Desnutrição Crónica
PCR	Grupos de Poupança e Crédito Rotativo
PDRRD	Plano Director de Redução do Risco de Desastres
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SBCC	Comunicação para Mudança Social e Comportamental
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestrutura
WASH	Água, Saneamento e Higiene

LISTA DE FIGURAS

- 16 FIGURA 1:** ESTRUTURA MULTISSECTORIAL DE GESTÃO E REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES EM MOÇAMBIQUE
- 18 FIGURA 2:** ESTRUTURA DESCENTRALIZADA DO INGD PARA GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES EM MOÇAMBIQUE
- 20 FIGURA 3:** ESTRUTURA DO CENTRO NACIONAL DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA (CENOE) NA COORDENAÇÃO DOS PROCESSOS DE EMERGÊNCIA
- 21 FIGURA 4:** ESTRUTURA DO MECANISMO DE GESTÃO DE DESASTRES A NÍVEL LOCAL
- 22 FIGURA 5:** ESTRUTURA DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO DE EMERGÊNCIA
- 26 FIGURA 6:** UMA VISÃO GERAL DO ACTUAL CIRCUITO DO FLUXO DE INFORMAÇÃO NO SUBSISTEMA MOÇAMBICANO DE AVISO PRÉVIO E ALERTA (NOGUEIRA, 2019). NO DIAGRAMA ACIMA, AS LINHAS SÓLIDAS INDICAM O FLUXO DE INFORMAÇÃO DE ALERTA PRECOCE PARA A COMUNIDADE. AS LINHAS TRACEJADAS INDICAM O FLUXO DE INFORMAÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PÓS-DESASTRE (PDNA) DA COMUNIDADE PARA O INGD
- 26 FIGURA 7:** PLATAFORMA ELECTRÓNICA USADA PARA GARANTIR O FLUXO DE INFORMAÇÃO ENTRE OS VÁRIOS INTERVENIENTES
- 27 FIGURA 8:** MECANISMO DE PARTILHA DE INFORMAÇÃO EM DIFERENTES NÍVEIS E MEIOS USADOS PARA CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÃO
- 29 FIGURA 9:** COMPOSIÇÃO DOS AGRUPAMENTOS E REPRESENTATIVIDADE DAS AGÊNCIAS LOCAIS, INTERNACIONAIS E BASEADAS NAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INTERVENÇÃO DE RESPOSTA HUMANITÁRIA EM CABO DELGADO
- 34 FIGURA 10:** PRESENÇA GEOGRÁFICA DA FDC A NÍVEL DISTRITAL, COM BASE NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO CHAVE DOS PROJECTOS DA FDC: A FIGURA MOSTRA, IGUALMENTE, OS DISTRITOS EM QUE SE VERIFICA UMA SOBREPOSIÇÃO DE PROJECTOS, O QUE CONTRIBUI PARA UMA MAIOR INTEGRAÇÃO DE PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO

- 38 FIGURA 11:** O DIAGRAMA APRESENTA A ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL DA UNIDADE DA FDC DE AGRICULTURA, SAN E DIVERSIFICAÇÃO DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA PARA GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS NA PRODUÇÃO LOCAL E NOS SISTEMAS ALIMENTARES
- 66 FIGURA 12:** ÁREAS-CHAVE PARA INTERVENÇÃO
- 73 FIGURA 13:** DISTRITOS PARA IMPLEMENTAÇÃO PILOTO DA ESTRATÉGIA
- 74 FIGURA 14:** PAPÉIS ESTRATÉGICOS DA FDC À LUZ DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E GRRD NO DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DE INTERVENÇÕES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

LISTA DE TABELAS

- 36 TABELA 1:** Distribuição do pessoal indirecto remunerado da FDC pelas províncias de intervenção. O rácio número de agregados familiares rurais por membro do pessoal demonstra que a Fundação utiliza eficazmente a sua rede de pessoal remunerado para implementar programas de desenvolvimento local - um rácio baseado na teoria de difusão de inovação e calculado para atestar quantos agregados familiares cada membro do pessoal teria de intervir, considerando uma necessidade de penetração de 5-7% para estimular mudanças.
- 52 TABELA 2:** Quadro de registo do objectivo estratégico
- 72 TABELA 3:** Locais de teste prioritários seleccionados para operacionalização pela FDC da sua estratégia de reforço da resiliência climática e de integração da gestão e redução do risco de desastres
- 85 TABELA 4:** Projecção orçamental para implementação da estratégia de integração de acções de melhoria de resiliência climática e GRRD nos programas e intervenções de apoio ao desenvolvimento comunitário promovidos pela FDC

PREFÁCIO

A Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) foi criada em 1994, com a convicção de que a pobreza e a fome no meio rural, apesar de serem inevitáveis no contexto pós-guerra civil em Moçambique, não eram aceitáveis. Por conseguinte, esforços combinados e direccionados para combater ambas e melhorar os padrões de vida no meio rural eram urgentes. Para tal, os membros fundadores acreditavam que mudanças estruturais e sociais profundas eram necessárias, para garantir um envolvimento efectivo de todos os actores relevantes, no sentido de trabalhar com o Governo de Moçambique (GdM) na concepção e implementação de intervenções de desenvolvimento inclusivas e localmente viáveis, com vista a combater de forma inteligente a pobreza, a fome e as desigualdades sociais. Contudo, hoje, passados quase 30 anos da criação da FDC, apesar dos esforços do GdM e de parceiros de desenvolvimento, o país continua a enfrentar os mesmos problemas, i.e., pobreza e fome exacerbados, em parte, por um deficiente acesso a serviços primários básicos e uma fraca rede de infra-estruturas de apoio, particularmente no meio rural, onde a efectividade das intervenções é afectada por vários factores.

Os desastres climáticos têm sido intensificados pela localização geográfica de Moçambique, ao longo do canal do Índico e na zona de descarga das bacias hidrográficas do Limpopo, Zambeze, Revuè - Búzi e Púnguè, que tornam o país altamente propenso a ciclones tropicais, inundações e secas cíclicas que afectam, de forma significativa, a materialização das agendas de desenvolvimento local. Nos últimos 20 anos, Moçambique foi afectado por cerca de 15 ciclones tropicais, sendo Idai, Kenneth, Eloise, Gombe e Freddy os mais recentes. No entanto, secas cíclicas, principalmente nas regiões semiáridas das províncias de Gaza, Maputo, Inhambane, Manica, Tete, Sofala e Zambézia - regiões agro-ecológicas R1, R2, R3 e R6, devido à sua natureza sorradeira, têm recebido uma atenção limitada por parte dos diferentes actores (governo, sociedade civil, sector privado) no que diz respeito a operacionalização de iniciativas de adaptação e resiliência às alterações climáticas. Mas é fundamental para ambos os contextos integrar a necessidade de melhoria de resiliência e gestão de riscos climáticos nas agendas de governação e desenvolvimento local. Para tal, modelos de desenvolvimento compatíveis com o clima, através dos quais todos os intervenientes relevantes são envolvidos no processo de desenho, implementação e monitoria activa da efectividade



“A FDC acredita que as organizações da sociedade civil (OSC) locais e organizações comunitárias de base (OCB) podem desempenhar um papel para além da janela de aviso prévio e resposta humanitária...”

Senhora Graça Machel

Presidente do Conselho de Administração, da FDC

de planos multianuais e multisectoriais de melhoria de resiliência climática, são necessários para ajudar a melhorar os níveis de prevenção, prontidão, mitigação, resposta, recuperação e reconstrução pós-choque, bem como a convivência com os eventos sem pôr em causa os meios de vida, assim como o bem-estar social das comunidades e famílias afectadas.

A FDC acredita que as organizações da sociedade civil (OSC) locais e organizações comunitárias de base (OCB) podem desempenhar um papel para além da janela de aviso prévio e resposta humanitária, através de acções para fortalecer a capacidade local, com vista a elaborar, implementar e monitorar planos multianuais de construção de resiliência climática relevantes para cada contexto. É partindo desta premissa que a FDC iniciou um processo de reflexão, para (i) entender o panorama actual da cadeia de Gestão e Redução do Risco de Desastres (GRRD), Emergência e Resposta Humanitária (ERH) em Moçambique, (ii) identificar as principais lacunas e desafios operacionais no funcionamento

da cadeia de GRRD em Moçambique, bem como (iii) identificar as oportunidades existentes para o envolvimento das OSC-OCB e como melhor posicionar a Fundação como um actor relevante e parceiro confiável na promoção de medidas de melhoria de resiliência climática. No entanto, para orientar a participação da FDC na cadeia de Gestão e Redução do Risco de Desastres, bem como no processo de integração de acções de melhoria de resiliência climática nas agendas de desenvolvimento local, um documento estratégico é necessário.

O presente plano estratégico tem como objectivo guiar o processo de integração da construção e melhoria de resiliência e gestão de riscos climáticos nos programas de desenvolvimento da FDC, num um horizonte temporal de 10 anos, i.e., 2024-2034. A estratégia estabelece as aspirações da Fundação de se posicionar como um parceiro nacional relevante e confiável, para a operacionalização de agendas de desenvolvimento local compatíveis com o clima, bem como para a implementação de acções ao longo da cadeia de GRRD em Moçambique. A participação da FDC neste processo será regida por protocolos operacionais para o desenho participativo e implementação de programas de desenvolvimento compatíveis com o clima centrados no fortalecimento da capacidade local - instituições do Governo, OSC-OCB - e na mobilização da participação do sector privado, financeiro, academia e pesquisa, parceiros de desenvolvimento e, acima de tudo, da comunidade no processo de desenho, implementação e monitoria contínua de planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática a nível institucional, comunitário e do agregado familiar.

ÍNDICE

ACRÓNIMOS	3		
LISTA DE FIGURAS	4		
LISTA DE TABELAS	5		
PREFÁCIO	6		
CAPÍTULO I: CONTEXTO DA GESTÃO E REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES EM MOÇAMBIQUE			
1. INTRODUÇÃO	12		
1.1 Quadro Legal de Gestão do Risco de Desastres Naturais e Pontos de Entrada para o Envolvimento Activo das OSC-OCB's na Cadeia de Gestão de Risco Climático e Desastres Naturais em Moçambique	14		
1.1.1 Contexto da Gestão do Risco Climático e de Desastres em Moçambique	14		
1.2 Cadeia de Comando da Gestão do Risco de Desastres: Lacunas Operacionais e Pontos de Entrada Chave para o envolvimento activo da sociedade civil local	24		
1.3 Representatividade das OCS-OCB's na cadeia de GRRD e resposta humanitária	29		
1.3.1 Financiamento desigual para as zonas de risco de seca e de ciclones e inundações	31		
1.3.2 A interligação entre GRRD, Conflitos e a adesão de moçambique aos protocolos internacionais sobre GRRD - o quadro do Marco de Sendai	32		
1.4 Oportunidades e desafios para a FDC se tornar um actor chave no apoio a integração da gestão de riscos climáticos nas agendas de governação e programas do desenvolvimento local	33		
1.4.1 Avaliação do Arranjo institucional - pontos fortes e fracos da FDC	40		
CAPÍTULO II: VISÃO ESTRATÉGICA			
2.1 METODOLOGIA E RELEVÂNCIA DA ESTRATÉGIA PARA A FDC	44		
2.1.1 Princípios	45		
2.1.2 Visão Estratégica	47		
2.2 OBJECTIVO GERAL	49		
2.2.1 Objectivo estratégico	49		
2.3 INTEGRAÇÃO DA RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E DA GESTÃO DO RISCO DE DESASTRES NAS ÁREAS CHAVE DE INTERVENÇÃO DA FDC	56		
2.3.1 Pilar 1. Desenvolvimento comunitário	56		
2.3.2 Pilar 2. Advocacia de igualdade e justiça social	57		
2.3.3 Pilar 3. Desenvolvimento Organizacional	58		
2.4 INTEGRAÇÃO DA RESILIÊNCIA NOS PROGRAMAS SECTORIAIS DA FDC	59		
2.5 AVISO PRÉVIO E ACÇÕES ANTECIPADAS	59		
2.6 AGRICULTURA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	60		
2.7 MELHORIA DE ACESSO A ÁGUA POTÁVEL, PRODUCTIVA E SANEAMENTO DO MEIO	61		
2.8 ABRIGO - HABITAÇÃO CONDIGNA E QUINTAIS PRODUTIVOS	62		
2.9 SAÚDE PÚBLICA	63		
2.10 EDUCAÇÃO FORMAL (T-VET) E INFORMAL (FUNCIONAL)	64		
CAPÍTULO 3: ABORDAGEM DE IMPLEMENTAÇÃO			
3.1 PRINCIPAIS DOCUMENTOS DE SUPORTE	70		
3.2 COBERTURA GEOGRÁFICA: LOCAIS DE CO-CRIAÇÃO E VALIDAÇÃO DE MODELOS	71		
3.3 PAPÉIS ESTRATÉGICOS DA FUNDAÇÃO	74		
3.4 SUSTENTABILIDADE	76		
CAPÍTULO 4: MONITORIA, AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM (MEAL)			
4.1 PROCEDIMENTOS DE MEAL	80		
4.2 APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO	81		
CAPÍTULO 5: ORÇAMENTO PREVISIONAL E FONTES DE FINANCIAMENTO			
84			
REFERÊNCIAS			
	86		



CAPÍTULO I

**CONTEXTO DA
GESTÃO E REDUÇÃO
DO RISCO DE
DESASTRES EM
MOÇAMBIQUE**

1. INTRODUÇÃO

A FDC foi criada em 1994, sob a convicção de que, no contexto pós-guerra civil, a pobreza e a fome no meio rural, apesar de inevitáveis, não eram aceitáveis. Por conseguinte, era necessário envidar esforços direccionados a combater ambas e melhorar os padrões de vida das comunidades rurais moçambicanas afectadas pela guerra e das pessoas deslocadas que regressavam às suas zonas de origem. Para tal, os membros fundadores da FDC acreditavam que mudanças estruturais e sociais profundas eram necessárias, para envolver efectivamente todos os intervenientes relevantes, no sentido de trabalhar activamente com o Governo de Moçambique (GdM) na concepção e implementação de intervenções de desenvolvimento localmente viáveis e inclusivas, com vista a combater de forma inteligente a pobreza, a fome e todos os tipos de desigualdades sociais. Contudo, passados quase 30 anos da criação da FDC, o país continua a enfrentar os mesmos desafios e variáveis novas foram acrescentadas à já complexa equação de desenvolvimento rural em Moçambique.

Entre 2000 e 2022, choques climáticos recorrentes, como ciclones tropicais, cheias e secas, juntamente com a instabilidade político-militar em algumas

regiões do país, afectaram directamente a vida de mais de 2 milhões de moçambicanos. A pandemia da Covid-19 e outras emergências de saúde pública relacionadas ao clima, como surtos de cólera, malária e diarreia, também tiveram impacto significativo na materialização das agendas de desenvolvimento de Moçambique. Portanto, tendo em conta o recente histórico de eventos climáticos extremos em Moçambique, é crucial melhorar a capacidade local de desenhar, implementar e monitorar agendas e programas de desenvolvimento local compatíveis com o clima, i.e., capazes de integrar acções de gestão de risco climático, bem como a construção de resiliência climática a longo prazo e, deste modo, melhorar o nível de prontidão, prevenção, adaptação, resposta e recuperação pós-choque das comunidades mais vulneráveis.

O processo de integração da gestão de risco e melhoria da resiliência climática nas agendas de governação e desenvolvimento local passa, no entanto, pelo fortalecimento da capacidade e participação dos governos locais, OSC-OCB e comunidades de risco. Neste processo, garantir que os governos locais e comunidades se tornem

actores-chave na concepção, implementação e monitoria da efectividade de planos multianuais de gestão de risco e melhoria de resiliência climática é fundamental, para institucionalizar acções de melhoria da prevenção, prontidão, resposta, recuperação e reconstrução pós-choque a nível institucional, comunitário e do agregado familiar. Garantir a participação activa das OSC-OCB neste processo é um passo fundamental, para melhorar a eficácia e a sustentabilidade a longo prazo das acções de operacionalização da cadeia de gestão de riscos climáticos em Moçambique. No entanto, muito pouco tem sido feito nesse sentido no país, ademais, a gestão do risco de desastres e da resposta a situações de emergência/desastres só é efectiva com uma correcta e eficiente coordenação, assim como troca de informações entre os diversos actores a todos os níveis. E, em especial, a participação das comunidades neste processo é imperiosa e crucial nas acções de prevenção e mitigação dos desastres.

Apesar de se reconhecer que ainda há muito por fazer, um esforço imediato para dotar as OSC-OCB de capacidades técnicas e meios materiais necessários para se tornarem mais activas no apoio ao GdM e às comunidades de risco na construção de resiliência climática é necessário. Ao fazê-lo, é

também importante melhorar a capacidade local de informar e influenciar o processo de migração de abordagens de curto prazo para programas multianuais de criação e melhoria da resiliência climática a longo prazo. Esta mudança de abordagem é extremamente importante, principalmente se tomarmos em conta o facto de que, até 2021, o financiamento total para resposta humanitária pós-choque aumentou para cerca de 31 biliões de dólares americanos. Embora, a nível internacional, o financiamento para a GRRD tenha duplicado na última década, os fundos têm sido direccionados principalmente à promoção de respostas de curto prazo. É tendo em conta o histórico recente de Moçambique no referente a eventos climáticos extremos e emergências de saúde pública associadas ao clima que a FDC se envolveu nesta reflexão interna e esforço de transformação auto-imposto para elaborar um instrumento - estratégia que ajude a orientar o processo de integração de acções de construção e melhoria de resiliência climática e GRRD nos seus programas de apoio às agendas de desenvolvimento local, como meio de se posicionar como um parceiro local fiável na operacionalização da cadeia de gestão de risco de desastres em Moçambique.

¹<https://www.alnap.org/help-library/annual-report-2021-%E2%80%93-2022>

1.1 QUADRO LEGAL DE GESTÃO DO RISCO DE DESASTRES E PONTOS DE ENTRADA PARA O ENVOLVIMENTO ACTIVO DAS OSC-OCB NA CADEIA DE GESTÃO DE RISCO CLIMÁTICO E DESASTRES EM MOÇAMBIQUE

1.1.1 Contexto da Gestão do Risco Climático e de Desastres em Moçambique

Devido à sua localização geográfica, na foz das bacias hidrográficas do Limpopo, Zambeze, Púnguè e Revuè - Búzi, Moçambique tem sido afectado por numerosos desastres - ciclones ao longo da linha costeira e cheias nas extensas planícies aluviais das províncias de Gaza, Tete, Manica, Sofala e Zambézia. Em resultado, no período 1979-2019, cerca de 15 distritos ao longo do Vale do Zambeze, no Centro de Moçambique - províncias de Tete, Manica, Zambézia e Sofala, registaram mais de quatro cheias. No mesmo período, sete distritos das províncias de Manica e Sofala, situados ao longo da bacia do Revuè-Púnguè, registaram mais de cinco inundações durante a época chuvosa. Todos estes distritos estão situados ao longo das bacias hidrográficas do Zambeze, baixo Licungo, Revuè-Búzi e Púnguè. Tempestades e ciclones tropicais também afectaram significativamente a zona costeira de Moçambique. No Sul de Moçambique, Zavala, Jangamo, Maxixe, Morrumbene, Inharrime, Massinga, Vilankulo e Govuro foram os distritos mais afectados, com mais de cinco ciclones, no período 1979-2019. Parte destes distritos também foi fortemente afectada pelo ciclone Freddy, entre Fevereiro e Março de 2023. No Centro de Moçambique, Machanga, Chibabava, Búzi, Beira, Marromeu, Maganja da Costa, Mocubela e Pebane foram os distritos mais afectados por ciclones, tendo registado mais de cinco eventos. Moma, Larde, Angoche, Mossuril, Monapo e Nacala-a-Velha, ao longo da linha costeira do norte de Moçambique, registaram o maior número de ciclones.

Para além do elevado risco de ocorrência de ciclones e cheias ao longo das planícies aluviais das principais bacias hidrográficas que atravessam o país e da linha costeira, o interior de Moçambique, mais especificamente os distritos de Gaza, Inhambane, Maputo e uma parte da linha costeira do sul de Moçambique na RAE - 1, 2, 3, a cintura seca do centro de Moçambique que atravessa os distritos do Vale do Zambeze nas províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambézia - RAE 6, sofrem secas cíclicas. Na maior parte dos distritos propensos à seca, a precipitação anual varia entre 300-800 mm. No interior dos distritos da província de Gaza, por exemplo, as secas são acompanhadas por um alto risco de perda de culturas, isto é, nessas zonas, existe uma probabilidade

de fracasso de culturas que varia entre 45 e 75%, devido à precipitação insuficiente em várias comunidades dos distritos de Massingir, Chicualacuala, Mapai, Mabalane, Massangena e Chigubo (Reddy, 1985 a-b). Contudo, o facto de parte desses distritos estar localizada ao longo dos rios Limpopo e Save garante-lhes um potencial único para irrigação que é ainda pouco explorado. No interior dos distritos secos de Gaza, ao longo do rio Limpopo, com algumas comunidades situadas na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo, o conflito homem-elefante (HEC) é também um factor a ter em conta e constitui uma limitante ao aproveitamento da água para produção irrigada.

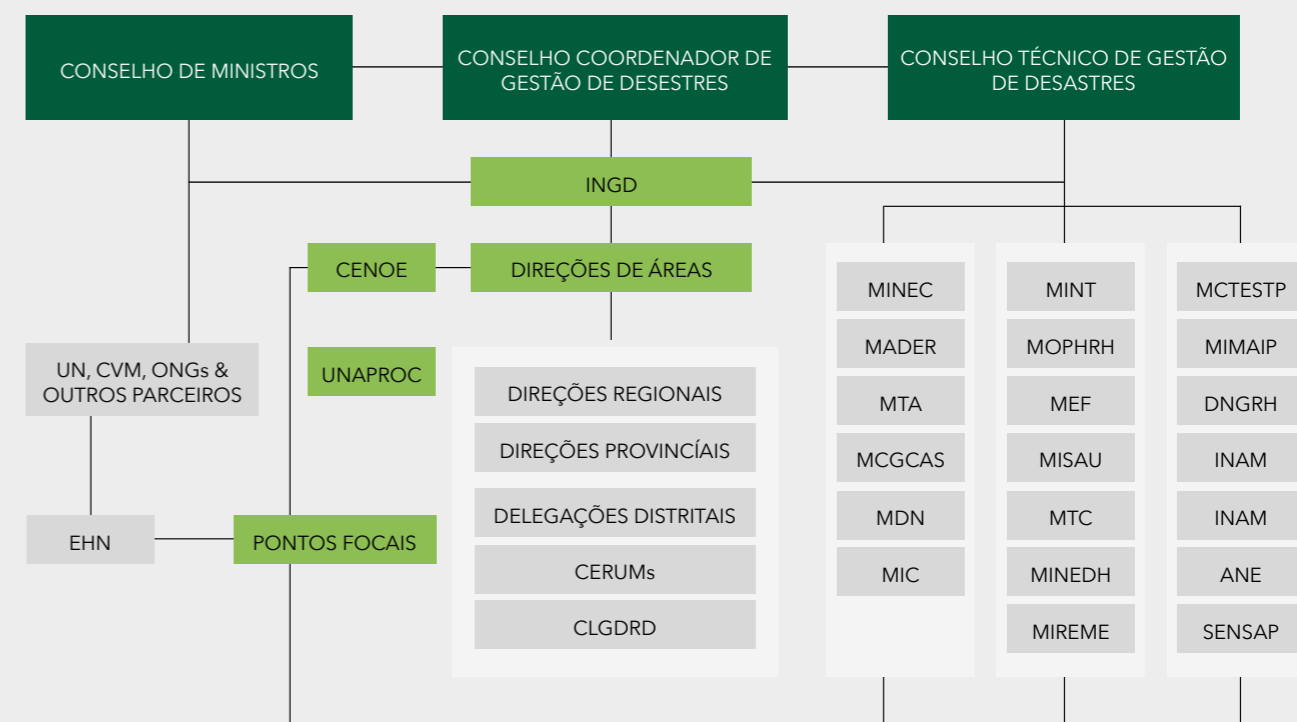
Para combater os riscos recorrentes de ciclones, cheias e secas em Moçambique, o GdM tem adoptado, desde 1999, uma postura forte em relação à Gestão e Redução do Risco de Desastres (GRRD). O comprometimento do GdM com a gestão e redução do risco de desastres ficou claro através do estabelecimento do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), em 1999, que substituiu o Conselho de Coordenação para a Prevenção e Combate de Desastres (CCPCD) e o Departamento de Prevenção e Combate de Calamidades (DPCCM), criado pelo Decreto Presidencial nº. 44/80, de 3 de Setembro de 1980. A criação do INGC resulta da introdução da legislação para a Gestão e Redução do Risco de Desastres constante da Resolução nº 18/99, de 18 de Junho de 1999.

A política moçambicana de Gestão e Redução do Risco de Desastres usou, principalmente, sistemas participativos de aviso prévio centrados no envolvimento activo da comunidade. A alocação de fundos de contingência para apoiar na recuperação dos meios de subsistência era, também, parte deste quadro legal inicial de GRRD. Contudo, para uma implementação efectiva do quadro legal de GRRD no país, foi adoptada uma abordagem multisectorial, centrada no envolvimento activo de todos os sectores relevantes do Governo. O Conselho Coordenador de Gestão de Desastres (CCGD), sob tutela do Conselho de Ministros, presidido pelo Primeiro-Ministro, é o órgão político e de tomada de decisões na governança da cadeia de GRRD em Moçambique, que

assegura toda a coordenação multisectorial. O CCGD é aconselhado pelo Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres (CTGRD), um órgão multisectorial composto por representantes do Governo e membros da Equipa Humanitária do País, composta principalmente por agências das Nações Unidas, ONG internacionais e doadores (figura 1). Esta estrutura de gestão de desastres a nível central é replicada a nível provincial e distrital, através dos Centros Operacionais de Emergência - COE (figura 2). Uma componente crucial do mecanismo local de gestão de desastres é o Comité Local de Gestão de Risco de Desastres (CLGRD), composto principalmente por voluntários seleccionados a nível da comunidade, através de um processo participativo e que apoiam todas as actividades de Gestão e Redução do Risco de Desastres, antes e depois do evento.

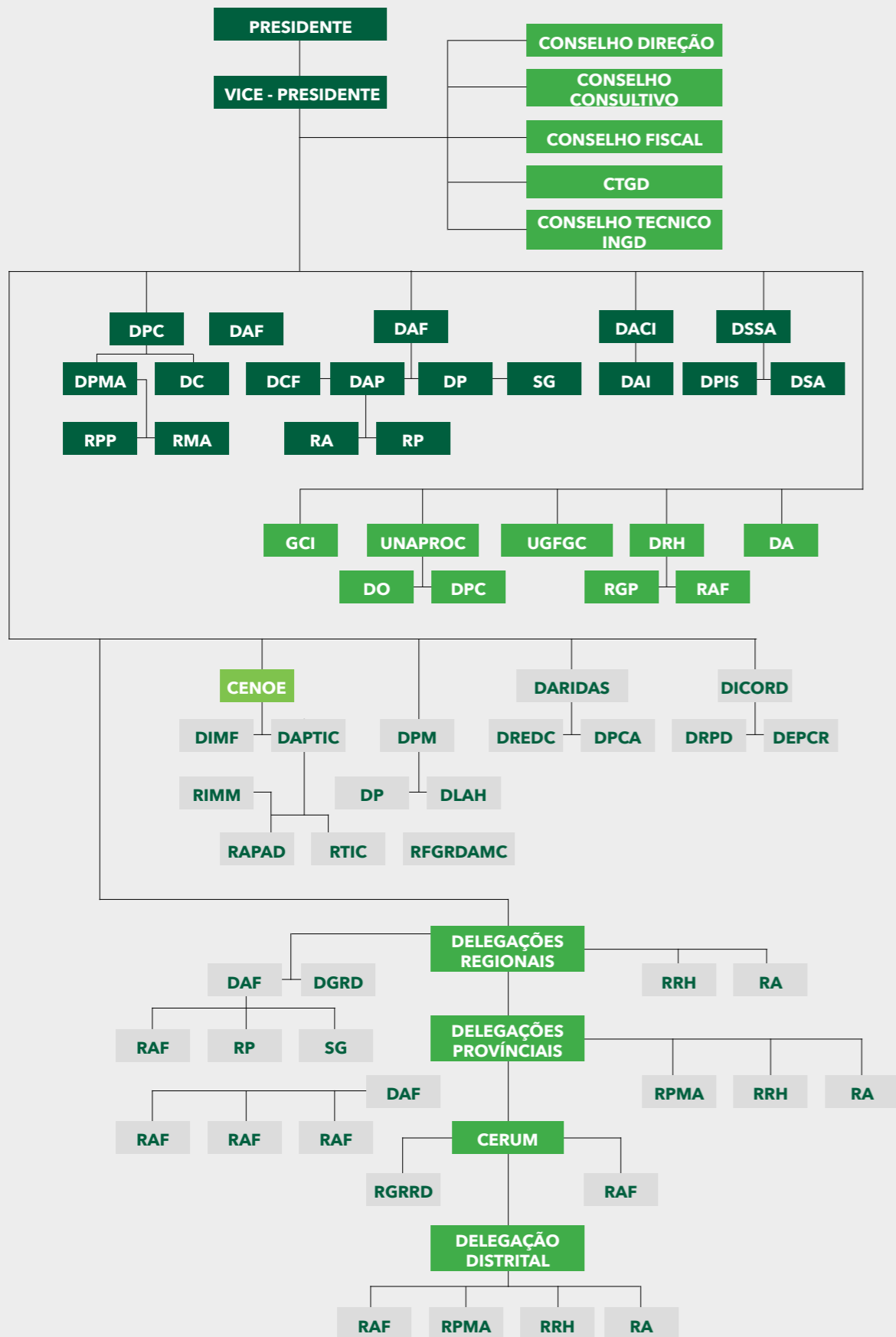
O Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) é o braço executivo do CCGD, responsável pela coordenação das actividades de GRRD

a nível operacional, à luz da sua estrutura descentralizada (figura 3). O INGD está, agora, sob alçada do Gabinete do Primeiro-Ministro, depois de ter funcionado sob alçada do Ministério da Administração Estatal e da Função Pública, uma vez que o organismo antecessor estava sob alçada do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Além disso, nas suas actividades de coordenação da resposta a desastres, o INGD é apoiado pelo Centro Nacional de Operações de Emergência - CENOE, que, por sua vez, é apoiado pela Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC), para ajudar nas actividades de busca e salvamento. Ao nível local, o INGD operacionaliza as suas acções em estreita colaboração e coordenação com o mecanismo de gestão de desastres, que inclui diferentes sectores, incluindo parceiros/ONG, sector privado (figura 4). Os parceiros de desenvolvimento liderados pela Organização das Nações Unidas (ONU) cooperam com o Governo no âmbito desta estrutura e o seu esforço colectivo é liderado pela Equipa Humanitária Nacional - EHN (figura 5).



- HCT** Equipa Humanitária Nacional
- CENOE** Centro Nacional Operativo de Emergência
- UNAPROC** Unidade Nacional de Protecção Civil
- CERUM** Centros de Recursos e Uso Múltiplo
- CLGRD** Comité Local de Gestão e Redução do Risco de Desastres

Figura 1: Estrutura multisectorial de Gestão e Redução do Risco de Desastres em Moçambique



- CTGD** Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres
- CENOE** Centro Nacional Operativo de Emergência
- DPM** Divisão de Prevenção e Mitigação
- DARIDAS** Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-áridas
- DICORD** Divisão de Coordenação da Reconstrução Pós-Desastres
- DPC** Divisão de Planificação e Cooperação
- DAF** Departamento de Administração e Finanças
- DACI** Divisão de Auditoria e Controlo Interno
- DSSA** Gabinete de Salvaguardas Sociais e Ambientais
- GCI** Gabinete de Comunicação e Imagem
- UNAPROC** Unidade Nacional de Protecção Civil
- UGFGC** Unidade de Gestão do Fundo de Gestão e Redução do Risco de Desastres
- DRH** Departamento de Recursos Humanos
- DA** Departamento das Aquisições
- DIMF** Departamento de Informação e Monitoria de Fenómenos
- DAPTIC** Departamento de Aviso Prévio e Tecnologias de Informação e Comunicação
- DP** Departamento de Prevenção
- DLAH** Departamento de Logística e Assistência Humanitária
- DREDC** Departamento de Reabilitação Ecológica e Desenvolvimento Comunitário
- DPCA** Departamento de Promoção e Conservação de Água
- DRPD** Departamento de Reconstrução Pós-Desastres
- DEPCR** Departamento de Estudos e Projetos para Construção Resiliente
- DPMA** Departamento de Planificação, Monitoria e Avaliação
- DC** Departamento de Cooperação
- DCF** Departamento de Contabilidade e Finanças
- DAP** Departamento de Administração e Património
- SG** Secretaria Geral
- DAI** Departamento de Auditoria Interna
- DPIS** Departamento de Protecção e Inclusão Social
- DSA** Departamento de Salvaguardas Ambientais
- DO** Departamento de Operações
- DPC** Departamento de Protecção Civil
- RGP** Repartição de Gestão de Pessoal
- RAF** Repartição de Avaliação e Formação
- RIMM** Repartição de Informação, Monitoria e Mapeamento
- RAPAD** Repartição de Aviso Prévio e Análise de Dados
- RFGRDAMC** Repartição de Formações em Gestão do Risco de Desastre e Adaptação as Mudanças Climáticas
- RPP** Repartição de Planificação e Projectos
- RMA** Repartição de Monitoria e Avaliação
- RA** Repartição de Aquisições
- RP** Repartição de Património
- DGRRD** Departamento de Gestão e Redução do Risco de Desastres
- RRH** Repartição de Recursos Humanos
- RA** Repartição de Administração
- RPMA** Repartição de Planificação, Monitoria e Avaliação
- RAF** Repartição de Administração e Finanças
- CERUM** Centros de Recurso e de Uso Múltiplo
- RGRRD** Repartição de Gestão e Redução do Risco de Desastres

Figura 2: Estrutura descentralizada do INGD para Gestão de Risco de Desastres em Moçambique

CENOE / COE

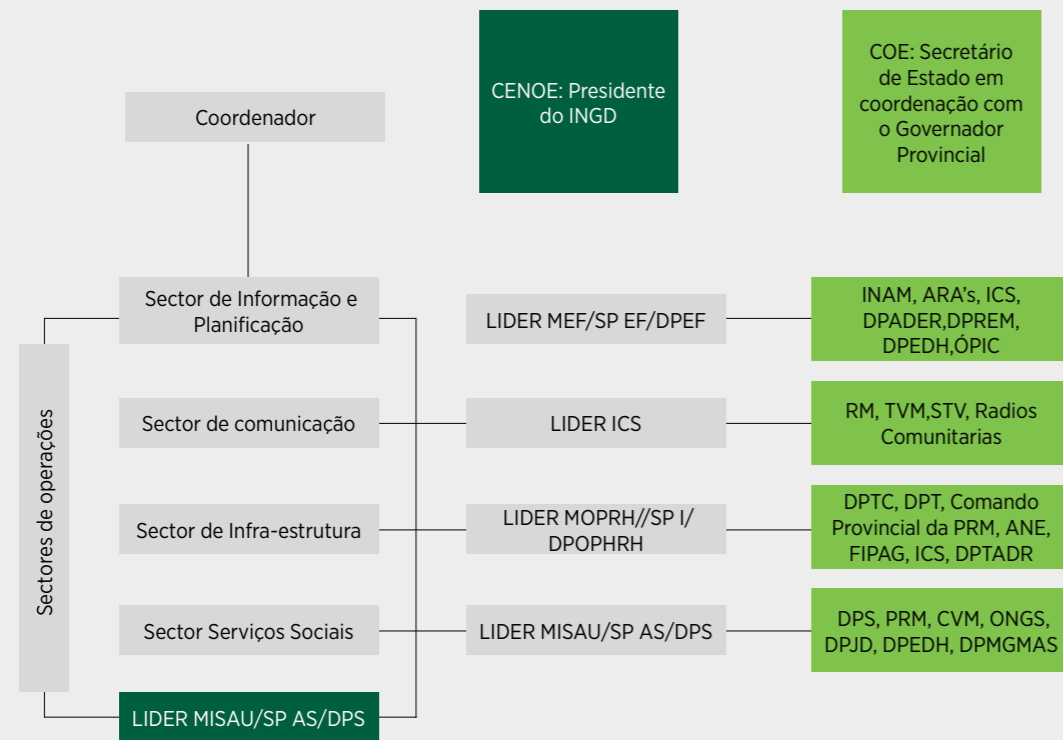


Figura 3: Estrutura do Centro Nacional de Operações de Emergência (CENOE) na coordenação dos processos de emergência

Mecanismo de Gestão de Desastres - Nível Local

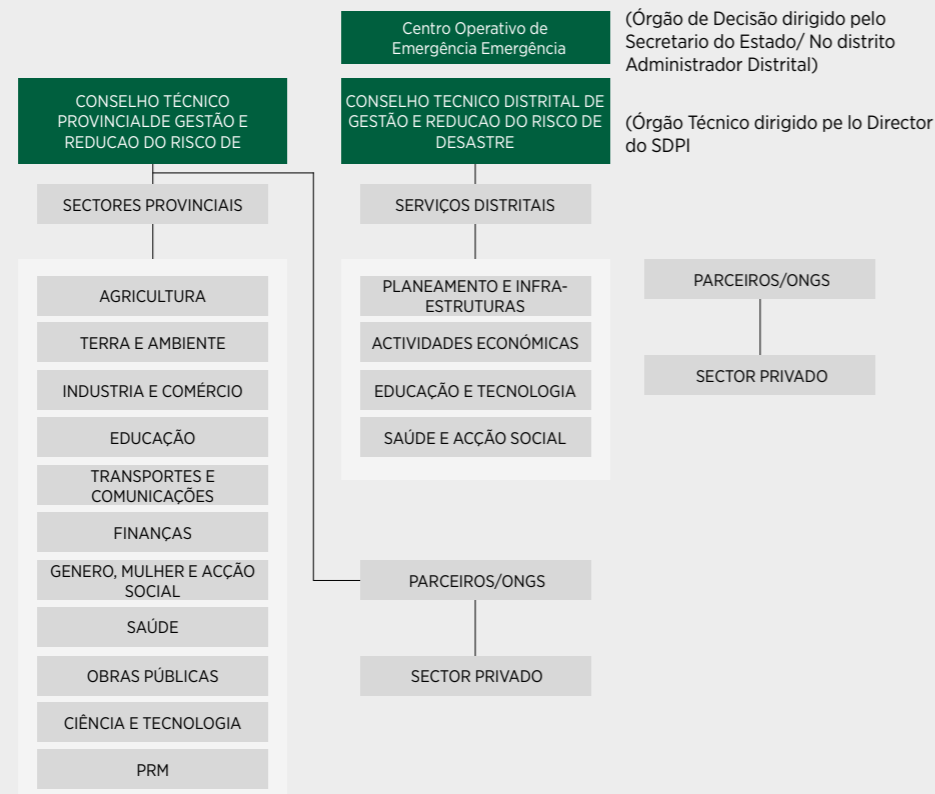
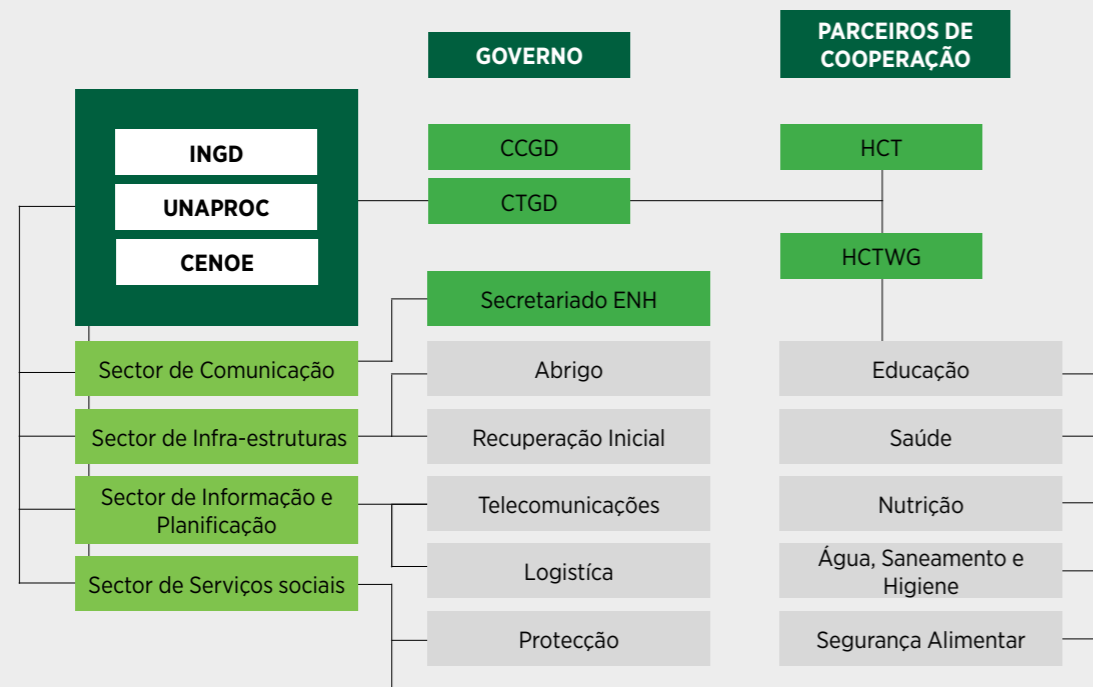


Figura 4: Estrutura do mecanismo de gestão de desastres a nível local



A estrutura abaixo mostra como as informações fluem durante uma emergência, sendo que os parceiros e a equipa humanitária seguem o comando dado pelo Governo.

Mecanismos de Coordenação de Emergência



CTGD Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres

CCGD Conselho Coordenador de Gestão do Redução do Risco de Desastres

Figura 5: Estrutura do do mecanismo de coordenação de emergência

Através dos seguintes dispositivos normativos, designadamente, Lei 15/2014, de 20 de Junho de 2014, e a Lei 10/2020, de 24 de Agosto de 2020, foi estabelecida uma estrutura descentralizada para a GRRD. A nova estrutura inclui os Centros Operativos de Emergência a nível regional, provincial e distrital, bem como os Comitês Locais de Gestão de Risco de Desastres (figura 1). A nível comunitário, a implementação é garantida por uma rede de CLGRD. Apesar das mudanças trazidas de uma lei para outra, por exemplo, o estabelecimento dos três subsistemas de GRRD, nomeadamente, subsistema de aviso prévio e alerta, subsistema de resposta e, finalmente, subsistema de prevenção, adaptação, mitigação e resiliência, a capacidade operacional do INGD, hoje, tem as suas raízes na longa experiência do INGC e nas lições aprendidas de GRRD durante o período entre o Decreto Presidencial 44/80 e o rescaldo da Resolução 18/99, de 18 de Junho de 1999.

Um ponto comum entre as duas épocas - INGC e INGD - são os investimentos substanciais feitos para melhorar o subsistema de aviso prévio e alerta. No entanto, apesar dos avanços significativos feitos neste subsistema - no que concerne à melhoria da coordenação da resposta pós-evento no terreno, principalmente no que diz respeito à gestão de ciclones e cheias, Moçambique ainda enfrenta um desafio considerável, mormente na operacionalização do subsistema de prevenção, mitigação, adaptação e construção de resiliência. Aqui, a conversão das directrizes do subsistema em medidas pragmáticas e simples, ajustáveis à realidade contextual de cada zona de risco - ciclones, cheias e secas -, ainda constitui um desafio. Isto tem, de alguma forma, ofuscado o recente sucesso do país em termos de GRRD, mais concretamente na redução da perda de vidas humanas. Esta realidade torna clara a necessidade urgente de construir um robusto registo de experiências

em intervenções escaláveis de construção de resiliência climática capazes de ajudar a melhorar a capacidade de preparação, resposta e recuperação das comunidades, assim como reduzir a sua vulnerabilidade a longo prazo. Contudo, para que tal aconteça, é necessário um envolvimento activo das OSC-OCB e parceiros de desenvolvimento no apoio ao GdM-INGD a nível nacional, subnacional e local, a fim de ajudar a criar capacidade local para integrar e monitorar de forma eficaz aspectos de gestão dos riscos climáticos e mudanças climáticas nas agendas de governação e desenvolvimento local.



Moçambique ainda enfrenta um desafio considerável, mormente na operacionalização do subsistema de prevenção, mitigação, adaptação e construção de resiliência.

1.2 CADEIA DE COMANDO DA GESTÃO DO RISCO DE DESASTRES: lacunas operacionais e pontos-chave de entrada para o envolvimento activo da sociedade civil local

O esforço de melhoria do nível de prontidão do país, patente nos investimentos dos últimos anos no desenvolvimento de um subsistema “robusto” de aviso prévio e alerta, bem como a nova legislação de GRRD - Lei 10/2020, de 24 de Agosto de 2020, é uma forte e clara declaração de intenções de migrar para uma abordagem mais integrada da GRRD, centrada na melhoria da capacidade antecipatória, bem como de desenho e implementação de planos multianuais de melhoria de resiliência a longo prazo. Este esforço está, igualmente, patente na inclusão do subsistema de prevenção, mitigação, adaptação e construção de resiliência. Esta mudança surge, também, como parte dos esforços do país em alinhar o seu quadro operativo às directrizes do Marco de Sendai para a GRRD. Contudo, investimentos na criação de capacidade local para conceber e institucionalizar medidas do subsistema de prevenção, mitigação, adaptação e criação de resiliência nas agendas e programas de desenvolvimento local ainda são limitados.

Partindo do princípio de que a nova legislação de GRRD, tal como as leis que a precederam, deixam clara a necessidade de adoptar uma abordagem descentralizada de GRRD e que explora as vantagens comparativas individuais de cada interveniente na cadeia GRRD-ERH, o país precisa de fazer mais, no sentido de estabelecer a ponte entre as OSC-OCB, GdM, sector privado local, parceiros internacionais e comunidades, com vista a juntos conceberem, implementarem e monitorarem a efectividade de planos multianuais de melhoria de resiliência climática ajustados à realidade de cada distrito e comunidade alvo. Ao fazê-lo, é fundamental dotar as autoridades locais de capacidade para desempenharem eficazmente o seu papel de regulador, bem como de órgão de coordenação e garantia da qualidade, capaz de ajudar a minimizar no terreno o habitual fosso entre a política e prática. Um exemplo aliado à necessidade de fortalecimento do papel das autoridades locais é a necessidade de assegurar que as normas e padrões internacionalmente acordados, e.g., a criação de soluções duradouras, são efectivamente seguidos e traduzidos em acções práticas, quando se implementa intervenções de ERH pós-choque no terreno. O fortalecimento de capacidades é necessário principalmente a nível distrital e comunitário, onde o défice de competências para fazer a devida familiarização e monitoria de grau

de cumprimento dos padrões, normas operacionais e legislação é elevado.

O défice de capacidade técnica e financeira do INGD, das autoridades locais e OSC-OCB, à medida que descemos na cadeia de GRRD, i.e., do nível nacional para o subnacional e comunitário, realça as actuais limitações operacionais na cadeia. Para ajudar a minimizar este défice, é necessário trabalhar no sentido de desenvolver a capacidade local, de modo a conceber e implementar eficazmente planos de melhoria de resiliência multianuais e antecipatórios. Isto deve ser feito como parte de um esforço integrado para ajudar a institucionalizar a GRRD-ERH nos programas de desenvolvimento e agendas de governação local. Neste processo, é importante incluir a GRRD-ERH nos principais documentos governamentais, nomeadamente, PESOD, PESOP, Planos Estratégicos (PE) e outros documentos relevantes, para que a melhoria da resiliência climática se torne efectivamente uma componente integral das agendas de governação e desenvolvimento local.

Na ausência de uma abordagem de intervenção multianual integrada e de um esforço para alocar fundos à GRRD, com vista a garantir a viabilização de planos multianuais de melhoria de resiliência climática, o desafio de melhorar a capacidade antecipatória e a vulnerabilidade das comunidades de risco tornar-se-á ainda mais difícil de ser ultrapassado. Contudo, dado o aumento da frequência de eventos climáticos extremos e emergência de saúde pública causadas por vectores associados ao clima que Moçambique tem experimentado nos últimos anos, é necessário fazer mais, para reduzir a vulnerabilidade a longo prazo nas comunidades de risco. Para tal, é fundamental reduzir o fosso entre a política e a prática, através da tradução do Plano Director do INGD e da recente legislação de GRRD em medidas práticas capazes de ajudar a melhorar a resiliência a longo termo das comunidades de risco. Neste processo de domesticação e institucionalização das directrizes do PDGRRD, um trabalho exaustivo no sentido de aproximar as autoridades locais, comunidades, OSC-OCB locais e parceiros de desenvolvimento terá de ser feito, no sentido de garantir maior alinhamento de intervenções e abordagem, para facilitar a migração de intervenções de curto prazo para planos de melhoria de resiliência multianuais e centrados numa abordagem de

GRRD antecipatória e participativa.

As OSC-OCB locais têm um papel importante a jogar, principalmente nos esforços para domesticar e/ou localizar os esforços de integração de aspectos de GRRD, assim como melhoria de resiliência climática nos programas de desenvolvimento local e agendas governação. O sucesso deste modelo de intervenção ajudará a reduzir, a longo prazo, a vulnerabilidade das comunidades, através da melhoria do seu grau de prontidão, adaptação, resposta, recuperação e resiliência. No caso específico dos distritos da cintura seca e semiárida do sul e centro de Moçambique, este modelo poderá ajudar a melhorar a convivência com a seca. Contudo, esta mudança não vai ser alcançada com intervenções ad hoc e abordagens lineares de curto prazo centradas na resposta pós-evento. No caso particular da FDC, existe uma crença de que a existência de um documento orientador que norteie a intervenção da Fundação no sentido de integrar a resiliência climática e a GRRD-ERH nos seus programas de desenvolvimento é o ponto de partida para a concepção e implementação de intervenções de desenvolvimento comunitário bem informadas, localmente relevantes e compatíveis com o clima. Um dado importante neste processo é

a necessidade de alinhar os planos às prioridades de intervenção que os resultados da análise situacional mostraram ser intimamente moldadas pelas percepções de risco, que variam de local para local.

Uma percepção desigual da relevância dos três subsistemas de GRRD na materialização dos esforços de redução de vulnerabilidade e melhoria de resiliência climática, moldada pelas percepções de risco, foi identificada nas diferentes zonas de risco. Nas zonas propensas a riscos de ciclones e cheias, em Sofala, Manica, Nampula e planícies aluviais de Gaza, os membros do COE e parceiros de resposta humanitária apontaram a necessidade de fortalecimento do subsistema de aviso prévio e alerta. Uma avaliação dos mecanismos de partilha e recolha de informações neste subsistema mostrou que, dos dois fluxos de informação de emergência (figura 6), a partilha de dados de alerta e aviso prévio está muito desenvolvida. Contudo, o subsistema é ainda top-down e a sua capacidade de envolver activamente as instituições e as comunidades locais na identificação e avaliação eficazes da magnitude do risco e de utilizar os dados colhidos para conceber e implementar de forma participativa intervenções de GRRD multianuais que sejam localmente relevantes e viáveis precisa de ser melhorada.

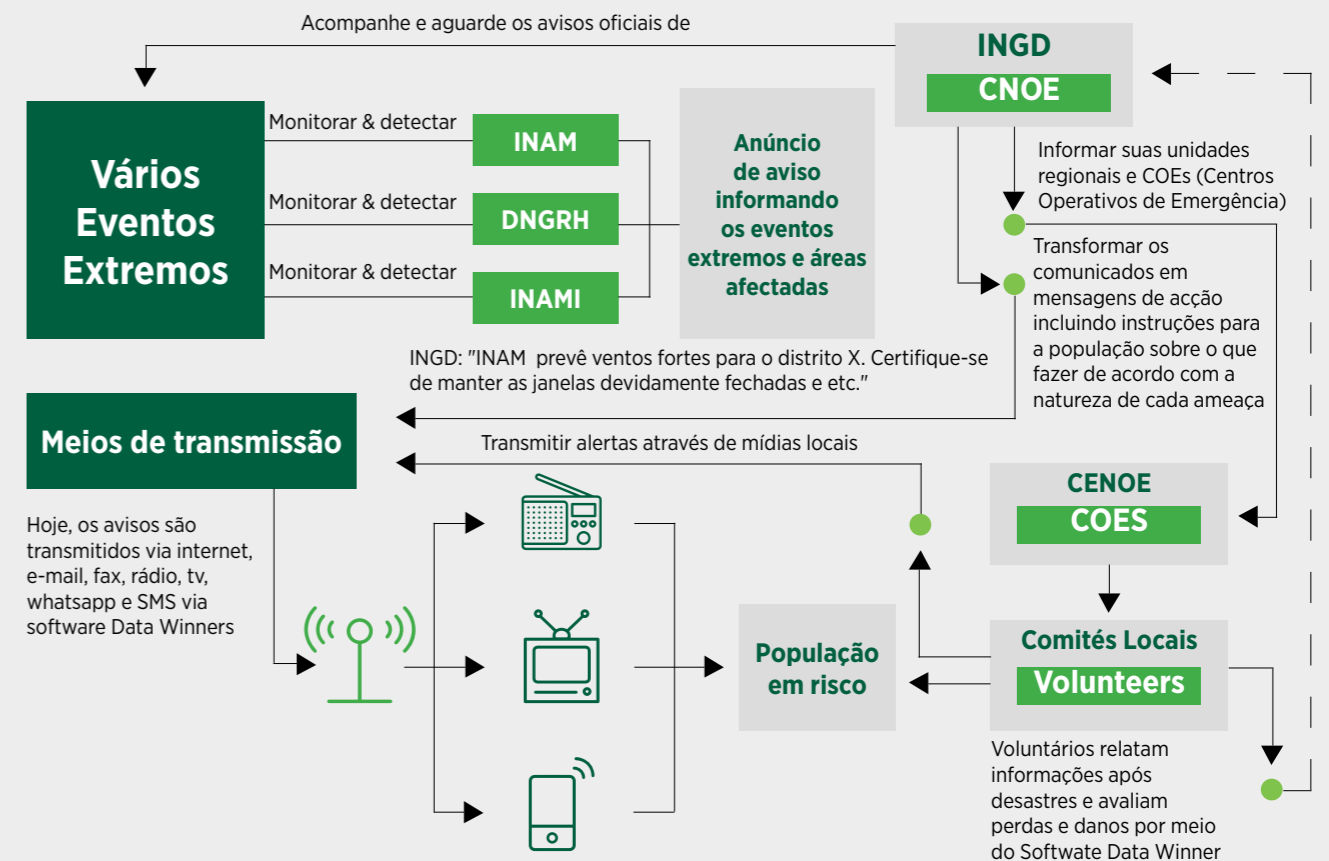
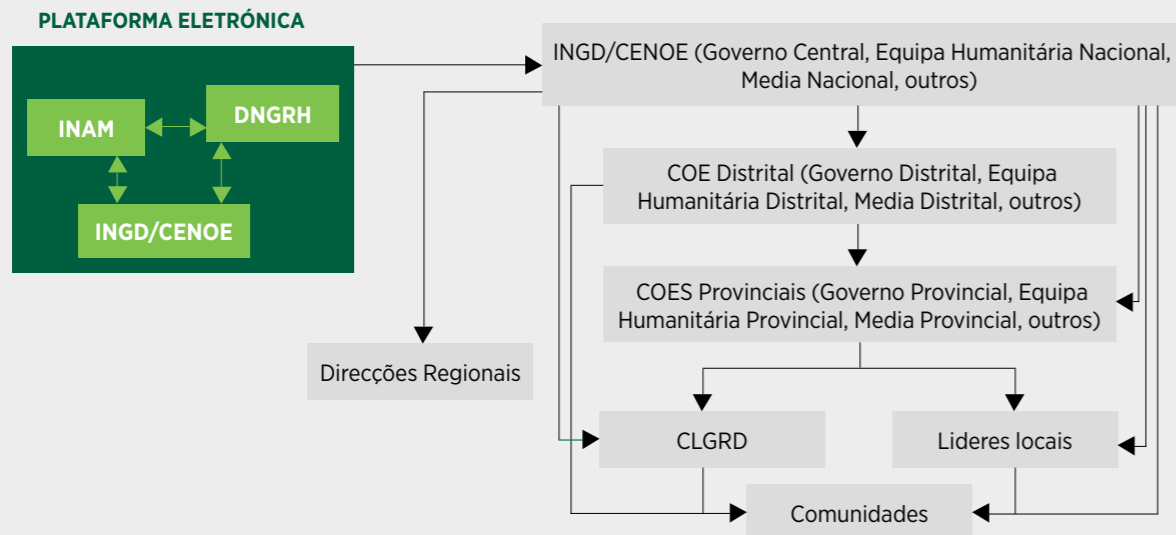


Figura 6: Uma visão geral do actual circuito do fluxo de informação no subsistema moçambicano de aviso prévio e alerta (Nogueira, 2019). No diagrama acima, as linhas sólidas indicam o fluxo de informação de alerta precoce para a comunidade. As linhas tracejadas indicam o fluxo de informação da Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA) da comunidade para o INGD.

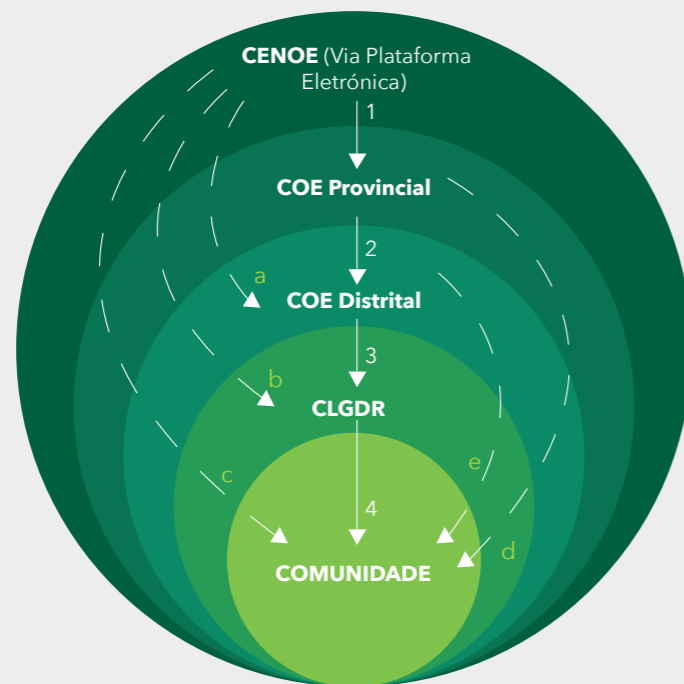
As **figuras 7 e 8** ilustram a plataforma usada e o mecanismo de articulação para a partilha de informação nos diferentes níveis, respectivamente.



Figra 7: Plataforma electrónica usada para garantir o fluxo de informação entre os vários intervenientes



Há necessidade de identificar alternativas viáveis e sustentáveis para a melhoria e diversificação dos meios de subsistência, de modo a reduzir a vulnerabilidade crónica às secas...



Figra 8: Mecanismo de partilha de informação em diferentes níveis e meios usados para circulação de informação

Meios para fazer chegar os comunicados aos diferentes níveis:

- | | |
|---|--|
| 1. DW, Rádio Nacional, Rádio HF e Difusão por célula | a) DW, Rádio Nacional, Rádio Provincial, Rádio HF e Difusão por célula |
| 2. DW, Rádio Provincial e Rádio HF | b) DW, Rádio Provincial, Rádio Comunitária e Difusão por célula |
| 3. DW, Rádio Comunitária, Rádio Provincial, Rádio HF fixo, Rádio HF portátil e sirene electrónica | c) Rádio Provincial e Rádio Comunitária e Difusão por célula |
| 4. Rádio Comunitária, megafone, bandeira, apitos, sirene, aviso porta-a-porta e instrumentos tradicionais | d) Rádio Provincial, Rádio Comunitária |
| | e) Rádio Provincial, Rádio Comunitária e Rádio HF portátil |

Em contraste, nos distritos da cintura seca mapeados, onde a coexistência das comunidades com a seca precisa de ser melhorada, o subsistema de prevenção, mitigação, adaptação e resiliência é visto como o mais deficiente e com necessidade de intervenção imediata. Nos distritos secos do Sul de Moçambique, onde existe uma probabilidade de perda de produção em cerca de 45-75% das estações de cultivo (Reddy, 1985), os dados do IOF 2019-2020 mostram que a província de Gaza teve a menor despesa mensal familiar e per capita, com 4,977 e 1,008 Mt, respectivamente. O rendimento médio do agregado familiar e per capita para o mesmo período, em Gaza, foi o mais baixo, com 5,759 e 1,192 Mt, respectivamente. Gaza e Inhambane, por exemplo, têm a pior adequação da dieta, ou seja, menos de 45% dos agregados familiares têm uma dieta adequada (PAMRDC, 2008-2015). Nos distritos propensos à seca, tanto no Sul como no Centro de Moçambique, o acesso à água de qualidade para beber e para uso produtivo também emergiu como preocupação a nível das comunidades e junto dos membros do COE a nível distrital, no decurso da discussão de grupo de foco (FGD). Nestas áreas, em contraste com as áreas propensas a cheias, os CLGRD estão quase inactivos e mal equipados técnica e materialmente.

Nos distritos da cintura seca – o semiárido moçambicano, a necessidade de identificar alternativas localmente viáveis e sustentáveis para a melhoria e diversificação dos meios de subsistência, de modo a reduzir a vulnerabilidade crónica às secas, foi apontada como uma questão urgente. Contudo, ao nível da comunidade, onde os CLGRD desempenham um papel central na mobilização comunitária, apesar do trabalho em curso para a revitalização dos CLGRD, uma tarefa que tem ganho ímpeto com o envolvimento activo das OSC,

especial atenção deve ser dada à sistematização de conhecimento e capacitação dos CLGRD, que devem ser dotados de competências necessárias para apoiar as autoridades locais e comunidades na implementação de planos multianuais de melhoria de resiliência localmente relevantes.

Resultados das consultas nos distritos da cintura seca da província de Gaza mostraram haver necessidade de transformar os CLGRD em pequenas comunidades de práticas (CoP), construídas em torno da necessidade de desenhar e implementar planos multianuais de melhoria de resiliência climática assentes em intervenções de fortalecimento e diversificação de meios de vida orientadas ao mercado, capazes de ajudar a melhorar a prontidão e reduzir a vulnerabilidade a longo prazo das comunidades. Para tal, especial atenção deve ser dada à melhoria das normas de participação do CLGRD. O recrutamento de formadores de opinião qualificados e com suficiente capital social é fundamental, para integrar a GRRD nas agendas e programas de desenvolvimento local centrados na localização da intervenção, com participação activa das OSC-OCB. A revitalização dos Centros de Recursos Multiuso (CERUM) em todo o semiárido, de modo a trabalharem no desenho e promoção de soluções compatíveis com o clima, é outra mudança fundamental necessária. Neste contexto, será necessário estabelecer parcerias público-privadas inteligentes, para revitalizar e reforçar as ligações, actualmente fracas, entre os intervenientes na cadeia de GRRD, nomeadamente, autoridades locais, OSC-OCB, instituições de conhecimento e sector privado. As OSC-OCB podem desempenhar papel importante como entidades promotoras de boas práticas e como catalisadoras responsáveis por fazer a ponte entre os diferentes actores.

1.3 REPRESENTATIVIDADE DAS OSC-OCB NA CADEIA DE GRRD E RESPOSTA HUMANITÁRIA

De acordo com dados da composição dos clusters de resposta humanitária no âmbito do mecanismo de intervenção no conflito de Cabo Delgado, um total de 90 intervenientes agrupados em 11 clusters, foi identificado². Do total de membros que compunham os clusters, 60% eram ONG internacionais, sendo que apenas 15,6% do total das organizações participantes eram nacionais (figura 9). A grande maioria das OSC nacionais encontrava-se, principalmente, nos clusters de telecomunicações e protecção, onde se registaram quatro e três organizações, respectivamente. No

entanto, apesar da fraca representatividade das OSC moçambicanas nas reuniões dos clusters de resposta humanitária e no processo de tomada de decisões, existe um número considerável de organizações locais, principalmente OCB, que trabalham como parceiros locais de implementação, subcontratados pelos parceiros da Nações Unidas e ONG internacionais. Esta ligação representa um ponto de entrada fundamental para a localização e validação de uma abordagem sistémica, com vista a reforçar a cadeia de GRRD e melhorar a resiliência a nível local.

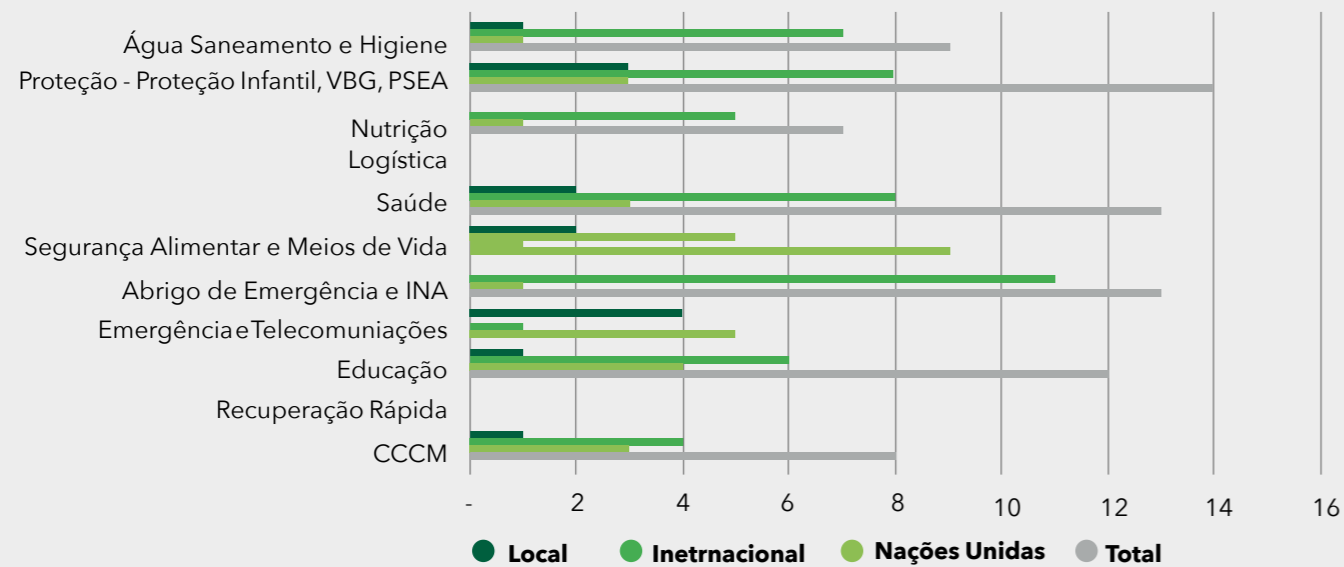


Figura 9: Composição dos agrupamentos e representatividade das agências locais, internacionais e baseadas nas Nações Unidas para a intervenção de resposta humanitária em Cabo Delgado

Existem vários desafios e barreiras à participação efectiva das OSC-OCB locais na cadeia de GRRD e apoio às intervenções de resposta e recuperação pós-desastre em Moçambique. Entre os desafios, durante o processo de consulta para esta estratégia, foram levantados os seguintes:

1. Capacidade técnica e financeira³ limitada:

Muitas OSC-OCB têm uma capacidade financeira e técnica limitada para desenhar e apoiar os governos locais na execução de intervenções multianuais de gestão de riscos de desastres. Esta situação dificulta significativamente a participação e o empenho activo das organizações locais na implementação de acções ao longo da cadeia de GRRD e/ou em acções de emergência e resposta humanitária pós-evento. A limitada capacidade de gestão financeira também foi mencionada como um factor limitante, uma vez que a maior parte das OSC-OCB locais dispõe de sistemas financeiros fracos, para executar e justificar fundos.

2. Acesso limitado à informação:

As OSC-OCB têm fraco acesso à informação. Isto é resultado directo do fraco investimento na capacitação de recursos humanos, aliado à fraca ligação a instituições de conhecimento, pesquisa e ensino, o que limita a sua eficácia no terreno. Em resultado, à maioria das organizações locais cabe um papel secundário de implementação de acções no terreno, com pouca margem de ajuste à realidade contextual. A fraca ligação a instituições e redes de conhecimento, juntamente com a fraca liberdade financeira e incapacidade de envolver activamente actores locais relevantes, através de uma estratégia de localização bem pensada, limita a capacidade da maioria das organizações locais para trabalhar e mobilizar a comunidade além do período de vida útil dos projectos.

3. Limitada cobertura geográfica e presença nos órgãos de tomada de decisão

As OSC locais estão pouco representadas nas plataformas de GRRD e clusters de resposta humanitária das ONU, o que limita a sua capacidade de contribuir activamente para os esforços de tomada de decisões, advocacia e localização das intervenções da cadeia de GRRD-ERH. Entretanto, a fraca cobertura geográfica pode ser um ponto de entrada crítico para a localização de acções na cadeia de GRRD em Moçambique. Neste sentido, é necessário criar sinergias claras, duradouras e mais eficazes entre os intervenientes locais, a diferentes níveis, nomeadamente, nacional, subnacional e comunitário.

1.3.1 FINANCIAMENTO DESIGUAL PARA AS ZONAS DE RISCO DE SECA, CICLONES E INUNDAÇÕES

Uma análise rápida da alocação de fundos à gestão dos principais choques climáticos nos últimos anos, em Moçambique, mostrou que o financiamento total pós-Idai rondou os cerca de 383,9 milhões de dólares americanos, incluindo uma contribuição de 16,5 milhões de dólares americanos do GdM. Os EUA, através da USAID, foram o maior contribuinte, com cerca de 32,2% do total de fundos para a intervenção de resposta aos efeitos do ciclone Idai. De entre os clusters, o de segurança alimentar e meios de vida recebeu aproximadamente 67% do financiamento global. No entanto, estes fundos destinaram-se principalmente a acções de carácter emergencial de compra e distribuição de bens alimentares, para apoio às famílias desalojadas e

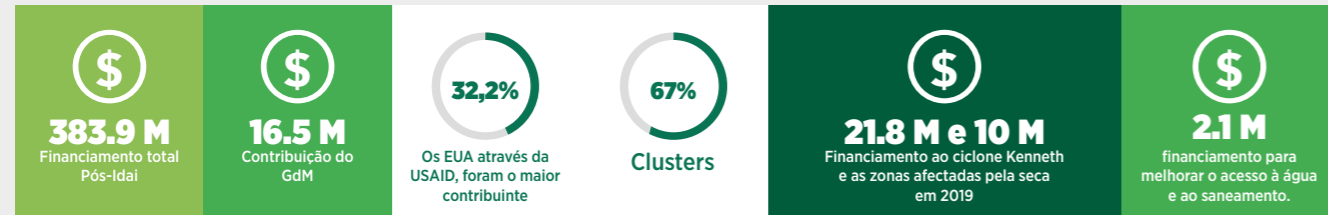
abrigadas nos campos de reassentamento estabelecidos na cidade da Beira, Dondo, Nhamatanda, Dombe, Búzi, Maganja da Costa e Chibabava. Em contraste, o cluster de recuperação pós-desastre recebeu a parcela de financiamento mais baixa entre os clusters, maior apenas que o cluster de coordenação e serviços colectivos. Uma comparação das parcelas de financiamento dedicadas ao ciclone Idai, Kenneth e às zonas afectadas pela seca, em 2019, mostrou que o financiamento à seca recebeu significativamente muito menos financiamento em comparação com os outros eventos. Isto, de certa forma, contribui para a pobreza e insegurança alimentar características das regiões semiáridas de Moçambique, que, apesar de apresentarem más condições agro-

²Os dados apresentados excluem os clusters de logística e de recuperação rápida cujos dados não foram extraídos do ReliefWeb,

³Conhecimentos técnicos limitados: Algumas OSC podem não ter os conhecimentos técnicos necessários para se envolverem efectivamente em actividades e iniciativas de gestão do risco de desastres (DRM), como avaliação de riscos, planeamento da preparação para catástrofes e coordenação da resposta.

ecológicas para produção em sequeiro de grande parte das culturas alimentares habituais, e.g., milho, têm um elevado potencial pecuário, contudo, pouco explorado. Por outro lado, devido ao deficitário acesso à água potável e produtiva, que constitui uma das principais limitantes na zona seca de Moçambique, dados do rescaldo dos ciclones Idai e Kenneth mostraram que

um total de 21.8 e 10 milhões de dólares americanos, respectivamente, foram alocados à componente de água e saneamento, nas regiões afectadas pelos dois ciclones. Em contrapartida, as zonas secas, no mesmo período, receberam apenas 2.1 milhões de dólares de financiamento, para melhorar o acesso à água e saneamento.



1.3.2 A INTERLIGAÇÃO ENTRE GRRD, CONFLITOS E ADESÃO DE MOÇAMBIQUE AOS PROTOCOLOS INTERNACIONAIS SOBRE GRRD - O QUADRO DO MARCO DE SENDAI

Em Moçambique, a GRRD e os conflitos político-militares são duas questões interligadas e, como tal, requerem modelos de intervenção holística e integrada. Tanto os desastres naturais - ciclones, cheias e secas - como o conflito na província de Cabo Delgado causaram perdas significativas de vidas e prejuízos económicos. O conflito em Cabo Delgado, que começou em 2017 e se agravou significativamente nos últimos anos, levou a uma crise humanitária sem precedentes. Estes dois eventos, combinados, levaram ao deslocamento de mais de dois milhões de pessoas, muitas das quais a viver em condições precárias, i.e., em abrigos temporários. Nestes locais, apesar de o país ser signatário do Quadro do Marco de Sendai, pouco foi alcançado no sentido de ajudar a criar soluções definitivas para os deslocados internos (IDP) e, deste modo, preservar a sua dignidade, padrões de vida, facilitar a sua transição para uma nova vida, bem como dotá-los de competências necessárias para refazerem as suas vidas a nível das comunidades de acolhimento ou quando regressarem às zonas de origem. A gestão de deslocados internos constitui, ainda, um desafio para o GdM e seus parceiros de desenvolvimento, tanto no Norte de Moçambique, assolado pelo conflito, como nas zonas Centro e Sul de Moçambique, que são propensas a ciclones e cheias. Nestas regiões, existe um número significativo de famílias deslocadas pós-evento que acaba sempre regressando às zonas de risco e viver

abaixo dos seus padrões de vida anteriores, devido à incapacidade existente de conceber soluções definitivas capazes de proporcionar melhores padrões de vida aos IDP nas zonas de reassentamento.

No Norte de Moçambique, por exemplo, desafios na gestão de IDP têm contribuído para o aumento da vulnerabilidade e redução dos padrões de vida dos IDP, assim como das comunidades de acolhimento. Por conta disso, conflitos entre as comunidades de acolhimento e IDP, principalmente no que respeita ao acesso à terra agrícola, são frequentes. A gestão de IDP também cria tensões sociais, económicas e políticas. Por isso, é necessária uma visão holística e integrada da GRRD, bem como de conflitos emergentes, sobretudo no que se refere à governança de IDP, que deve ter em conta as causas e os factores subjacentes a ambos, assim como a forma de preparar as comunidades de acolhimento para a nova realidade, na qual têm de conviver pacificamente com outros grupos, incluindo o envolvimento activo das comunidades de acolhimento no processo de planificação dos reassentamentos. Além disso, a promoção da coesão social, a construção da paz e o reforço do nível de prontidão para desastres e conflitos devem ser fortalecidos. Para o caso específico dos conflitos político-militares, é fundamental identificar formas de actuação que vão além da esfera militar.

⁴O Quadro do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres é um plano global para a redução do risco de desastres e das perdas a eles associadas. Estabelece vários objectivos e metas para orientar os esforços nacionais e internacionais nesta área, com destaque para: i) reduzir a mortalidade decorrente de desastres em, pelo menos, 50% até 2030; ii) reduzir as perdas económicas decorrentes dos desastres até 2030; iii) aumentar a resiliência nacional e local; iv) reforçar a governança em matéria de GRRD a todos os níveis; v) melhorar os níveis de prontidão; vi) melhorar a cooperação internacional; e vii) promover abordagens inclusivas e sensíveis ao género para GRRD.

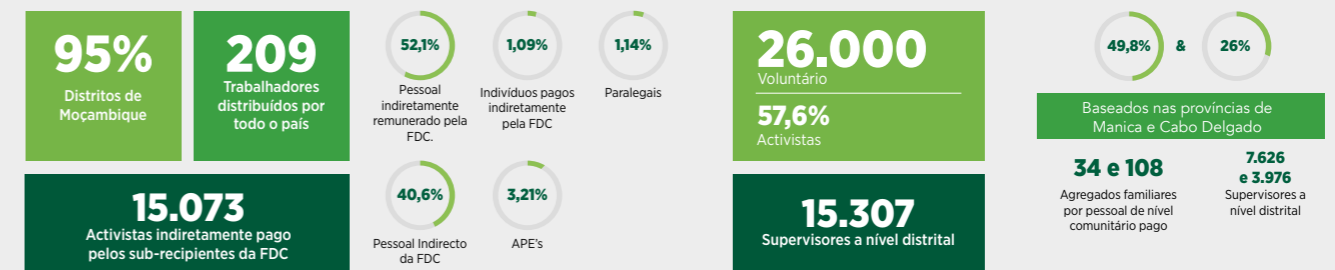
1.4 OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA A FDC SE TORNAR UM ACTOR-CHAVE NO APOIO À INTEGRAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS NAS AGENDAS DE GOVERNAÇÃO E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A Fundação está presente em cerca de 95% dos distritos de Moçambique (figura 10), através de uma rede de parceiros e sub-recipientes de fundos contratados para implementar os programas da FDC a nível comunitário. Os sub-beneficiários são uma rede de organizações de base comunitária financiadas e tecnicamente assistidas pela FDC para levar a cabo actividades específicas de cada projecto. Cada uma destas organizações tem um escritório no distrito e implementa as suas actividades através de uma rede de activistas e voluntários baseados na comunidade. Os activistas e voluntários são seleccionados entre os membros da comunidade, com destaque para líderes comunitários, pessoas individuais formadoras de opinião a nível de diferentes grupos de interesse e OCB na comunidade. No entanto, também podem incluir funcionários públicos, nomeadamente, professores e profissionais de saúde.

A FDC tem um total de 209 trabalhadores, distribuídos por todo o país. Destes, a sede em Maputo, com cerca de 75 trabalhadores, e o sub-escritório de Cabo Delgado, com 34 trabalhadores, são os que têm maior número. Ao pessoal permanente da FDC junta-se uma rede de cerca de 26 mil voluntários, dos quais 57,6%, i.e., cerca de 15.073 activistas, fazem parte de uma rede de pessoal indirectamente pago pelos sub-recipientes da FDC. Os voluntários estão distribuídos pelos distritos abrangidos pela FDC e constituem um recurso activo para ajudar a operacionalizar as intervenções comunitárias da FDC. A nível distrital, esta rede é composta pelas seguintes categorias: i) supervisores de nível distrital, ii) activistas, iii) paralegais - assistentes jurídicos, iv) APE, v) mentores, vi) professores de escolas primárias e secundárias, vii) líderes comunitários e viii) pontos focais de nível distrital.

Os supervisores de nível distrital, activistas, paralegais - assistentes jurídicos, APE e mentores fazem parte do pessoal remunerado, que trabalha directamente nas intervenções da FDC a nível comunitário. Os activistas representam 52,1% do total do pessoal indirectamente remunerado pela FDC. O restante pessoal remunerado é composto por supervisores a nível distrital (1,09%), paralegais (1,14%) e APE (3,21%). Os professores constituem a maior parte dos voluntários da FDC, representando 40,6% do total do pessoal indirecto da FDC. Manica e Cabo Delgado têm o maior número de trabalhadores e voluntários indirectamente pagos pela FDC a nível comunitário. Dos 15.307 indivíduos pagos indirectamente pela FDC, 49,8% e 26% estão baseados nas províncias de Manica e Cabo Delgado, que têm 7.626 e 3.976 trabalhadores de nível comunitário, respectivamente. Em resultado, as duas províncias têm o rácio mais baixo de pessoal por agregado familiar, com 34 e 108 agregados familiares por pessoal de nível comunitário pago, respectivamente.

Em actividade há quase 30 anos, a Fundação tem trabalhado com um orçamento operacional que ronda os 15 milhões de dólares americanos/ano nos últimos cinco anos, dos quais cerca de 80% são dedicados a programas de saúde financiados pelo Fundo Global para o HIV/Sida, Tuberculose e Malária. No entanto, sendo a FDC uma fundação, tem conseguido co-financiar com fundos próprios e de doações externas - onde se destaca a Fundação Bill e Melinda Gates - programas prioritários, como o da segurança alimentar e nutricional, apoio emergencial e recuperação pós-desastre, melhoria e diversificação de meios de vida.



COBERTURA GEOGRÁFICA DA FDC

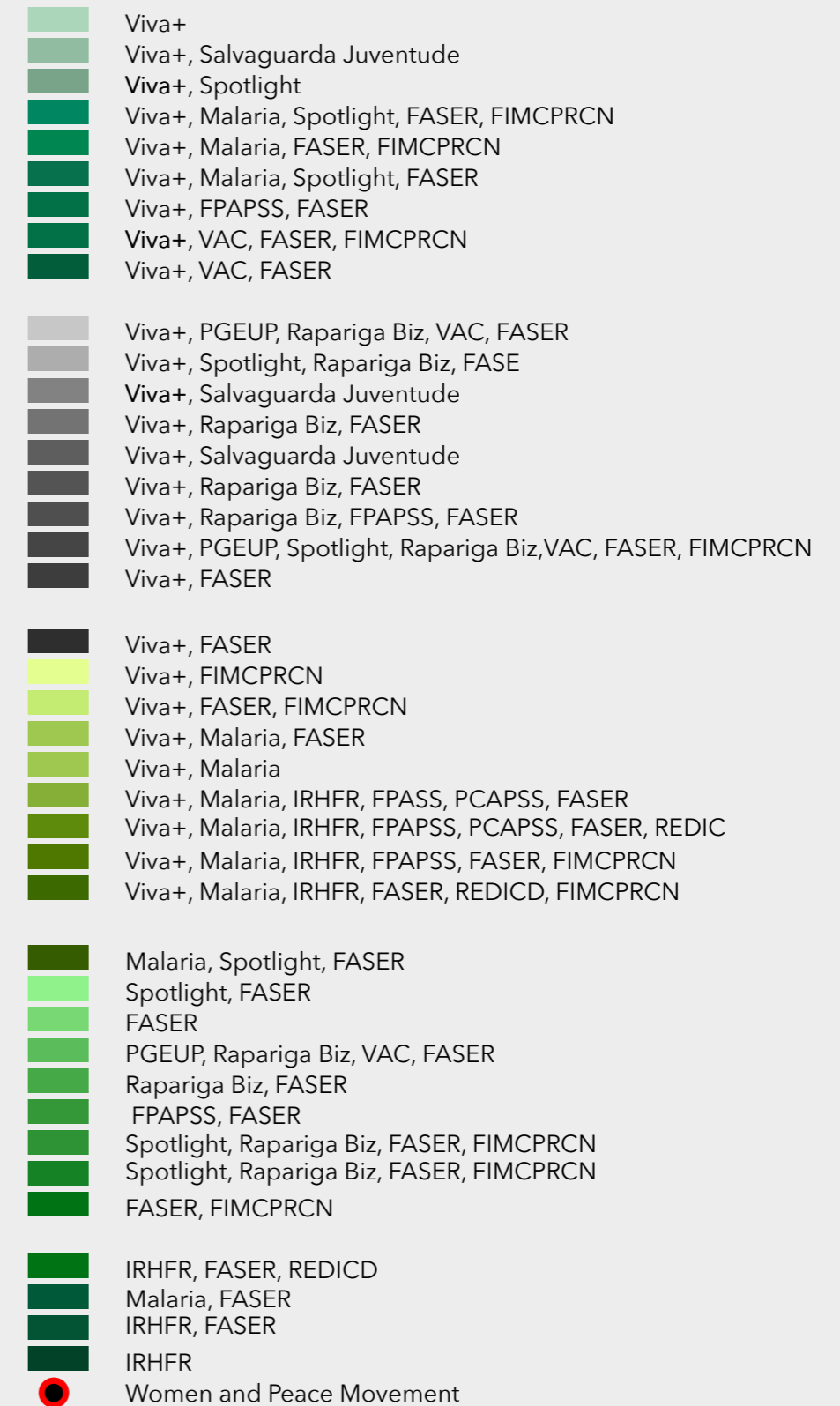
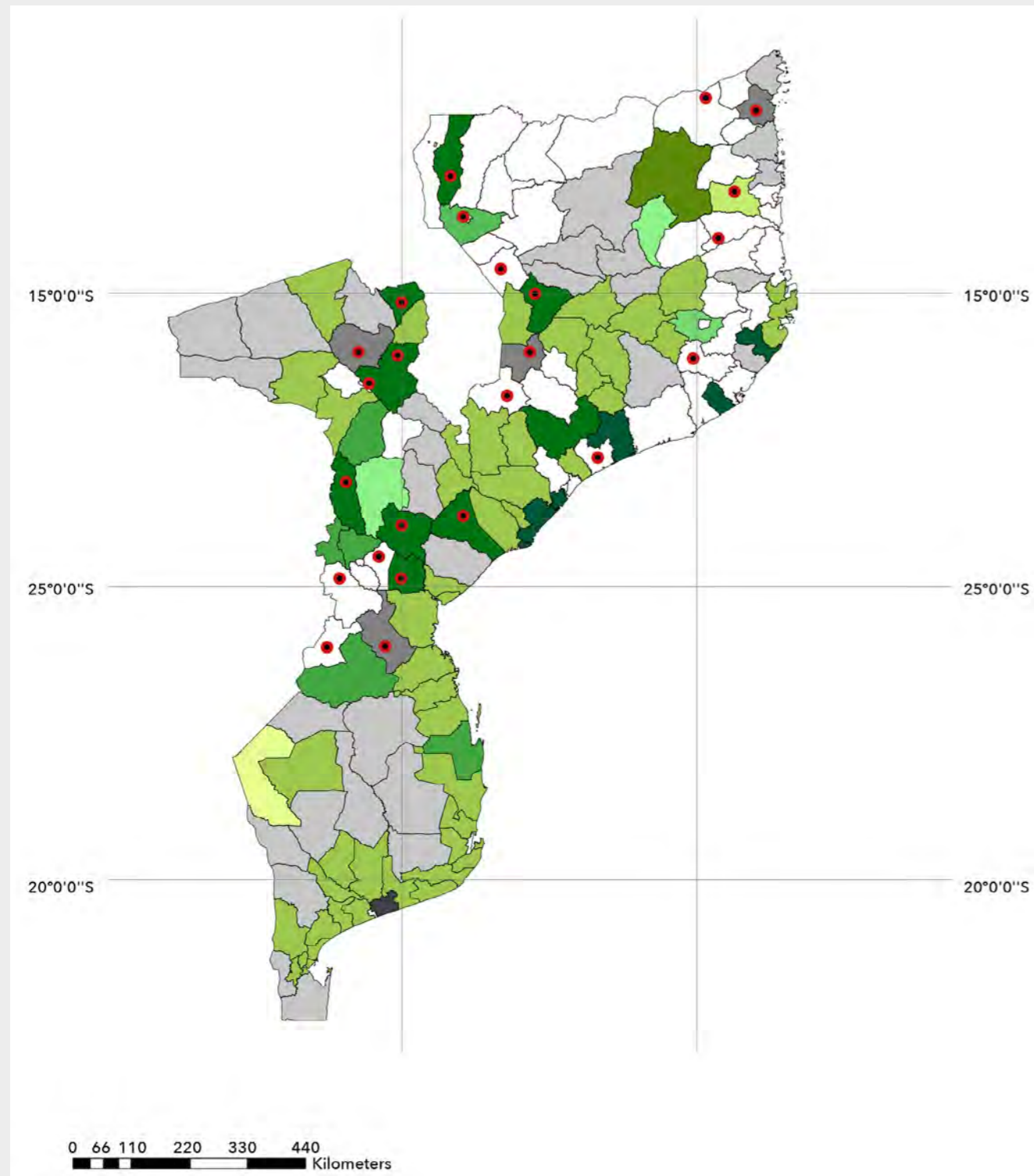


Figura 10: Presença geográfica da FDC a nível distrital, com base nas áreas de intervenção chave dos projectos da FDC: a figura mostra, igualmente, os distritos em que se verifica uma sobreposição de projectos, o que contribui para uma maior integração de programas da Fundação.

Tabela 1: Distribuição do pessoal indirecto remunerado da FDC pelas províncias de intervenção. O rácio número de agregados familiares rurais por membro do pessoal demonstra que a Fundação utiliza eficazmente a sua rede de pessoal remunerado para implementar programas de desenvolvimento local - um rácio baseado na teoria de difusão de inovação e calculado para atestar quantos agregados familiares cada membro do pessoal teria de intervencionar, considerando uma necessidade de penetração de 5-7% para estimular mudanças.

Província	Pessoal remunerado indirectamente (#)	Quota (%)	Agregados familiares rurais (#)	Rácio rural (Agr. fam: Ind. STAFF)	5-7 % População rural	Rácio baseado na Teoria de Difusão de Inovação (7% Agr. fam: Ind STAFF)
Niassa	179	1.17	289,709	1,618	20,280	113
Cabo Delgado	3976	25.98	431,365	108	30,196	8
Nampula	653	4.27	916,094	1,403	64,127	98
Zambézia	729	4.76	957,643	1,314	67,035	92
Sofala	506	3.31	259,845	514	18,189	36
Manica	7626	49.82	256,730	34	17,971	2
Tete	255	1.67	454,635	1,783	31,824	125
Inhambane	245	1.60	241,349	985	16,894	69
Gaza	239	1.56	204,220	854	14,295	60
Província de Maputo	536	3.50	137,836	257	9,649	18
Maputo Cidade	363	2.37	-	-	-	-
TOTAL	15,307	100	4,149,426			

Nos últimos 8 anos, i.e., 2014-2022, a FDC, através da sua unidade de agricultura, SAN e melhoria de meios de vida, responsável pelo desenho e implementação de intervenções de desenvolvimento comunitário compatíveis com o clima centradas principalmente na melhoria da capacidade produtiva, SAN, bem como diversificação de renda e meios de vida em contexto de mudanças climáticas, desenvolveu vários modelos para a melhoria da gestão e resiliência climática. Grande parte destes modelos estão assentes numa abordagem integrada e participativa de fortalecimento e diversificação sustentável de meios de vida (SLED) que se provou efectiva na melhoria dos níveis de prontidão, adaptação e redução da vulnerabilidade a longo prazo a três níveis, nomeadamente, regional, i.e., comunidade e instituições; da unidade de produção; e, por fim, do agregado familiar como um todo. O modelo da FDC era centrado numa intervenção em três dimensões, nomeadamente, humana, económica e física (figura11).

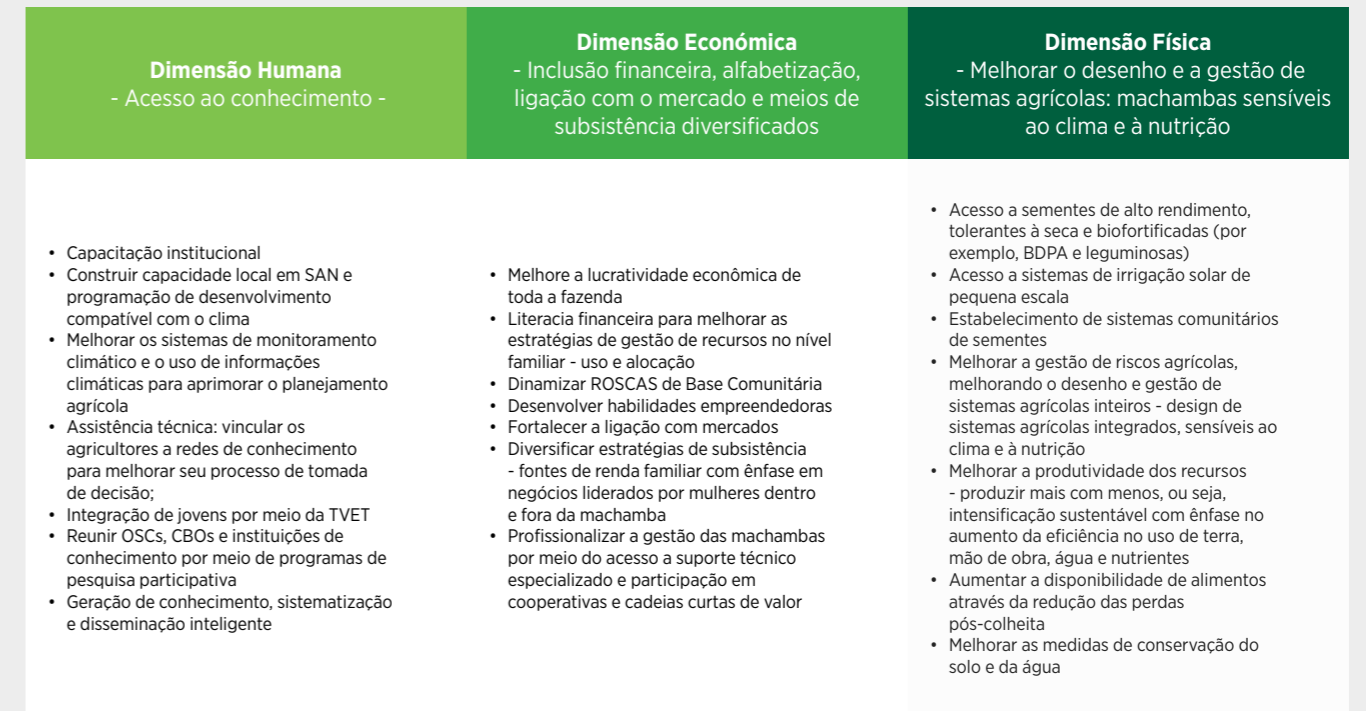


Figura 11: O diagrama apresenta a abordagem multidimensional da Unidade da FDC de agricultura, SAN e diversificação de meios de subsistência para gestão de riscos climáticos na produção local e nos sistemas alimentares

As abordagens da FDC para o fortalecimento e diversificação de meios de vida como alternativa para reduzir a vulnerabilidade climática no meio rural moçambicano, onde a agricultura é a principal actividade socioeconómica, estão assentes no pressuposto de que, no contexto actual em que o país vive, i.e., chuvas cada vez mais erráticas, cheias e secas cíclicas, ciclones tropicais, a SAN, o acesso à água, a renda familiar e bem-estar deixaram de ser apenas uma função directa da capacidade produtiva e tornaram-se fenómenos multifacetados, que dependem muito da capacidade de cada família e comunidade estruturar de forma inteligente a sua estratégia de sobrevivência - fortalecer e diversificar os seus meios de vida, de modo a melhorar os níveis de prontidão, resposta e capacidade de recuperação pós-choque. Foi a pensar na necessidade de cobrir esta lacuna existente na gestão de risco climático que a FDC vem trabalhando no sentido de desenhar e promover uma abordagem para tornar climaticamente resilientes os sistemas e cadeias de produção, bem como os sistemas alimentares locais.

Entre os modelos desenvolvidos e promovidos pela FDC e seus parceiros técnicos, destacam-se o estabelecimento de paisagens alimentares - foodscapes, com vista a melhorar a disponibilidade alimentar pós-choque nos centros de reassentamento Pós-Idai em Sofala, Manica e Zambézia. Neste processo, são alguns exemplos de sucesso iniciativas como o dimensionamento e estabelecimento de sistemas de abastecimento de água (SAA) multifuncionais, capazes de ajudar a aumentar a disponibilidade de água potável e produtiva, que ajudaram a operacionalizar a iniciativa "Um SAA uma Horta Comunitária", o estabelecimento de clubes

comunitários de produção, multiplicação e conservação de semente assentes no modelo "pequenos produtores, grandes áreas - SFLF", i.e., clusters de produção colectiva, onde se reúnem pequenos produtores numa área de produção única para sustentar uma operação de produção em escala.

O SFLF foi largamente usado pela FDC em contextos de recuperação pós-choque para harmonizar operações e criar uma economia de escala capaz de ajudar a melhorar, ao mesmo tempo, a disponibilidade alimentar e a renda. Sucessos com a abordagem foram conseguidos com IDP nos centros de reassentamento em Búzi, Dondo, Nhamatanda, Dombe e Maganja da Costa. O SFLF foi aperfeiçoado e expandido, também, para contextos normais, onde a FDC usou a abordagem para estabelecer associações de produção comercial - cereais, leguminosas e hortícolas, assim como multiplicação de semente em Chókwè. As paisagens alimentares e SFLF fazem parte dos esforços de advocacia da FDC para influenciar a inclusão de áreas mínimas produtivas no processo de demarcação de zonas de reassentamento. As duas abordagens, muito em particular o SFLF, apresentam potencial para ajudar a minimizar problemas de acesso à terra produtiva, reduzir a dispersão, facilitar a assistência técnica aos IDP, assim como reduzir potenciais conflitos no acesso à terra produtiva. No entanto, existe uma necessidade de aperfeiçoar o modelo no concernente à fixação do tamanho das áreas colectivas, que dependerá do número de famílias a cobrir e o padrão de necessidades fixadas com base na meta de adequabilidade da dieta e renda almejadas.



Discussão em grupo focal para análise dos desafios, prioridades e alternativas sustentáveis de meios de vida com vista a garantir a resiliência das comunidades.

O desenho e promoção dos quintais climática e nutricionalmente inteligentes, uma abordagem assente no conceito “agricultura urbana” e desenvolvida à luz do Movimento Social para a Redução dos Índices de Malnutrição em Nampula, comissionado pelo Gabinete do Governador Borges, também pode trazer um contributo importante ao meio rural. Os quintais inteligentes foram desenhados e estabelecidos com o objectivo de ajudar a melhorar os indicadores de SAN em Nampula, através de acções coordenadas para aumentar a disponibilidade, acesso e suprimento contínuo de alimentos ricos e capazes de ajudar a garantir uma dieta balanceada e rica em nutrientes essenciais. Em Nampula, os quintais inteligentes foram criados através da sistematização e integração de abordagens até então departamentalizadas, à luz da estratégia de operacionalização das directrizes do PAMRDC em relação à melhoria da disponibilidade imediata de micronutrientes essenciais provenientes de vegetais e frutas frescas, bem como acesso à proteína animal – ovos, carne e peixe.

Os quintais inteligentes foram, mais tarde, ajustados para um contexto rural, onde o enfoque foi posto no redesenho e estruturação da “exploração familiar”, com ênfase na parcela produtiva à volta da casa, que concentra grande parte da diversidade produtiva da família, antes de passar para o ajuste de toda a operação, de modo a melhorar a gestão de risco climático e, no processo, aumentar a produtividade e rentabilidade económica da exploração familiar. Neste quintal produtivo, esforços foram feitos pela FDC no sentido de melhorar a disponibilidade de água produtiva, através de infra-estruturas de captação e retenção de água, e trazer o maior nível de integração, por via da promoção de sistemas de produção climática e nutricionalmente inteligentes, onde culturas anuais com tolerância contrastante à grande parte dos estresses bióticos

e abióticos, ciclos fisiológicos diferentes, objectivos contrastantes, i.e., alimentação e geração de renda, múltiplos propósitos e capazes de ajudar a melhorar as propriedades físico-químicas e biológicas do solo, culturas perenes (4F’s), com ênfase em fruteiras, forrageiras, fixação de nitrogénio, integração de animais e hortas caseiras para melhorar a SAN, renda e circularidade no sistema.

Apesar de esforços na gestão climática terem sido feitos maioritariamente a nível dos agregados familiares, há necessidade de fortalecer o trabalho de advocacia, reforçar a capacidade local, bem como garantir a localização das intervenções ao nível dos distritos onde a FDC actua. Com efeito, um envolvimento activo das autoridades locais e OCB, com ênfase nos SDAE, SDPI, CLGRD e associações, tem sido parte integrante das intervenções da FDC. A nível da operacionalização da agenda de melhoria da prontidão pós-Idai, particularmente nos distritos de Búzi, Dondo, Dombe e Maganja da Costa, a FDC trabalhou activamente com o INGD na revitalização e capacitação dos CLGRD, instalação de sistemas de alerta e aviso prévio – escala hidrométrica e sirenes. No entanto, intervenções no sentido de tornar os CLGRD um órgão multifuncional capaz de operar fora da janela de ocorrência dos eventos climáticos extremos foram testadas com sucesso em Maganja da Costa e Búzi. Neste processo, o engajamento dos membros do CLGRD em actividades produtivas e geração de renda – modelo SFLF, grupos de PCR – mostrou-se efectivo na criação de coesão e estímulo, para manter o grupo junto. No entanto, um acompanhamento contínuo destes grupos pós-reactivação, no sentido de definir uma agenda multianual para a melhoria de prontidão, resposta e recuperação pós-choque, é necessária, principalmente no semiárido, onde existe maior défice operacional.

programa de agricultura, segurança alimentar e diversificação de meios de vida. As parcerias com instituições académicas também fortalecem a sua capacidade de pesquisa e inovação nestas áreas.

e) Presença em todo o país:

Com uma equipa composta por aproximadamente 209 funcionários permanentes, a FDC tem uma cobertura de cerca de 95% dos distritos de Moçambique, o que a torna um parceiro-chave no desenvolvimento local. No entanto, é importante equilibrar o quadro de pessoal entre a sede e comunidade, especialmente em regiões de risco, para melhorar a alocação de profissionais especializados em gestão de risco de desastres e resiliência climática ao nível comunitário.

f) Presença no terreno:

Através de uma rede de sub-beneficiários, a FDC está presente em mais de 95% dos distritos de Moçambique. Esses sub-beneficiários, que são organizações de base comunitária, implementam os programas da FDC a nível comunitário. Essa presença no terreno é possibilitada por meio de redes de activistas e voluntários baseados na comunidade, seleccionados entre os líderes comunitários, formadores de opinião e profissionais públicos, como professores e profissionais de saúde.

Para aprimorar o arranjo institucional da FDC, recomenda-se melhorias na alocação de pessoal especializado em gestão de risco de desastres e resiliência climática a nível comunitário, principalmente em regiões de risco. Além disso, é importante continuar a fortalecer parcerias com instituições académicas, assim como garantir uma gestão eficiente e eficaz dos recursos recebidos.

DESAFIOS

Desafios a serem abordados pela FDC, para fortalecer a sua actuação na área de Gestão e Redução do Risco de Desastres e melhoria da resiliência climática, incluem:

- 1 Memória Institucional:** A FDC precisa de melhorar a documentação de suas intervenções anteriores em GRRD antes do Idai e do conflito em Cabo Delgado. Além disso, é importante fortalecer a ligação com os clusters das Nações Unidas, onde a organização está mal representada.
- 2 Recursos Humanos:** É necessário desenvolver capacidade operacional interna e formar recursos humanos dedicados à GRRD. Além da Unidade de Agricultura, Segurança Alimentar e Melhoria de Meios de Vida, a FDC precisa de profissionais qualificados em GRRD, para se tornar um actor activo em fóruns relacionados a essa área.
- 3 Ligações Institucionais:** A FDC enfrenta uma fraqueza na participação em plataformas nacionais e internacionais de GRRD e resiliência climática. É importante fortalecer a relação com o INGD, bem como buscar assento em comités de gestão de desastres e clusters da ONU para ampliar o espaço de influência da organização.
- 4 Procedimentos e Directrizes Operacionais:** A FDC não possui uma política interna e directrizes operacionais claras para intervenções em GRRD. É essencial estabelecer essas orientações, para fortalecer a actuação da organização ao longo da cadeia de GRRD.
- 5 Estrutura Organizacional:** A FDC precisa de uma estrutura organizacional que seja compatível com a necessidade e dimensão dos esforços de institucionalização da GRRD, bem como melhoria da resiliência climática. Essa estrutura deve permitir uma coordenação eficiente, planeamento, implementação e monitoria das intervenções de longo prazo em GRRD e resiliência climática.

Ao abordar esses desafios, a FDC poderá intervir de forma mais eficaz e atempada na cadeia de GRRD, fortalecendo a sua posição como parceiro-chave na promoção de acções de desenvolvimento comunitário e governança local em Moçambique.

1.4.1 AVALIAÇÃO DO ARRANJO INSTITUCIONAL - PONTOS FORTES E FRACOS DA FDC

VISÃO INSTITUCIONAL

a) Credibilidade e imagem forte:

A FDC é considerada um parceiro confiável por muitos parceiros e doadores, o que facilita a advocacia e a mobilização de recursos para alcançar os objectivos de melhoria da prontidão e resiliência climática em Moçambique.

b) Conselho de administração sólido:

A existência de um Conselho de Administração com capacidades variadas e competências convergentes fortalece a tomada de decisões, bem como a criação de sinergias com instituições locais e possíveis parceiros internacionais.

c) Bom histórico de gestão de fundos externos:

A FDC possui experiência na gestão de recursos de mais de 100 doadores, com auditorias externas sempre limpas, o que demonstra a sua capacidade de gerir e prestar contas desses fundos de forma eficiente.

d) Histórico de implementação de projectos:

A FDC possui um bom histórico de implementação de projectos em várias áreas temáticas, especialmente nos



CAPÍTULO II

**VISÃO
ESTRATÉGICA**

2.1 METODOLOGIA E RELEVÂNCIA DA ESTRATÉGIA PARA A FDC

A elaboração desta estratégia envolveu um processo cuidadoso de revisão crítica da paisagem e cadeia de GRRD em Moçambique. Foi realizada uma análise profunda aos arranjos institucionais e operacionais ao longo da cadeia de GRRD, por meio de consultas públicas organizadas pela FDC-INGD a nível central, subnacional e comunitário. Durante essas consultas, os participantes foram convidados a reflectir e analisar os últimos 22 anos de gestão de risco de desastres naturais e climáticos em Moçambique. Foram discutidos eventos significativos, como as enchentes de 2000 e 2013 na bacia do rio Limpopo (Chókwè e Xai-xai), as enchentes de 2007 no rio Licungo, o conflito político-militar entre a FRELIMO e a RENAMO, de 2013 a 2021, no Centro de Moçambique, que resultou na morte do líder da Renamo em 2021, os ciclones tropicais recentes - Idai (2019), Kenneth (2019) e Eloise (2021). Também foi analisado o monitoramento das secas cíclicas no semiárido moçambicano e as enchentes nas regiões Centro e Sul, com destaque para as bacias dos rios Púnguè, Búzi, Limpopo e Zambeze.

As consultas públicas em todo o país foram um exercício de cidadania que envolveu a participação do INGD, instituições governamentais a nível central, provincial e distrital, parceiros de desenvolvimento e comunidades. As organizações da sociedade civil (OSC), o sector privado, as instituições académicas, as agências das Nações Unidas, os doadores e todos os demais envolvidos na cadeia de GRRD também foram consultados.

No total, foram realizados 35 encontros regionais, com a participação de um total de 1.075 pessoas, abrangendo as províncias do Sul - Gaza (13); Centro - Manica (4) e

Sofala (9); e Norte - Cabo Delgado (6) e Nampula (3). Em cada região, foram realizadas consultas a nível provincial, distrital e comunitário, com a participação de comités técnicos e operacionais de emergência (CTOE e COE), comités locais de gestão de risco de desastres (CLGRD) e a comunidade. A nível provincial, participaram 154 pessoas, representando 82 instituições públicas, OSC e parceiros de desenvolvimento, sendo 31, 36 e 15 instituições no Norte, Centro e Sul de Moçambique, respectivamente. A nível distrital, foram realizadas oito reuniões nas três regiões, envolvendo 165 pessoas de 36 instituições, principalmente instituições governamentais - 9, 13 e 14 instituições no Norte, Centro e Sul de Moçambique, respectivamente. A nível comunitário, foram realizadas consultas em 22 CLGRD de regiões propensas a secas e enchentes, envolvendo um total de 756 participantes.

Para a FDC, esse exercício público não apenas ajudou a reunir e compreender as expectativas e aspirações locais em relação aos pontos de intervenção, para fortalecer a cadeia de GRRD a nível local, como também ajudou a entender como a FDC é percebida pela comunidade e suas lideranças. Isso permite à FDC alinhar os seus esforços com as iniciativas de capacitação do INGD e das autoridades locais, institucionalizar melhorias na gestão de risco de desastres e integrar a resiliência climática em programas de desenvolvimento local. Portanto, é do interesse da FDC continuar a promover espaços de diálogo e construir parcerias público-privadas inteligentes, para co-criar soluções viáveis localmente, capazes de reduzir os efeitos imediatos e os impactos de longo prazo dos choques climáticos nas comunidades e seus meios de subsistência.

2.1.1 PRINCÍPIOS

1 Participativo:

A abordagem tem como objectivo fundamental garantir a inclusão da comunidade e a voz activa de seus membros na gestão do risco climático e de desastres naturais. Isso significa envolver activamente a comunidade, principalmente os grupos vulneráveis e marginalizados, no processo de elaboração, implementação e monitoramento dos planos plurianuais de GRRD e melhoria da resiliência climática.

2 Sensibilidade de género:

A abordagem coloca as mulheres no centro das intervenções, especialmente em relação a aspectos intrínsecos, instrumentais e colectivos, no contexto da implementação de programas de desenvolvimento local compatíveis com o clima. Isso inclui fortalecer e diversificar de forma sustentável os meios de subsistência (SLED). Nesse processo, é importante dar atenção especial ao acesso e controlo de recursos, participação na tomada de decisões, acesso e decisão sobre o uso de serviços financeiros, bem como protecção contra exploração e abuso sexual.

3 Sustentabilidade:

A abordagem busca promover intervenções sustentáveis em GRRD e melhoria da resiliência climática que possam melhorar os níveis de prontidão, resposta, recuperação rápida e resiliência climática. Isso envolve a promoção de intervenções e medidas que abordem os principais obstáculos socioeconómicos e ambientais que contribuem para os altos níveis de vulnerabilidade climática.

4 Localização:

A abordagem visa promover a colaboração activa com organizações da sociedade civil e garantir o envolvimento activo dos líderes e membros da comunidade na adaptação e implementação de medidas de gestão de desastres e riscos climáticos em modelos de intervenção localmente viáveis e aceites. Isso facilita a internalização e institucionalização dessas medidas nos modos de vida locais, promovendo uma convivência mais saudável com os eventos climáticos.

5 Colaboração:

A abordagem prioriza a colaboração e estabelecimento de parcerias inteligentes com partes interessadas chave, para viabilizar a institucionalização das acções da cadeia de GRRD nos planos de desenvolvimento e governança local. Autoridades governamentais, organizações da sociedade civil, sector privado e, em particular, instituições bancárias devem estar envolvidas no desenho de pacotes de financiamento e legislação sectorial vocacionados a melhorar a prontidão e a resiliência nas comunidades vulneráveis.

6 Baseada em evidências:

A abordagem envolve a testagem, ajuste e promoção de modelos de intervenção técnica e cientificamente validados, baseados em conhecimento e experiência comunitária robusta. Isso garante que as actividades e iniciativas de gestão de risco de desastres promovidas sejam eficazes e atendam às necessidades locais.

7 Transparência e prestação de contas:

A abordagem dá prioridade à transparência e prestação de contas em todas as intervenções ao longo da cadeia de GRRD, especialmente no reforço da capacidade local para monitorar regularmente o progresso e os resultados das intervenções acordadas.



2.1.2 VISÃO ESTRATÉGICA

Os resultados da consulta foram consolidados num relatório de análise situacional, que de forma crítica estudou a cadeia de GRRD-ERH em Moçambique. A partir desta análise, foram desenvolvidas cinco (5) visões estratégicas, nomeadamente:

a) **Adição de valor e promoção de boas práticas de melhoria da resiliência climática** já desenvolvidas, testadas e validadas através do mecanismo nacional de GRRD liderado pelo GdM-INGD e parceiros de desenvolvimento, assim como resultantes de experiências adquiridas pela Fundação à luz do seu historial de intervenções de melhoria, prontidão e resiliência climática em Moçambique. Para tal, a FDC precisará de envolver de forma activa o INGD, o INAM, IP, as instituições locais e as comunidades em risco na compreensão, interpretação e uso do conhecimento local, para identificação de riscos, testagem e ajuste de potenciais soluções, implementação e promoção de modelos e intervenções capazes de ajudar a melhorar o grau de prontidão e capacidade de mitigação, adaptação e construção de resiliência climática a longo prazo.

b) **Fortalecer a FDC e instituições locais** através de intervenções orientadas para o reforço da capacidade técnica interna da FDC, INGD, INAM, IP, governos locais e das OSC-OCB no domínio de desenho e implementação de agendas de governação e programas de desenvolvimento compatíveis com o clima. Neste contexto, deve merecer atenção particular o reforço da capacidade local para integrar a gestão de riscos climáticos nos programas de desenvolvimento local, a diferentes níveis – província, distritos, postos administrativos, localidade, povoados e agregados familiares –, como meio de blindar a cadeia de serviços primários, nomeadamente, agricultura e sistemas alimentares locais, água, educação e diversificação de meios de vida, saúde, sistemas financeiros, de modo a

melhorar os níveis de prevenção, prontidão, resposta, recuperação e reconstrução pós-choque. Ao fazê-lo, será importante reforçar os mecanismos de coordenação e gestão climática, através de parcerias público-privadas inteligentes que ajudem a aproximar os demais actores da cadeia de GRRD ao governo local, lideranças comunitárias e comunidade⁵.

c) **Fortalecimento dos COE-CTOE e suas subcomissões temáticas, bem como apoio à revitalização dos CLGRD a nível distrital e comunitário** - no contexto de cheias, secas e outros eventos legislados, é urgente garantir que os órgãos locais de GRRD façam mais do que um trabalho reactivo e se transformem em actores activos no desenho, implementação e monitoria dos planos multianuais de melhoria de prontidão, resposta e resiliência a longo prazo das comunidades locais.

d) **Advocacia direccionada** ao desenvolvimento de agendas e programas de desenvolvimento compatíveis com o clima e mobilização de recursos para a implementação de seguros climáticos.

e) **Desenho, sistematização de conhecimento e promoção de boas práticas de melhoria da resiliência climática** – identificar, testar e promover de forma participativa práticas inovadoras, escaláveis e cientificamente validadas para a gestão do risco climático, desenvolvidas a partir de parcerias activas com instituições públicas e privadas de conhecimento – academia e pesquisas envolvidas na prestação de assistência técnica direccionada aos governos locais –, OSC-OCB e comunidades vulneráveis na testagem, validação e ajuste de pacotes tecnológicos internacionalmente validados à realidade e padrões operacionais aceites em Moçambique.



VISÃO

- Um país onde as comunidades são resilientes a choques climáticos, equipadas e dotadas de capacidade e conhecimento sobre os riscos a que estão expostas, com capacidade para gerir desastres sem comprometer a materialização da agenda e prioridades de desenvolvimento local imediato e futuro.



MISSÃO

- A nossa missão é integrar a Gestão e Redução do Risco de Desastres (GRRD) em todos os programas e actividades de desenvolvimento comunitário, através do reforço da capacidade local - instituições e comunidades - na gestão eficaz dos riscos de desastres, por via do desenvolvimento de protocolos institucionais para GRRD assentes no estabelecimento de parcerias público-privadas inteligentes, para a sua materialização no terreno. A FDC esforçar-se-á por melhorar a prontidão para a redução do risco de desastres e melhorar a capacidade de resposta, recuperação e resiliência a longo prazo das comunidades de risco onde o fortalecimento da capacidade para a tomada de decisões informadas e promoção de intervenções lideradas pela comunidade merecerão especial atenção.



Blindar a cadeia de serviços primários, nomeadamente, agricultura e sistemas alimentares locais, água, educação e diversificação de meios de vida, saúde, sistemas financeiros, de modo a melhorar os níveis de prevenção, prontidão, resposta, recuperação e reconstrução pós-choque...

⁵Esta aproximação deve ser vista como uma componente integral e activa de um movimento para institucionalizar abordagens participativas e localmente viáveis de desenho, implementação e monitoria dos efeitos imediatos e impactos a longo prazo de intervenções acordadas localmente, para melhorar o grau de prontidão e resiliência climática a longo prazo.

2.2 OBJECTIVO GERAL

• Reduzir a vulnerabilidade climática por meio do engajamento activo de instituições locais, governamentais, lideranças comunitárias, comunidades em risco, OSC-OCB, sector privado local, bancos, academia – pesquisa, bem como parceiros de desenvolvimento na implementação e monitoramento activo de agendas e programas multianuais de desenvolvimento compatíveis com o clima. Esses programas serão baseados na necessidade de melhorar os níveis de prevenção, prontidão, adaptação, mitigação e resiliência a choques climáticos extremos.

2.2.1 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

2.2.1.1 Integrar o clima, a gestão do risco climático e a resposta humanitária como temas transversais no modelo operacional da FDC e em seus programas de desenvolvimento comunitário. Isso garantirá uma materialização mais efectiva e eficiente dos objectivos de transformação social visados pela Fundação no actual contexto de mudanças climáticas, desastres e ambiente de conflito.

2.2.1.2 Reforçar a governança climática e de gestão de riscos de desastres aos níveis provincial, distrital e comunitário, fortalecendo a capacidade do governo local, instituições, trabalhadores, lideranças comunitárias, membros da comunidade local, OSC-OCB e outros profissionais de desenvolvimento local no desenho, implementação e monitoramento de programas de desenvolvimento compatíveis com o clima e capacidades de prontidão, resposta e rápida recuperação.

2.2.1.3 Sistematizar e disseminar conhecimento relevante sobre as melhores tecnologias e práticas de gestão de risco climático, visando tornar os sistemas locais de prestação de serviços primários compatíveis com o clima. Para isso, será importante estabelecer plataformas de gestão do conhecimento e parcerias de inovação, envolvendo actores públicos e privados, para implementar programas de pesquisa adaptativa e formativa conjunta que permitam a transferência de tecnologias e modelos de intervenção capazes de melhorar o conhecimento local sobre o tema. Isso estimulará as comunidades em risco a optar por acções informadas para testar, seleccionar e promover medidas de construção e melhoria da resiliência climática localmente viáveis e relevantes.

2.2.1.4 Realizar advocacia direccionada à familiarização, implementação e monitoramento contínuo do quadro legal de gestão do risco de desastres ao nível provincial, distrital e comunitário. Isso criará um ambiente favorável ao envolvimento activo das comunidades locais no co-desenho, implementação e monitoramento contínuo de planos multianuais para a construção e melhoria da resiliência climática localmente acordados, capazes de melhorar os níveis de prontidão, resposta, recuperação pós-choque e resiliência a longo prazo das comunidades em risco.

2.2.1.5 Reforçar os mecanismos de coordenação local, para melhorar a governança e gestão de riscos climáticos, promovendo plataformas multilaterais que reúnam todos os intervenientes chave, incluindo governos locais, OSC-OCB, academia e pesquisa, bem como o sector privado. Essas plataformas estarão direccionadas à negociação de parcerias público-privadas inteligentes e localmente viáveis, para apoiar os esforços locais de melhoria da cadeia de gestão do risco de desastres e mobilização de recursos para intervenção.

2.2.1.6 Promover a coesão social e a construção da paz como forma de evitar a escalada de conflitos e, ao mesmo tempo, resolver questões emergentes na governança de deslocados internos, bem como sua interacção com as comunidades de acolhimento nos centros de reassentamento. Isso ajudará a melhorar a convivência e a qualidade de vida tanto dos deslocados internos quanto das comunidades de acolhimento.

PILARES ESTRATEGICOS



Table 2: Quadro de registo do objectivo estratégico

OBJECTIVO ESTRATÉGICO	RESULTADOS PREVISTOS	PRINCIPAIS ACTIVIDADES	INDICADORES
<p>Integrar as mudanças climáticas, a gestão do risco de desastres naturais, e gestão de conflitos como temas transversais nas operações da FDC e sua agenda de apoio ao desenvolvimento comunitário, como forma de garantir uma materialização mais eficaz e eficiente dos objectivos de transformação social visados pela fundação no contexto de mudanças climáticas e conflitos.</p>	<p>1.1. São concebidos e institucionalizados protocolos institucionais destinados a orientar as operações da FDC antes, durante e após a ocorrência de eventos climáticos previstos - ciclones tropicais, cheias, secas e outras ameaças legislativas relevantes a Fundação.</p> <p>1.2. Melhoria da resiliência climática, e gestão do risco de Desastres naturais – prontidão, ERH, recuperação pós-choque e diversificação de meios de vida são incorporados como questões transversais nos programas de desenvolvimento da FDC.</p>	<p>1.1.1 Desenvolver diretrizes e protocolos operacionais internos para orientar as operações da FDC antes, durante e na sequência de riscos e ameaças legislativos (Lei n.º 10/2020, Artigo 12.º).</p> <p>1.1.2 Induzir todo o pessoal de gestão, projectos e os sub-beneficiários dos financiamentos da FDC a actuar em zonas de risco sobre as diretrizes operacionais da Fundação em contexto de risco climático, conflitos, e outras ameaças legislativas capazes de minar a agendas de promoção de desenvolvimento local promovidas pela Fundação.</p> <p>1.2.1 Incorporar o reforço da resiliência climática e a gestão do risco de desastres naturais como questões transversais nos programas de desenvolvimento da FDC.</p> <p>1.2.2 Estabelecer uma Direcção para coordenar o trabalho da FDC em matéria de melhoria da resiliência climática e de GRRD-ERH a nível comunitário.</p> <p>1.2.3 Criar um grupo de trabalho multisectorial sobre a resiliência climática e a gestão do risco de desastres naturais.</p> <p>1.2.4 Identificar e formar pontos focais para melhoria da resiliência climática, a gestão de riscos de desastres naturais e a gestão ambiental nos escritórios regionais da FDC, projectos que representem localmente a Fundação em grupos de trabalho temáticos a nível nacional e subnacional.</p> <p>1.2.5 Criar um Fundo Institucional (Social), para financiar as necessidades de intervenção da FDC na cadeia de GRRD com ênfase na melhoria de prontidão, construção e melhoria de resiliência climática a longo prazo e apoio a questões internas emergentes com a massa laboral.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvido e aplicados os protocolos operacionais e que orientem as acções da Fundação em caso de riscos e ameaças previstas na legislação, e.g., pandemias, seca, ciclones, cheias, e emergência de saúde pública causadas por vectores associados ao clima. Número de trabalhadores com formação em GRRD e familiarizados com o protocolo e diretrizes operacionais aprovadas; Concebidos modelos de intervenção prioritários para a criação de resiliência climática a nível institucional, regional, comunitário, da cadeia de prestação de serviços primários de apoio, e agregados familiares em todos os sectores-chave de intervenção da FDC. Número de pontos focais de GRRD-ERH activos e funcionais em todos os gabinetes regionais da FDC que cobrem comunidades de risco prioritárias para esta estratégia. Fundo de responsabilidade social da FDC aprovado internamente e em uso para reforçar a participação activa da FDC na implementação de acções prioritárias de GRRD-ERH e melhoria de resiliência climática
<p>Reforçar a governança climática e de gestão de riscos de desastres a nível provincial, distrital e comunitário, através do reforço da capacidade do governo local - instituições, trabalhadores e lideranças comunitárias, membros da comunidade local, OBC e outros profissionais do desenvolvimento local em matéria de desenho, implementação e monitoria de programas de desenvolvimento compatíveis com o clima.</p>	<p>2.1 A capacidade técnica das instituições e grupos técnicos de GRRD-ERH a nível provincial e distrital é reforçada através de acções de treinamento personalizadas, para a melhoria da capacidade local de desenho e monitoria de programas de desenvolvimento compatíveis com o clima, em conformidade com directrizes e padrões internacionais.</p>	<p>2.1.1 Avaliar as necessidades de formação em matéria de prontidão e desenho de intervenções de construção e melhoria de resiliência climática a nível do INGD e CTGRD a nível provincial.</p> <p>2.1.2 Desenvolver e administrar pacotes de formação personalizada e estabelecer plataformas de aprendizagem informal, garantir uma exposição e aprendizagem de pares entre os membros dos grupos de trabalho GRRD-ERH provinciais, CTGRD - INGD, parceiros da academia, pesquisa e desenvolvimento nacional e internacional.</p> <p>2.1.3 Familiarizar os membros dos grupos técnicos de trabalho CTGRD e COE com os procedimentos e padrões operacionais (SOAP) internacionais para a intervenção GRRD-ERH.</p> <p>2.1.4 Capacitar os membros do CTGRD em termos de integração de questões de gestão climática, GRRD-ERH nas agendas de governação e programas de desenvolvimento local patentes nos PESOP, documentos sectoriais e planos de actividade anuais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de formação e plano de reforço de capacidades em matéria de prontidão, adaptação e melhoria de resiliência climática no contexto de desastres. # de técnicos do INGD, CTGRD e do grupo técnico de trabalho formados em matéria de GRRD e desenho de planos multianuais para construção e melhoria de prontidão e resiliência climática. # de oportunidades de formação identificadas e frequentadas por técnicos do INGD, comités provinciais e distritais de GRRD-ERH e OSC-OCB. # de padrões operacionais (SOAP) internacionais incorporados nos protocolos locais de GRRD-ERH # de membros do comité e grupos técnicos de trabalho do Conselho Técnico (CTGRD) formados no desenho de programas de desenvolvimento compatíveis com o clima.
<p>CONTINUAÇÃO</p>			<ul style="list-style-type: none"> # Número de documentos sectoriais que já incorporam actividades de melhoria de resiliência climática e de GRRD-ERH "específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporais". # de sectores com uma agenda e plano operacional compatíveis com o clima e de construção de resiliência climática aprovada - ênfase na agricultura e SAN, água, abrigo - habitação condigna, saúde e educação. # de programas e planos de actividades de desenvolvimento comunitário que incorporaram questões de GRRD-ERH e construção de resiliência climática. # de CLGRD revitalizados¹⁰ # de CLGRD revitalizado e activo, equipado com um plano multianual de melhoria e monitoria de resiliência com objectivos "smart" a curto, médio e longo prazo. # de CLGRD qualificando-se como CoP inovativas a trabalhar além da janela de aviso prévio, em acções de melhoria, diversificação de meios de vida e construção de resiliência local. # de comunidades com um plano multianual de melhoria de resiliência comunitário # de CLGRD revitalizados, activos e actualizados na implementação do seu plano multianual de melhoria de resiliência climática. # de comunidades com um score de resiliência climática satisfatório.
<p>2.2 A capacidade técnica dos grupos de trabalho e dos COE-CTOE de GRRD-ERH a nível distrital é fortalecida através de acções de reforço das capacidades locais de desenho de programas de desenvolvimento compatíveis com o clima.</p>	<p>2.1.5 Rever os planos provinciais de gestão climática e de risco de desastres, de modo a incluir actividades tangíveis destinadas a melhorar a capacidade local de avaliar, melhorar, regular continuamente o alcance dos níveis de prontidão, adaptação e construção de resiliência climática desejados.</p> <p>2.1.6 Apoiar a mobilização de recursos para a execução do PDRRD e integração dos planos de contingência nos planos multianuais de construção de resiliência climática.</p> <p>2.1.7 Desenvolver um quadro local para a monitoria contínua do grau de prontidão e capacidade de resposta a desastres⁷.</p> <p>2.2.1 Capacitar os membros dos COE-CTOE em incorporação de questões de gestão climática, GRRD-ERH, nas agendas de governação, programas de desenvolvimento distrital - PESOD, documentos sectoriais e planos de actividade anuais.</p> <p>2.2.2 Apoiar na preparação de propostas de mobilização de recursos para a implementação e monitoria dos planos distritais de GRRD-ERH e construção de resiliência climática.</p> <p>2.2.3 Desenvolver um protocolo local para avaliar, de forma participativa, o grau de prontidão, capacidade de resposta e construção de resiliência climática a nível distrital⁸.</p> <p>2.3.1 Desenhar conteúdos e materiais de formação personalizados, para melhorar a capacidade dos CLGRD de participar de forma activa na concepção, implementação e avaliação participativa dos planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática capazes de ajudar a melhorar o nível de prontidão, adaptação e resiliência em contexto de seca, ciclones e cheias.</p> <p>2.3.2 Revitalizar e fortalecer os CLGRD.</p> <p>2.3.3 Apoiar a capacitação e transformação dos CLGRD em comunidades de práticas (CoP) inovadoras, auto-suficientes e equipadas para trabalhar além da janela de aviso prévio e resposta, como promotoras de boas práticas de fortalecimento e diversificação de meios de vida, bem como intervenções de construção e melhoria de resiliência climática a nível comunitário.</p> <p>2.3.4 Envolver as comunidades locais na concepção e implementação de planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática a nível comunitário e do agregado familiar.</p> <p>2.3.5 Envolver activamente o CLGRD e os membros da comunidade na avaliação participativa do grau de prontidão, adaptação, capacidade de resposta e resiliência locais (CRMCO)⁹.</p>	<p>2.1.5 Revisão dos planos provinciais de gestão climática e de risco de desastres, de modo a incluir actividades tangíveis destinadas a melhorar a capacidade local de avaliar, melhorar, regular continuamente o alcance dos níveis de prontidão, adaptação e construção de resiliência climática desejados.</p> <p>2.1.6 Apoiar a mobilização de recursos para a execução do PDRRD e integração dos planos de contingência nos planos multianuais de construção de resiliência climática.</p> <p>2.1.7 Desenvolver um quadro local para a monitoria contínua do grau de prontidão e capacidade de resposta a desastres⁷.</p> <p>2.2.1 Capacitar os membros dos COE-CTOE em incorporação de questões de gestão climática, GRRD-ERH, nas agendas de governação, programas de desenvolvimento distrital - PESOD, documentos sectoriais e planos de actividade anuais.</p> <p>2.2.2 Apoiar na preparação de propostas de mobilização de recursos para a implementação e monitoria dos planos distritais de GRRD-ERH e construção de resiliência climática.</p> <p>2.2.3 Desenvolver um protocolo local para avaliar, de forma participativa, o grau de prontidão, capacidade de resposta e construção de resiliência climática a nível distrital⁸.</p> <p>2.3.1 Desenhar conteúdos e materiais de formação personalizados, para melhorar a capacidade dos CLGRD de participar de forma activa na concepção, implementação e avaliação participativa dos planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática capazes de ajudar a melhorar o nível de prontidão, adaptação e resiliência em contexto de seca, ciclones e cheias.</p> <p>2.3.2 Revitalizar e fortalecer os CLGRD.</p> <p>2.3.3 Apoiar a capacitação e transformação dos CLGRD em comunidades de práticas (CoP) inovadoras, auto-suficientes e equipadas para trabalhar além da janela de aviso prévio e resposta, como promotoras de boas práticas de fortalecimento e diversificação de meios de vida, bem como intervenções de construção e melhoria de resiliência climática a nível comunitário.</p> <p>2.3.4 Envolver as comunidades locais na concepção e implementação de planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática a nível comunitário e do agregado familiar.</p> <p>2.3.5 Envolver activamente o CLGRD e os membros da comunidade na avaliação participativa do grau de prontidão, adaptação, capacidade de resposta e resiliência locais (CRMCO)⁹.</p>	
<p>2.3 Os CLGRD são revitalizados e a sua capacidade de desenhar, implementar e monitorar planos multianuais de construção de resiliência climática iniciados pela comunidade é reforçada.</p>	<p>2.2.1 Capacitar os membros dos COE-CTOE em incorporação de questões de gestão climática, GRRD-ERH, nas agendas de governação, programas de desenvolvimento distrital - PESOD, documentos sectoriais e planos de actividade anuais.</p> <p>2.2.2 Apoiar na preparação de propostas de mobilização de recursos para a implementação e monitoria dos planos distritais de GRRD-ERH e construção de resiliência climática.</p> <p>2.2.3 Desenvolver um protocolo local para avaliar, de forma participativa, o grau de prontidão, capacidade de resposta e construção de resiliência climática a nível distrital⁸.</p> <p>2.3.1 Desenhar conteúdos e materiais de formação personalizados, para melhorar a capacidade dos CLGRD de participar de forma activa na concepção, implementação e avaliação participativa dos planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática capazes de ajudar a melhorar o nível de prontidão, adaptação e resiliência em contexto de seca, ciclones e cheias.</p> <p>2.3.2 Revitalizar e fortalecer os CLGRD.</p> <p>2.3.3 Apoiar a capacitação e transformação dos CLGRD em comunidades de práticas (CoP) inovadoras, auto-suficientes e equipadas para trabalhar além da janela de aviso prévio e resposta, como promotoras de boas práticas de fortalecimento e diversificação de meios de vida, bem como intervenções de construção e melhoria de resiliência climática a nível comunitário.</p> <p>2.3.4 Envolver as comunidades locais na concepção e implementação de planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática a nível comunitário e do agregado familiar.</p> <p>2.3.5 Envolver activamente o CLGRD e os membros da comunidade na avaliação participativa do grau de prontidão, adaptação, capacidade de resposta e resiliência locais (CRMCO)⁹.</p>	<p>2.2.1 Capacitar os membros dos COE-CTOE em incorporação de questões de gestão climática, GRRD-ERH, nas agendas de governação, programas de desenvolvimento distrital - PESOD, documentos sectoriais e planos de actividade anuais.</p> <p>2.2.2 Apoiar na preparação de propostas de mobilização de recursos para a implementação e monitoria dos planos distritais de GRRD-ERH e construção de resiliência climática.</p> <p>2.2.3 Desenvolver um protocolo local para avaliar, de forma participativa, o grau de prontidão, capacidade de resposta e construção de resiliência climática a nível distrital⁸.</p> <p>2.3.1 Desenhar conteúdos e materiais de formação personalizados, para melhorar a capacidade dos CLGRD de participar de forma activa na concepção, implementação e avaliação participativa dos planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática capazes de ajudar a melhorar o nível de prontidão, adaptação e resiliência em contexto de seca, ciclones e cheias.</p> <p>2.3.2 Revitalizar e fortalecer os CLGRD.</p> <p>2.3.3 Apoiar a capacitação e transformação dos CLGRD em comunidades de práticas (CoP) inovadoras, auto-suficientes e equipadas para trabalhar além da janela de aviso prévio e resposta, como promotoras de boas práticas de fortalecimento e diversificação de meios de vida, bem como intervenções de construção e melhoria de resiliência climática a nível comunitário.</p> <p>2.3.4 Envolver as comunidades locais na concepção e implementação de planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática a nível comunitário e do agregado familiar.</p> <p>2.3.5 Envolver activamente o CLGRD e os membros da comunidade na avaliação participativa do grau de prontidão, adaptação, capacidade de resposta e resiliência locais (CRMCO)⁹.</p>	
<p>2.3 Os CLGRD são revitalizados e a sua capacidade de desenhar, implementar e monitorar planos multianuais de construção de resiliência climática iniciados pela comunidade é reforçada.</p>	<p>2.2.1 Capacitar os membros dos COE-CTOE em incorporação de questões de gestão climática, GRRD-ERH, nas agendas de governação, programas de desenvolvimento distrital - PESOD, documentos sectoriais e planos de actividade anuais.</p> <p>2.2.2 Apoiar na preparação de propostas de mobilização de recursos para a implementação e monitoria dos planos distritais de GRRD-ERH e construção de resiliência climática.</p> <p>2.2.3 Desenvolver um protocolo local para avaliar, de forma participativa, o grau de prontidão, capacidade de resposta e construção de resiliência climática a nível distrital⁸.</p> <p>2.3.1 Desenhar conteúdos e materiais de formação personalizados, para melhorar a capacidade dos CLGRD de participar de forma activa na concepção, implementação e avaliação participativa dos planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática capazes de ajudar a melhorar o nível de prontidão, adaptação e resiliência em contexto de seca, ciclones e cheias.</p> <p>2.3.2 Revitalizar e fortalecer os CLGRD.</p> <p>2.3.3 Apoiar a capacitação e transformação dos CLGRD em comunidades de práticas (CoP) inovadoras, auto-suficientes e equipadas para trabalhar além da janela de aviso prévio e resposta, como promotoras de boas práticas de fortalecimento e diversificação de meios de vida, bem como intervenções de construção e melhoria de resiliência climática a nível comunitário.</p> <p>2.3.4 Envolver as comunidades locais na concepção e implementação de planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática a nível comunitário e do agregado familiar.</p> <p>2.3.5 Envolver activamente o CLGRD e os membros da comunidade na avaliação participativa do grau de prontidão, adaptação, capacidade de resposta e resiliência locais (CRMCO)⁹.</p>	<p>2.2.1 Capacitar os membros dos COE-CTOE em incorporação de questões de gestão climática, GRRD-ERH, nas agendas de governação, programas de desenvolvimento distrital - PESOD, documentos sectoriais e planos de actividade anuais.</p> <p>2.2.2 Apoiar na preparação de propostas de mobilização de recursos para a implementação e monitoria dos planos distritais de GRRD-ERH e construção de resiliência climática.</p> <p>2.2.3 Desenvolver um protocolo local para avaliar, de forma participativa, o grau de prontidão, capacidade de resposta e construção de resiliência climática a nível distrital⁸.</p> <p>2.3.1 Desenhar conteúdos e materiais de formação personalizados, para melhorar a capacidade dos CLGRD de participar de forma activa na concepção, implementação e avaliação participativa dos planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática capazes de ajudar a melhorar o nível de prontidão, adaptação e resiliência em contexto de seca, ciclones e cheias.</p> <p>2.3.2 Revitalizar e fortalecer os CLGRD.</p> <p>2.3.3 Apoiar a capacitação e transformação dos CLGRD em comunidades de práticas (CoP) inovadoras, auto-suficientes e equipadas para trabalhar além da janela de aviso prévio e resposta, como promotoras de boas práticas de fortalecimento e diversificação de meios de vida, bem como intervenções de construção e melhoria de resiliência climática a nível comunitário.</p> <p>2.3.4 Envolver as comunidades locais na concepção e implementação de planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática a nível comunitário e do agregado familiar.</p> <p>2.3.5 Envolver activamente o CLGRD e os membros da comunidade na avaliação participativa do grau de prontidão, adaptação, capacidade de resposta e resiliência locais (CRMCO)⁹.</p>	

⁷Esta acção será realizada em estreita colaboração com o Departamento de Ciências da Terra da Universidade das Honduras

⁸<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030497972032585>; <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030497972032585>; <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030497972032585>

⁹<https://www.zurichfoundation.org/media/project/zw/p/zurich-foundation/climate-resilience/crmco.pdf>; <https://www.zurichfoundation.org/media/project/zw/p/zurich-foundation/climate-resilience/crmco.pdf>; <https://www.zurichfoundation.org/media/project/zw/p/zurich-foundation/climate-resilience/crmco.pdf>

¹⁰<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959578016303983>; <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959578016303983>; <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959578016303983>; <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959578016303983>

¹¹<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2772883822001042>; <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2772883822001042>; <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2772883822001042>

¹²É necessário desenvolver critérios claros para definir o que é um CLGRD activo.

<p>Sistematizar e disseminar conhecimentos relevantes sobre as melhores tecnologias e práticas de gestão de risco climático, com vista a tornar os sistemas locais de prestação de serviços primários compatíveis com o clima. Para tal, será importante estabelecer plataformas de gestão de conhecimento e parcerias de inovação público-privadas inteligentes, para implementar programas de pesquisa adaptativa e formativa conjunta, para a transferência de tecnologias e modelos de intervenção capazes de, a médio-longo prazo, ajudarem a melhorar o nível de conhecimento local sobre o tema e, consequentemente, estimular as comunidades em risco a agir de forma informada, no sentido de testar, seleccionar e promover medidas de construção e melhoria de resiliência climática localmente viáveis e relevantes.</p>	<p>3.1 Conhecimentos sobre experiências locais e internacionais de GRRD-ERH e melhoria de resiliência climática bem-sucedidas, adaptáveis, sistematizadas e disponibilizadas em formatos simples, pragmáticos, de fácil percepção e uso nas comunidades de risco</p> <p>3.2 Negociado e assinado MdE com parceiros regionais e internacionais para reforçar as capacidades locais em matéria de gestão de riscos de desastres e melhoria de resiliência climática nas comunidades propensas a desastres.</p> <p>3.3 Estabelecidas plataformas de inovação local, Cop/LPA, para testar e promover modelos inovadores e integrados de reabilitação comunitária, e.g., o modelo do FiniSAVE, capazes de adicionar valor aos esforços locais para melhorar a resiliência climática em comunidades de risco.</p> <p>4.1 As lideranças comunitárias, membros influentes, OCB e instituições locais familiarizados com o quadro legal de GRRD.</p>	<p>3.1.1 Envolver as instituições locais de conhecimento na identificação e sistematização de conhecimento sobre a intervenção tecnológica escalável para a construção da resiliência climática disponível na região e a nível intermunicipal susceptível de acrescentar valor aos esforços de Moçambique.</p> <p>3.1.2 Adquirir conhecimentos básicos e necessários à promoção do processo de análise e avaliação do risco como factor fundamental para tomar decisões, elaborar o plano, conceber e implementar acções de resiliência na comunidade.</p> <p>3.1.3 Através de investigação adaptativa, formativa e participativa com instituições de conhecimento locais, o INGD, o governo local e as comunidades, testar e promover tecnologias localmente viáveis para tornar os agregados familiares e comunidades resistentes às mudanças climáticas.</p> <p>3.2.1 Identificar os parceiros regionais e internacionais com os quais se deve colaborar no domínio da GRRD-ERH, construção e monitoria de resiliência climática.</p> <p>3.2.2 Negociar, assinar e implementar MdE multilaterais com parceiros regionais e internacionais nas áreas de GRRD-ERH, melhoria e monitoria de resiliência climática.</p> <p>3.2.3 Promover o intercâmbio de experiências com parceiros locais, regionais e internacionais.</p> <p>3.3.1 Estabelecer plataformas de inovação para a construção de resiliência climática, testar e promover planos integrados e inovadores de reabilitação comunitária capazes de adicionar valor aos esforços de desenho e implementação de agendas de desenvolvimento local compatíveis com o clima.</p> <p>3.3.2 Estabelecer e revitalizar unidades de demonstração e formação em tecnologias de melhoria de prontidão, construção e melhoria de resiliência climática em comunidades propensas a cheias e secas - Centros de Recursos Multiuso do INGD no Semiarido (CERUM)</p> <p>4.1.1 Desenhar e promover novos materiais de SBCC e IEC, para a familiarização com o quadro legal de GRRD e acções de melhoria de resiliência climática para uso em sessões de engajamento comunitário.</p> <p>4.1.2 Realizar sessões de engajamento comunitário, para a familiarização com o quadro legal de GRRD e reforço da capacidade de desenho e implementação de acções de melhoria de resiliência climática direccionadas às instituições locais, lideranças comunitárias e CLGRD.</p>	<p># de tecnologias de melhoria de resiliência climática viáveis e com rácio custo-benefício aceitável para o contexto de cheias e secas identificadas e promovidas.</p> <p># de tecnologias resilientes ao clima aprovadas pelos comités de especialistas, com protocolos de implementação descritos de forma clara e detalhada, para facilitar o uso nas zonas propensas ao risco de cheias e secas em Moçambique.</p> <p># de parceiros regionais e internacionais na área de GRRD, construção e monitoria de resiliência climática identificados e contactados.</p> <p># de MdE multilaterais assinados e activos</p> <p># de intervenções conjuntas implementadas à luz dos MdE assinados.</p> <p># de plataformas de inovação em matéria de GRRD-ERH e construção de resiliência climática activas a nível local.</p> <p># de tecnologias resilientes ao clima com um rácio custo-benefício localmente viável e aceite identificadas, validadas e consideradas aptas para uso pelo utilizador final nas comunidades propensas ao risco de cheias e secas em Moçambique.</p> <p>Número de materiais de SBCC e IEC desenvolvidos sobre legislação de GRRD e reforço da resiliência climática com base na comunidade.</p> <p>Número de campeões activos formados em matéria de GRRD e reforço da resiliência climática com base na comunidade</p>
--	---	--	--

CONTINUAÇÃO

<p>Realizar advocacia direccionada à familiarização, implementação e monitoria contínua do quadro legal de GRRD a nível provincial, distrital e comunitário, como meio de criar um ambiente favorável ao envolvimento activo das comunidades locais no co-desenho, implementação e monitoria contínua de planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática localmente acordados e capazes de ajudar a melhorar os níveis de prontidão, resposta, recuperação rápida pós-choque e melhoria de resiliência a longo prazo das comunidades de risco.</p>	<p>4.2 Professores das escolas locais e membros dos comités de escola formados e activos como "champions" em matéria de GRRD e melhoria de resiliência climática</p> <p>4.3 Agregados familiares e instituições locais modelo em matéria de resiliência climática identificados e actuando activamente como defensores e promotores de boas práticas.</p> <p>5.1 Mecanismo multisectorial de coordenação da GRRD a nível central - CTGRRD dotado de capacidade para agir além da janela habitual de GRRD na negociação e monitoria da contribuição dos parceiros para o cumprimento dos planos multianuais locais de construção de resiliência climática.</p>	<p>4.1.1 Formar e dotar as escolas locais de capacidade para que se tornem locais de referência para o treino e familiarização da comunidade e das gerações futuras com a legislação de GRRD e tecnologias para a melhoria de resiliência climática.</p> <p>4.1.2 Identificar e capacitar "campeões locais" de GRRD e melhoria de resiliência climática a nível comunitário capazes de conduzir sessões de engajamento comunitário para a mudança de comportamento, implementação de medidas de GRRD e resiliência a nível comunitário e do agregado familiar.</p> <p>4.3.1 Identificar famílias modelo em gestão climática, GRRD e climaticamente resilientes seleccionadas entre famílias de reconhecida capacidade de adaptação, mitigação e pontuação de resiliência climática superior, capazes de actuar como defensores e promotores locais de boas práticas de gestão climática a nível comunitário.</p> <p>5.1.1 Melhorar os mecanismos de coordenação de GRRD de capacidade operativa para negociar e monitorar o processo de migração de intervenções de curto prazo, bem como de resposta pós-choque para modelos de intervenção multianuais de melhoria de resiliência climática;</p> <p>5.1.2 Reforçar a participação das OSC-OCB, parceiros de desenvolvimento, sector privado e banca na operacionalização das agendas locais de melhoria de resiliência climática.</p>	<p>Número de professores formados como defensores da GRRD e da resiliência climática que conduzem sessões escolares.</p> <p>Número de sessões de resiliência climática, bem como de preparação e adaptação à gestão de riscos de desastres realizadas nas escolas abrangidas</p> <p>Sistema e padrão de pontuação para avaliação do grau de resiliência climática a nível comunitário e do agregado familiar desenvolvidos¹²</p> <p># de agregados familiares resilientes ao clima identificados e fortalecidos</p> <p># de directrizes e parcerias público-privadas estabelecidas para apoiar a diversificação, expansão e melhoria da eficácia das intervenções de GRRD, assim como melhoria da resiliência a diferentes níveis da cadeia de GRRD</p>
<p>Reforçar os mecanismos de coordenação local, com vista a melhorar a gestão de risco e melhoria de resiliência climática, através da promoção de plataformas multilaterais que reúnem todos os intervenientes chave na negociação de parcerias público-privadas inteligentes e localmente viáveis, para apoiar os esforços locais de melhoria da qualidade e eficácia das intervenções ao longo da cadeia de GRRD e mobilização de recursos para intervenção.</p>	<p>5.2 Estabelecido mecanismo de monitoria de prontidão, capacidade de resposta e melhoria de resiliência climática a diferentes níveis (regional, institucional, comunitário e agregados familiar).</p>	<p>5.2.1 Apoiar o processo de desenvolvimento e revisão de padrões de monitoria de resiliência climática a diferentes níveis - comunidade e agregado familiar em zonas de risco de seca e cheias.</p> <p>5.2.2 Apoiar o INGD e autoridades locais na operacionalização de implementação e monitoria participativa de acções de melhoria de resiliência climática e gestão de risco de desastres.</p>	<p># de encontros de planificação e intervenções de GRRD e melhoria de resiliência climática aprovados pelo mecanismo de coordenação local.</p> <p># de províncias, distritos e comunidades com um mecanismo de coordenação de GRRD, de construção e monitoria de resiliência climática activos;</p> <p>Volume de recursos de contribuição para GRRD, melhoria e monitoria de resiliência cadastrados nos mecanismos de coordenação local.</p>
	<p>5.3 Assegurar a participação da FDC nos principais clusters e grupos de trabalho em GRRD-ERH e de melhoria da resiliência climática, com vista a melhorar as oportunidades de influenciar processos de tomada de decisão sobre intervenções na cadeia de GRRD.</p>	<p>5.3.1 A FDC participa em agrupamentos chave da cadeia operacional de gestão de riscos de desastres e partilha as abordagens de intervenção da Fundação, para tornar os sectores-chave resilientes ao clima¹³.</p> <p>5.3.2 Reposicionar a FDC como um parceiro activo do INGD-DARIDA para a operacionalização da estratégia de desenvolvimento de zonas áridas;</p>	<p>Registo e participação da FDC em grupos técnicos de trabalho para GRRD e melhoria de resiliência climática.</p> <p># de intervenções na cadeia de GRRD e construção de resiliência propostas pela FDC aprovadas para massificação, fora dos distritos prioritários da FDC.</p>

¹¹Model households should have superior resource endowment, adaptation capacity – livelihood diversity, high climate resilience score

¹²This can be developed through close collaboration with local research institutions for the different situations - droughts, floods and cyclones.

¹³FDC's sectors of interest are agriculture, food and nutritional security, WASH - consumption and productive use, health, education - TVEI, shelter - decent housing (resettlement planning), IDP governance, strengthening and diversifying livelihoods market-oriented.

2.3 INTEGRAÇÃO DA RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E DA GESTÃO DO RISCO DE DESASTRES NAS ÁREAS-CHAVE DE INTERVENÇÃO DA FDC

2.3.1 PILAR 1. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A fim de melhorar a resiliência climática e a gestão do risco de desastres em suas intervenções de desenvolvimento comunitário, a FDC adotará uma abordagem participativa e orientada para a comunidade, priorizando a capacidade de preparação, adaptação, mitigação e construção de resiliência a curto, médio e longo prazo. Essas acções serão baseadas em planos multianuais de reabilitação e desenvolvimento comunitário embasados em evidências. O objectivo é que as comunidades beneficiadas aumentem a sua resiliência climática, reduzindo o impacto de choques climáticos extremos em seus meios de subsistência e bem-estar. As intervenções devem garantir estabilidade e funcionamento a longo prazo das instituições, infra-estruturas e serviços de apoio, cadeias produtivas e sistemas alimentares locais, bem como promover o bem-estar das famílias moradoras das principais áreas de risco e de intervenção da Fundação. Portanto, a institucionalização das questões de gestão do risco de desastres e resiliência climática nesse pilar focar-se-á em:

a) Fortalecer a capacidade local de desenvolver agendas e programas de desenvolvimento compatíveis com o clima e incorporar a gestão do clima e risco de desastres nas agendas de desenvolvimento local.

b) Desenvolver e reforçar a capacidade local de identificar e avaliar, de forma participativa, os riscos climáticos e elaborar planos de monitoramento da efectividade dos planos multianuais de melhoria da resiliência climática na redução da vulnerabilidade climática e minimização dos impactos de eventos climáticos extremos nos meios de subsistência e no funcionamento das principais cadeias produtivas e sistemas de prestação de serviços básicos.

c) Aumentar a preparação local por meio do desenvolvimento e envolvimento activo dos Comitês Locais de Gestão e Redução do Risco de Desastres (CLGRD) e da comunidade na gestão de sistemas de alerta, aviso prévio e coordenação de acções antecipadas para minimizar os riscos e impactos de eventos climáticos extremos, assim como da emergência de saúde pública nos meios de subsistência das comunidades em risco.

d) Combater as desigualdades sistémicas e ajustar as intervenções para abordar a diversidade socioeconómica e biofísica dos grupos e comunidades beneficiárias. Considerando que eventos climáticos extremos

contribuem para ampliação das desigualdades sociais, como pobreza e acesso desigual a serviços básicos como saúde, educação, água, protecção social, agricultura e segurança alimentar e nutricional, é importante adequar as intervenções e programas de construção de resiliência climática da FDC ao contexto específico de cada comunidade e grupo.

e) Promover parcerias de aprendizado com outras organizações, incluindo autoridades locais e ONG, para melhorar a troca de informações e aumentar o conhecimento existente. Isso contribuirá para consolidar e sistematizar informações sobre tecnologias e modelos de intervenção ajustáveis a cada contexto, para a construção de resiliência climática.

f) Fortalecer a ligação com OSC-OCB e criar mecanismos para melhorar a participação e apropriação local das intervenções a nível comunitário, através do estabelecimento de plataformas de inovação, como comunidades de prática e locais de participação activa. Essas plataformas facilitarão a participação activa das instituições locais e membros da comunidade no processo de desenho, implementação e monitoramento dos planos multianuais de melhoria da resiliência climática e gestão do risco de desastres. Será estabelecida uma rede sólida de parceiros locais para a implementação dessas acções.

2.3.2 PILAR 2. ADVOCACIA DE IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL

A integração da criação de resiliência climática e da gestão de riscos de desastres nas agendas de advocacia, equidade e justiça social da Fundação exigirá uma abordagem holística, para sensibilizar e criar um núcleo activo de activistas e defensores locais de resiliência climática que compreendam a interseccionalidade e várias dimensões da vulnerabilidade climática. Estes activistas e defensores devem estar munidos de conhecimento, competências e atitudes necessárias para abordar as causas sistémicas e estruturais, bem como os potenciais impactos dos diferentes eventos climáticos extremos e das emergências de saúde pública associadas ao clima comuns em Moçambique. Ao fazê-lo, a FDC assegurará que os esforços de GRRD sejam eficazes, equitativos e socialmente justos. Para tal, enfoque será dado aos seguintes pilares de intervenção:

a) Advogar para o fortalecimento do quadro legal de GRRD, através da adequação do quadro legal – políticas e regulamentos de GRRD – à necessidade de criação de padrões mínimos de vida capazes de estimular a materialização das metas de construção de resiliência e redução da vulnerabilidade climática sistémica a diferentes níveis – institucional, comunitário e agregados familiares residentes nas principais zonas de risco. Neste processo, o foco será no desenvolvimento de padrões e medidas tangíveis que permitam medir o grau de prontidão e definir categoricamente um padrão de resiliência climática para cada nível e contexto. Este exercício deverá fazer parte das agendas de governação local e sectorial para construção de resiliência climática.

b) Promover processos de planificação e tomada de decisão inclusivos em matéria de GRRD e construção de resiliência climática: assegurar que os planos de redução e gestão do risco de desastres sejam desenvolvidos e monitorados através de um processo participativo que envolva todos os intervenientes chave, sem descurar o envolvimento activo da comunidade

e grupos vulneráveis do ciclo de planificação e implementação das intervenções. Isto inclui garantir que a voz da mulher, dos jovens, de pessoas com deficiência e de outros grupos marginalizados seja ouvida, de modo a que tenham as suas necessidades inclusas nos planos de GRRD-ERH e melhoria de resiliência climática.

c) Aumentar a consciência local sobre a importância e necessidade de participação activa da comunidade no processo de definição de prioridades de intervenção e implementação dos planos multianuais de construção e melhoria de resiliência climática como parte dos esforços de redução da vulnerabilidade a longo prazo em zonas propensas a riscos de desastres.

d) Estimular a participação activa da comunidade na monitoria e avaliação do progresso das acções de melhoria de prontidão, resposta e alcance das metas locais de resiliência climática. Este acção deve ser parte de um processo rotineiro de institucionalização e apropriação local.

2.3.3 PILAR 3. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Apesar da importância da gestão climática para a FDC, a transversalidade da resiliência climática e GRRD permitirá que a Fundação faça a integração sem precisar de proceder a modificações significativas na sua estrutura organizacional actual. No entanto, devem ser feitos ajustes no modelo operacional da FDC, para o tornar responsivo às exigências do desafio de integrar a construção de resiliência climática em suas intervenções e tornar-se um interveniente chave na promoção de intervenções de desenvolvimento e transformação social inovadoras, compatíveis com o clima em suas comunidades alvo. Para isso, serão realizadas as seguintes alterações organizacionais:

a) Criação de uma unidade dedicada a coordenar e supervisionar o processo de integração de questões de resiliência climática e GRRD-ERH nos pilares estratégicos, planos operativos e programas sectoriais de apoio ao desenvolvimento e transformação social implementados pela FDC nos seus distritos de intervenção. Esta unidade deve estar dotada de recursos humanos e capacidade técnica necessários

para conceber, implementar e monitorar o progresso e grau de cumprimento das metas de institucionalização, bem como de ferramentas para advocacia, mobilização comunitária e indicadores de monitoria dos avanços feitos na melhoria da prontidão, capacidade de resposta a desastres, além da melhoria de resiliência climática a nível nacional, subnacional e comunitário.

b) Constituição de um painel de aconselhamento multisectorial em matéria de melhoria de resiliência climática e GRRD composto por 7-10 especialistas sectoriais externos à FDC, e.g., academia e pesquisa, OSC, Governo, sector privado, banca, parceiros de desenvolvimento internacionais, que integre também representantes das direcções operativas da FDC, para aconselhar o Conselho de Administração e a Direcção Executiva em programas e projectos sobre assuntos críticos de melhoria de resiliência climática e GRRD-ERH, agendas de advocacia, estabelecimento de prioridades de intervenção e acções de apoio a instituições governamentais, OSC-OCB, mobilização do sector privado, banca e academia no processo de operacionalização de agendas e programas de desenvolvimento local compatíveis com o clima a nível nacional, subnacional e comunitário.

c) Identificar e negociar MdE com instituições de mérito comprovado em matéria de GRRD-ERH, gestão climática e melhoria de resiliência climática a nível nacional, regional e internacional capazes de apoiar o processo de melhoria da capacidade instalada da FDC para desenhar, implementar e avaliar o impacto de

intervenção de melhoria da capacidade das instituições locais de operacionalizar agendas e programas de desenvolvimento local compatíveis com o clima capazes de, a médio e longo prazo, contribuir para a redução da vulnerabilidade climática em comunidades de risco.

d) Fortalecer a capacidade institucional, através do desenvolvimento e institucionalização de uma cultura de capacitação contínua de recursos humanos – criação de ambientes informais de aprendizagem, facilitar o acesso à formação de curta duração, educação formal para especialização e obtenção de grau académico, atracção e retenção de mão-de-obra qualificada capaz de ajudar a melhorar a capacidade operativa, bem como garantir um melhor equilíbrio de capacidades entre os escritórios centrais, provinciais e principalmente a nível comunitário, onde maior investimento na qualificação de mão-de-obra deve ser feito. Este equilíbrio será importante para a rápida materialização dos esforços de tornar a FDC um parceiro-chave na produção, sistematização e disseminação de conhecimento e modelos escaláveis para a melhoria dos níveis de prontidão, capacidade de resposta e resiliência climática.

2.4 AVISO PRÉVIO E ACÇÕES ANTECIPADAS

De modo a contribuir para a mitigação, adaptação e construção de resiliência climática a curto, médio e longo prazo no seio das comunidades, a FDC centrará as suas atenções na melhoria do sistema de aviso prévio e acções antecipadas, através das seguintes acções:

a) Fortalecimento da capacidade técnica das instituições públicas chave que alimentam o sistema de aviso prévio a nível das comunidades;

b) Apoio ao desenvolvimento de cenários climáticos sectoriais de alta resolução, para avaliar e quantificar os impactos das mudanças climáticas a nível local;

c) Apoio à realização de pesquisas sobre os quatro pilares do sistema de aviso prévio eficaz (conhecimento do risco, previsão e monitoria, comunicação e disseminação de alertas, assim como capacidade de resposta), concentrando-se nos aspectos sociais como a comunicação eficaz de alerta às pessoas em risco nas

comunidades;

d) Apoio ao desenvolvimento de um atlas dinâmico e interactivo de riscos hidrometeorológicos e climáticos para o país, com vista a servir de referência de conhecimento do risco em Moçambique;

e) Apoio ao desenvolvimento de programas educacionais, materiais de consciencialização e realização de treinamentos para comunidades em risco, com vista a melhorar a compreensão, interpretação e uso da informação climática a nível local.

2.5 INTEGRAÇÃO DA RESILIÊNCIA NOS PROGRAMAS SECTORIAIS DA FDC

A integração da resiliência climática nos programas sectoriais da FDC desempenha papel fundamental na adaptação do modelo de intervenção da Fundação, visando garantir que os programas sejam sensíveis e compatíveis com as mudanças climáticas. A implementação de protocolos de melhoria da resiliência climática e gestão de risco de desastres tem como objectivo principal minimizar os impactos de eventos climáticos extremos nas comunidades em que a FDC actua a longo prazo. As prioridades de intervenção incluem a melhoria da resiliência climática nas áreas-chave de agricultura e segurança alimentar, água e saneamento, saúde pública, abrigo e moradia adequada, assim como educação. Ao abordar essas áreas, a FDC procura promover soluções inovadoras e sustentáveis, bem como capacitar e educar as comunidades para enfrentarem os desafios das mudanças climáticas.

2.5.1 AGRICULTURA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Aqui estão as prioridades de intervenção para melhorar a resiliência climática nas áreas de agricultura, segurança alimentar e nutricional:

a) Melhorar a resiliência climática dos sistemas de produção locais através da mobilização e provisão de assistência técnica personalizada às instituições locais – SDAE's, OSC-OCB's, associações de produtores, comunidades, sector privado e outros intervenientes nas principais cadeias de produção e valor locais em matéria de desenho, implementação e gestão de sistemas de produção climaticamente inteligentes capazes de garantir o suprimento contínuo, conservação e uso adequado de alimentos nutritivos, renda e a preservação das condições de vida e bem-estar social das comunidades antes, durante e após-choques climáticos;

b) Promover o estabelecimento de sistemas de sementes comunitárias resilientes ao clima, capazes de multiplicação, preservação e fornecimento contínuo de sementes diversificadas e adaptadas aos principais estresses bióticos e abióticos relevantes para cada contexto de intervenção.

c) Promover sistemas alimentares locais resilientes ao clima, com cadeias de produção e suprimento curtos (farm-to-fork), garantidos por pequenos bancos de proteína e carboidrato comunitários. Esses sistemas visam satisfazer as necessidades alimentares humanas, além de processar rações para cadeias de criação de animais locais, como aves, suínos, roedores, caprinos e

piscicultura local.

d) Implementar intervenções sustentáveis de melhoria e diversificação de meios de vida, com o envolvimento ativo das comunidades na operacionalização de programas de reabilitação com base em modelos de finanças inovadoras. Isso inclui investimentos direcionados para agricultura, geração de renda, educação, acesso à água, energia e habitação adequada.

e) Educação nutricional para promover o uso adequado, preservação e valorização por meio do processamento mínimo de alimentos disponíveis localmente, melhorando as dietas alimentares e os indicadores de segurança alimentar e nutricional.

f) Promover cadeias de produção e valor pecuário inteligentes para o clima, orientadas para o mercado e que melhorem a rentabilidade econômica e a contribuição dos sistemas de produção pecuária local para a subsistência de famílias rurais, principalmente em áreas semiáridas de Moçambique. Essas ações visam fortalecer a resiliência das comunidades, melhorar a segurança alimentar e nutricional, e promover o desenvolvimento sustentável nas áreas de intervenção da FDC.

2.5.2 MELHORIA DE ACESSO À ÁGUA POTÁVEL, PRODUTIVA E SANEAMENTO DO MEIO

Para melhorar o acesso à água potável e produtiva, a FDC centrará as suas atenções nas seguintes acções:

- a) Apoiar o desenvolvimento de infra-estruturas de armazenamento de água que alimentem pequenas hortas caseiras e sistemas de irrigação liderados por produtores. Isso incentiva a produção agrícola local e a segurança alimentar.
- b) Promover a conversão de fontes manuais de água e sistemas de bombeamento movidos a combustíveis fósseis para sistemas solares de abastecimento de água. Esses sistemas devem ser dimensionados para atenderem às necessidades efectivas de água per capita na comunidade, mesmo fora do horário de sol, garantindo serviços de água confiáveis e sustentáveis.
- c) Promover infra-estruturas hídricas ecológicas que resistam ao impacto de eventos como inundações, secas, ciclones e tempestades. Isso pode incluir a construção de lagoas artificiais, bacias de infiltração, barragens subterrâneas e sistemas de captação e armazenamento de água.
- d) Promover práticas de gestão integrada dos recursos hídricos (IWRM) para uma gestão holística e sustentável dos recursos hídricos. Isso inclui práticas de conservação e uso sustentável da água, envolvimento da comunidade na gestão integrada da terra e da água, implementação de intervenções locais para melhorar a captação e a retenção da água, além de programas de recarga do lençol freático, para garantir um acesso maior e mais equitativo aos recursos hídricos.
- e) Apoiar o dimensionamento e estabelecimento de sistemas de abastecimento de água solares multifuncionais, melhorando o acesso à água potável para uso doméstico e para fins produtivos, como agricultura, a nível comunitário.
- f) Integrar a GRRD e melhoria de resiliência nas agendas de monitoramento e avaliação dos programas de acesso à água, garantindo que atendam às necessidades das comunidades em relação à água e sejam resilientes às mudanças climáticas.
- g) Melhorar o acesso à água potável de qualidade no semiárido, através da mobilização de recursos para investimento, e criação de condições para o uso de tecnologias de dessalinização, como a osmose reversa a nível comunitário ou dessalinização solar a nível doméstico. Isso pode ajudar a enfrentar os desafios de escassez de água em regiões áridas.

2.5.3 ABRIGO – HABITAÇÃO CONDIGNA E QUINTAIS PRODUTIVOS

As prioridades de intervenção para a área de melhoria de acesso ao abrigo - habitação ecológica condigna e climaticamente inteligente - são:

- a) Promover construções ecológicas e resilientes ao clima centradas no uso racional e eficiente de materiais de construção locais. Isso inclui a construção de infra-estruturas duráveis, capazes de resistir a eventos climáticos extremos, ao mesmo tempo que permite às famílias captar águas pluviais para uso produtivo, especialmente em áreas propensas à seca ou com uma rede de distribuição de água inadequada.
- b) Fazer advocacia junto do Governo central, instituições financeiras e sector privado, para criar linhas de financiamento dedicadas à criação de infra-estruturas resilientes ao clima a nível de famílias. Isso pode incluir o incentivo à construção de habitações ecológicas, que facilitem a captação de águas pluviais pelo telhado (com uma área mínima de captação de 105 m²), cisternas de passeio e de enxurrada para colecta e armazenamento de água, barragens subterrâneas e reservatórios comunitários alinhados com as necessidades e prioridades locais de uso da água.
- c) Integrar indicadores de prontidão, adaptação e resiliência climática nos processos de avaliação da qualidade de habitação, padrões de vida e danos pós-

desastre, visando garantir que se trabalhe em direcção à criação de padrões habitacionais mínimos nacionais adequados às demandas climáticas.

- d) Promover o estabelecimento e institucionalização de quintais produtivos capazes, que sejam climaticamente e nutricionalmente inteligentes. Isso possibilita aos agregados familiares ter acesso a uma área de terra disponível para criar um microssistema integrado de produção capaz de suprir as suas

necessidades alimentares, em termos de grãos, vegetais e frutas frescas, além de proteína animal, por meio da criação pecuária alimentada por espécies forrageiras de múltiplos propósitos. O abastecimento de água para todas essas actividades no quintal é garantido pela água captada tanto pelo telhado como por cisternas de passeio, com uma área mínima de cerca de 200 m² necessária para captar um volume mínimo de 60.000 L no semiárido, considerando uma precipitação média anual de 300-350 mm de água.

Essas acções visam melhorar a resiliência das comunidades em relação à habitação e proporcionar condições para a produção local de alimentos e recursos sustentáveis, em sintonia com as mudanças climáticas.

2.5.4 SAÚDE PÚBLICA

Para fortalecer a integração da GRRD e melhoria da resiliência climática na saúde pública, a FDC propõe as seguintes acções:

- a) Estabelecer e operacionalizar protocolos de melhoria e monitoramento contínuo dos níveis de prontidão e resposta a emergências de saúde pública. Isso inclui o desenvolvimento de planos que abrangem todas as fases - antes, durante e após um evento - nos programas de saúde da FDC.
- b) Garantir a participação da FDC no grupo técnico nacional de prontidão para emergências de saúde pública, com base no mecanismo de coordenação da GRRD.
- c) Assegurar a participação activa da FDC no cluster de saúde do mecanismo de resposta humanitária das Nações Unidas. Isso permitirá que a experiência da FDC na implementação de protocolos de emergência sanitária em resposta a desastres seja melhorada e expandida.
- d) Formar e equipar comités de prontidão e resposta a emergências de saúde capazes de implementar e monitorar planos de mitigação de surtos de emergência de saúde pública associados a eventos climáticos extremos e cíclicos, de forma multianual.
- e) Capacitar e equipar comités comunitários de saúde e co-gestão com capacidade técnica e operativa para apoiar acções de intervenção antecipatória, avaliar continuamente a prontidão, capacidade de resposta e melhoria da resiliência comunitária a emergências de saúde pública, como doenças transmitidas por vectores associadas a eventos climáticos extremos ou cíclicos.
- f) Prover kits de primeiros socorros aos comités comunitários de saúde, para responder a emergências de saúde pública.
- g) Estabelecer sistemas comunitários de alerta, aviso prévio e prontidão para emergências de saúde pública, bem como outros riscos de saúde relacionados. Isso pode ser feito por meio da implementação de protocolos e sistemas de referência, contra-referência e busca activa coordenados pelas unidades sanitárias.
- h) Apoiar o desenvolvimento de planos de prontidão e resposta a emergências de saúde pública para as unidades de saúde periféricas que prestam serviços de cuidados primários nos distritos onde a FDC actua.

2.5.5 EDUCAÇÃO FORMAL (T-VET) E INFORMAL (FUNCIONAL)

Para fortalecer a integração da GRRD e melhoria de resiliência climática na educação formal e informal, a FDC levará a cabo as seguintes acções:

a) Transformar as escolas em centros de capacitação comunitária de múltiplos propósitos, capazes de operar como locais para educação de crianças em idade escolar e, ao mesmo tempo, funcionar como local para educação de adultos, local de demonstração, treinamento e transferência de boas práticas de GRRD, assim como de melhoria de resiliência climática, através do envolvimento activo dos conselhos de escola, pais, professores e alunos como defensores e promotores activos de boas práticas de gestão climática.

b) Desenvolver protocolos de GRRD e melhoria de resiliência climática para estabelecimentos de ensino, incluindo a criação de planos que envolvam simulações rotineiras, para testar a prontidão e capacidade de cumprimento dos protocolos de evacuação, além de estabelecer espaços seguros para proteger alunos e professores durante eventos climáticos adversos.

c) Treinar professores e gestores escolares em matérias relacionadas a GRRD e construção de

resiliência, incluindo prestação de primeiros socorros aos estudantes em casos de emergência.

d) Desenvolver materiais de treinamento e comunicação para a consciencialização e incorporação de práticas de GRRD e melhoria de resiliência climática. Esses materiais podem ser incluídos nas actividades extra-curriculares e de desenvolvimento de habilidades para a vida, seguindo os conteúdos locais autorizados.

e) Desenvolver protocolos de monitoramento contínuo, para avaliar os níveis de prontidão, capacidade de resposta, recuperação pós-choque e melhoria do índice de resiliência das escolas. Esses protocolos permitirão que os gestores escolares, conselhos de escola e pais possam avaliar e melhorar o funcionamento das escolas, antes, durante e após eventos climáticos cíclicos e extremos característicos de cada região.



Desenvolvimento Organizacional

1. Reforço da capacidade interna da FDC - a criação de uma unidade para coordenar e supervisionar o processo de integração de questões de resiliência climática e GRRD-ERH nos programas da FDC bem como identificar, testar, sistematizar e disseminar tecnologias relevantes a causa de promoção de um desenvolvimento compatível ao clima em Moçambique.
2. Constituir um painel multidisciplinar de 7-10 especialistas externos a FDC, ex., academia e pesquisa, OSC, Governo, Sector Privado, Banca, parceiros de desenvolvimento internacionais, que aconselham a FDC em matéria de melhoria da resiliência climática e GRRD.
3. Identificar e negociar Mde com instituições de mérito em matéria de GRRD-ERH, gestão climática e melhoria de resiliência climática a nível nacional, regional e internacional, capazes de apoiar o processo de melhoria da capacidade instalada da FDC e parceiros para desenhar, implementar e avaliar o impacto de agendas e programas de desenvolvimento compatíveis ao clima
4. Criar e institucionalizar a nível da FDC e parceiros locais, protocolos operacionais que orientam as acções da organização no período que antecede, durante e pós-evento.
5. Criar um Fundo institucional para apoio a gestão e melhoria de resiliência climática.

Advocacia e Gestão de Conhecimento

1. Advocacia direcionada para familiarização com o quadro legal da GRRD e necessidade de criação de padrões mínimos vida capazes de estimular a materialização das metas de construção de resiliência e redução da vulnerabilidade climática sistémica a diferentes níveis - institucional, comunitário, e agregados familiar residentes nas principais zonas de risco.
2. Promover processos de planificação e tomada de decisão inclusivos em matéria de GRRD e construção de resiliência climática - assegurar que os planos de redução e gestão do risco de desastres sejam desenvolvidos e monitorados através de um processo participativo que tenham as comunidades como actores chave do processo de melhoria de resiliência.
3. Estimular a participação activa da comunidade no processo de desenho, implementação e monitoria do progresso dos planos multianuais de melhoria de resiliência climática.
4. Advocar para um maior envolvimento do sector privado e financeiro local no financiamento de acções integradas nos planos locais de melhoria de resiliência climática.
5. Assegurar a participação da FDC no grupo técnico nacional de prontidão para emergências de saúde pública a luz do mecanismo de coordenação da GRRD

1 Agricultura Climaticamente Inteligente

- 1) Fortalecimento da capacidade local para desenho, implementação e gestão de sistemas de produção climática e nutricionalmente inteligentes, orientados para o mercado e capazes de garantir um suprimento contínuo de alimentos diversificados, renda e bem-estar social das famílias rurais antes, durante e após-choques climáticos;
- 2) Promover o estabelecimento de sistemas semente de base comunitária e capazes de garantir a multiplicação, preservação, suprimento contínuo e atempado de sementes diversificada e adaptada aos principais estresses - bióticos e abióticos relevantes para cada contexto de intervenção.
- 3) Promover uma maior diversificação e integração nos sistemas de produção local orientados ao mercado através da promoção de cooperativismo e oportunidades para produção em grupos através da participação em cadeias de produção, valor e suprimento curtas - farm2fork.
- 4) Promover cadeias de produção e valor pecuárias orientadas para o mercado e capazes de melhorar a rentabilidade económica e contribuição dos sistemas de produção local para a estratégia de subsistência das famílias rurais principalmente ao longo da cintura pecuária das zonas semiáridas de Moçambique

4 Habitação Condigna e quintais Produtivos

- 1) Promover construções ecológicas através da promoção do uso eficaz de materiais de construção localmente disponíveis para edificação de habitação multifuncional e capaz de resistir aos choques climáticos cíclicos, enquanto ajuda as famílias a captar águas pluviais para uso no quintal produtivo.
- 2) Advocar junto do governo central, banca e sector privado para o estabelecimento de linhas de financiamento dedicadas a garantir a criação de infraestruturas para redução da vulnerabilidade climática no meio rural: e.g., habitação ecológica e com área suficiente para recolha de águas pluviais (area de captação mínima - 105 m2), cisternas de passeio e de enxurrada para colecta e armazenamento de água, barragens subterrâneas, seguro climático.
- 3) Promover o estabelecimento e institucionalização de quintais climática e nutricionalmente inteligente, nos quais os agregados familiares podem implantar micro sistemas de produção integrada capaz de satisfazer as necessidades familiares em grão, garantir acesso a micronutrientes essenciais - vegetais e frutas frescas, acesso a proteína animal através da produção pecuária alimentada por espécies forrageiras de múltiplos propósitos implantados na propriedade.

2 Constituição de Sistemas Alimentares Resilientes ao Clima

- 1) Fortalecer a capacidade local para desenho, implementação e monitoria de agendas de nutrição resilientes ao clima - produção, preservação, distribuição, consumo e gestão de stock a nível local.
- 2) Educação nutricional para melhorar uso adequado, preservação e adição de valor por via do processamento mínimo de alimentos localmente disponíveis de modo a melhorar dietas alimentares e os indicadores de SAN.
- 3) Promover sistemas alimentares locais resilientes ao clima e construídos em torno de cadeias de produção, valor e suprimento curtas - farm2fork, concebidas para satisfazer primariamente as necessidades alimentares locais principalmente em proteína animal.
- 4) Conduzir campanhas e negociar parcerias para encorajar consumo adequado de alimentos.
- 5) Desenvolver guias alimentares e programas de
- 6) monitoria de adequabilidade de dietas

5 Saúde Pública - Desenho de Protocolos de Prontidão e Emergência

- 1) Assegurar a participação activa da FDC no Cluster de "Saúde" do mecanismo de resposta humanitária.
- 2) Formar e equipar comités de prontidão e resposta a emergências de saúde capazes de garantir a implementação e monitoria planos multianuais de mitigação de eclosão de emergências de saúde pública associadas a eventos climáticos extremos e cíclicos.
- 3) Equipar os comités comunitários de saúde (CCS) e de Co- gestão (CCGS), de capacidade técnica e operativa para apoiar acções de intervenção antecipatória e continuamente avaliar o nível de prontidão, resposta e melhoria de resiliência comunitária a emergências de saúde pública
- 4) Estabelecer sistemas comunitários de alerta, aviso prévio e prontidão para emergências de saúde pública
- 5) Apoiar o desenvolvimento de planos de prontidão e resposta a emergências de saúde publica para as unidades de saúde periféricas que prestam serviços de cuidados primários nos distritos intervencionados pela FDC.

7 Finanças Inovativas: Empoderamento e Melhoria de estabilidade Financeira

- 1) Educação e inclusão financeira;
- 2) Negociar um maior engajamento do sector privado;
- 3) Estabelecer e incubar de negócios baseados na comunidade e orientação para PMEs emergentes e capazes de estimular a criação de novas oportunidades de geração de renda;
- 4) Advocar junto do Sector privado e financeiro para operacionalização de esquemas e pacotes de apoio a resiliência climática, e.g., de seguro climático e créditos direcionados para investimento na agricultura, SAN, educação, acesso a água, energias renováveis e habitação condigna

3 Acesso a Água Potável e Produtiva

- 1) Criar capacidade local para melhorar a gestão integrada dos recursos hídricos (IWRM) .
- 2) Promover infraestruturas hídricas que possam resistir ao impacto de eventos extremos - inundações, secas, ciclones e tempestades sem parar de fornecer água às comunidades afectadas.
- 3) Apoiar o desenvolvimento de infraestruturas de captação e armazenamento de água que ajudem a alimentar pequenas hortas caseiras e pequenos sistemas de regadio liderados por produtores.
- 4) Apoiar processos de melhoria de dimensionamento e estabelecimento de SAA's solares multifuncionais com capacidade de bombeamento fora de hora através da introdução sistemas de conservação de energia.
- 5) Melhorar o acesso à água potável de qualidade no semiárido através do apoio e mobilização de recursos para dessalinização solar e por osmose reversa.

6 Sistemas Educacionais Resilientes ao Clima

- 1) Equipar as escolas de capacidade para se tornarem centros de demonstração, treinamento e transferência de boas práticas de GRRD e melhoria de resiliência climática através de um envolvimento activo dos membros dos conselhos de escola, pais, professores e alunos como defensores e promotores activos de boas práticas de gestão climática.
- 2) Treinar professores, gestores das escolas em matérias de GRRD e construção de resiliência
- 3) Desenvolver materiais de formação e SBCC para uso na familiarização e incorporação de práticas de GRRD e melhoria de resiliência climática localmente viáveis como parte dos conteúdos locais autorizados para inclusão nas actividades extracurriculares e de desenvolvimento de habilidades para a vida;
- 4) Desenhar protocolos de monitoria contínua dos níveis de prontidão, capacidade de resposta, recuperação pós-choque e melhoria do índice de resiliência das escolas.

Figura 12: Áreas-chave para intervenção



CAPÍTULO III

ABORDAGEM DE IMPLEMENTAÇÃO



3.1 PRINCIPAIS DOCUMENTOS DE SUPORTE

A implementação da estratégia 2024-2034 para integrar a melhoria da resiliência climática e a gestão do risco de desastres nas intervenções de desenvolvimento comunitário da Fundação será feita em estreito alinhamento com o Plano Estratégico 2015-2025 da FDC. O Plano Estratégico destaca o desejo de a FDC se tornar um actor-chave nos esforços de Moçambique para domesticação do Acordo de Paris, das directivas do Marco de Sendai e dos esforços de alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2, 3, 4, 5 e 6 em contexto de mudanças climáticas até 2030, especialmente ao nível comunitário, onde o papel da FDC em reduzir as desigualdades sociais (ODS 11) e ajudar a eliminar a pobreza (ODS 1) é fundamental. No entanto, ajustes serão feitos no Plano Estratégico em andamento, principalmente em relação às acções previstas nos pilares 1, 2 e 3, a fim de abrir caminho para a socialização da presente estratégia e do documento estratégico da Fundação para 2025-2035.

Este documento faz parte de um processo de reestruturação interna da FDC, com vista a tornar as intervenções de apoio ao desenvolvimento comunitário promovidas pela FDC compatíveis com o clima. Além do Plano Estratégico da FDC 2015-2025, a implementação desta estratégia também se baseará no Plano Director de Redução do Risco de Desastres 2017-2030 (PDRRD) do INGD e na legislação sectorial. Os Planos Quinquenais do Governo (PQG) para 2020-2024 e 2025-2029, as agendas de desenvolvimento, Planos Económicos e Sociais de nível nacional, provincial e distrital (PES, PESOP, PESOD) e os planos de contingência local com um horizonte anual também serão documentos de suporte críticos para orientar a concepção, implementação e monitoramento da efectividade e progresso alcançado pelas agendas e programas de desenvolvimento local compatíveis com o clima promovidos com apoio da FDC. Essas acções serão profundamente enraizadas em planos multianuais de melhoria da prontidão, adaptação, capacidade de resposta e resiliência climática a longo prazo das comunidades intervencionadas.

3.2 COBERTURA GEOGRÁFICA:

LOCAIS DE CO-CRIAÇÃO E VALIDAÇÃO DE MODELOS

The implementation of this strategy will initially be restricted to a number of priority districts, selected for the co-creation, testing and validation of scalable intervention models for improving climate resilience and DRM. These models aim to add value to the Government of Mozambique's efforts to reduce the long-term climate vulnerability of communities in risk zones prone to significant climate shocks. Districts were selected based on levels of climate exposure and risk, as well as exposure to conflict, in the southern, central and northern provinces of Mozambique respectively. The districts were selected based on levels of exposure and climate risk, as well as exposure to conflict, in the provinces of southern, central and northern Mozambique, respectively. A total of 16 priority districts were selected, 6 of which will act as the main sites for

the design and testing of operational protocols, while the other 10 will be areas for expansion and validation of national pre-dissemination (table 3). The priority districts are located in the provinces of Cabo Delgado and Nampula, in the north; Manica, Zambézia, Tete and Sofala, in the centre; and Gaza, in the south. In the south and centre, FDC will focus its operations on areas at risk of disasters such as drought, cyclones and floods. In the north, attention will be paid to the main resettlement destinations for internally displaced people from the conflict in Cabo Delgado. However, FDC's strategy will pay special attention to arid and drought-prone zones, due to the history of limited funding for these areas.

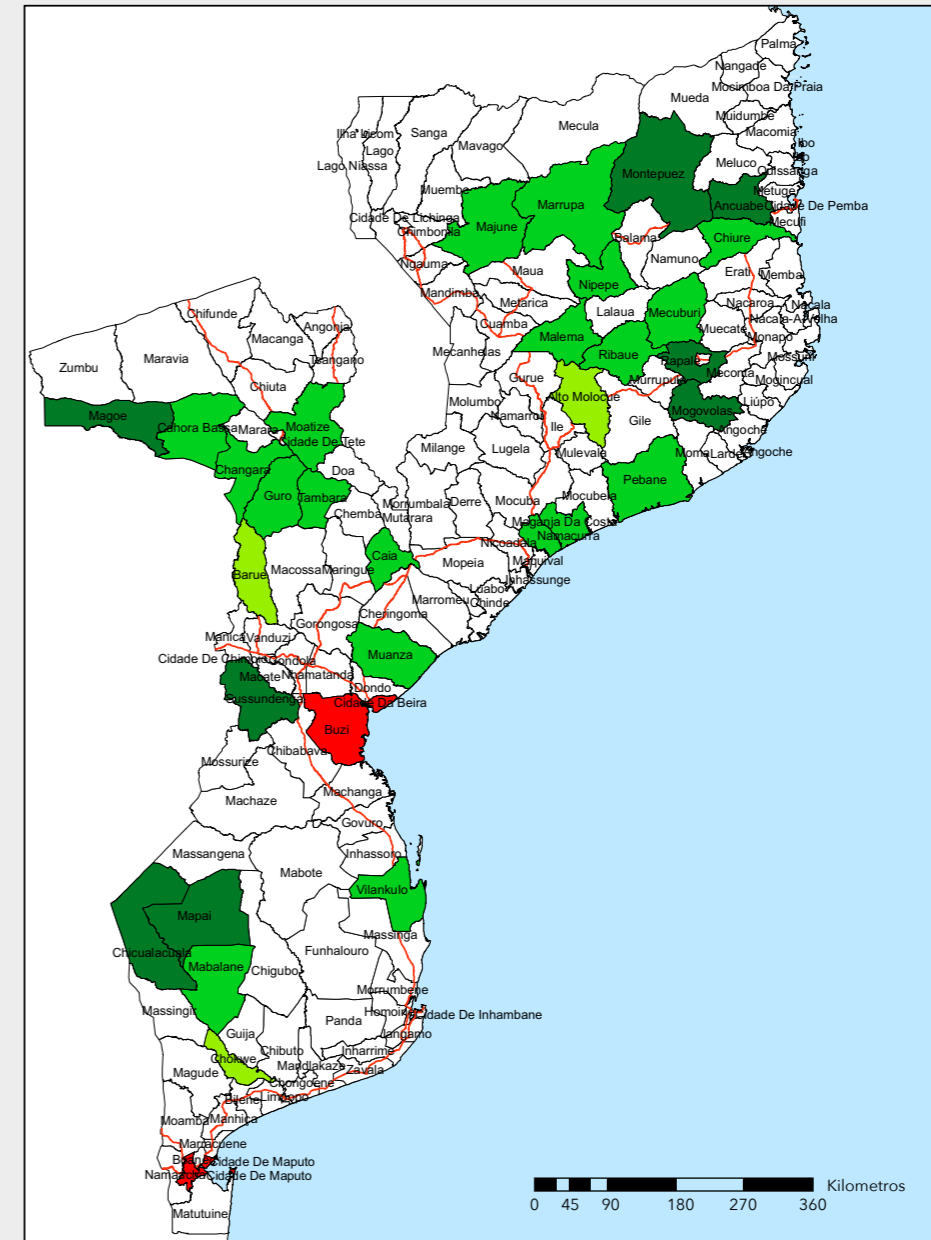


Tabela 3: Locais de teste prioritários seleccionados para operacionalização pela FDC da sua estratégia de reforço da resiliência climática e de integração da gestão e redução do risco de desastres

Critério de selecção	Província	Distritos-chave	Risco	Presença da FDC (Programas globais)
Desastres Naturais - Ciclones Tropicais, Cheias e Secas	Gaza	Chókwè ¹⁴	Inundações	VIVA+
		Mapai	Inundações e secas	VIVA +, FASER - Acesso Sustentável a Energias Renováveis
		Chicualacuala	Inundações e secas	
		Massangena	Seca e ventos fortes	
	Inhambane	Vilanculos	Ciclones	CFPV
	Manica	Sussundenga-Dombe	Inundações	VIVA +, Malária; FASER - Acesso Sustentável a Energias Renováveis; UNFPA-Spotlight; Mulher & Paz
		Tambara	Inundações e secas	
	Sofala	Beira	Inundações e ciclones	VIVA+
		Búzi	Inundações e ciclones	VIVA+
	Zambézia	Maganja da Costa	Inundações e ciclones	VIVA+
Namacurra		Inundações e ciclones	VIVA+	
I-SAN, Gestão de Conflitos - Mulher, Paz e Justiça Social	Cabo Delgado	Montepuez	Conflito - deslocados internos	VIVA+, Malária; FASER - Acesso Sustentável a Energias Renováveis, FUNUAP-VGB e BMGF - Assistência Humanitária Excepto Chiúre, Mulher & Paz
		Ancuabe	Conflito - deslocados internos	
		Chiúre	Conflito - deslocados internos	
	Nampula	Rapale	Conflito - deslocados internos, seca	VIVA+, FASER - Acesso Sustentável a Energias Renováveis, UNFPA - Programa Global, Rapariga Biz
		Mogovolas	Seca e vento	

¹⁴Chókwè e Sussundenga são distritos de intercâmbio com um elevado potencial produtivo. Serão pólos estratégicos para o estabelecimento de centros de multiplicação de sementes, vinhas de batata-doce de polpa alaranjada, assim como cultivo de frutas de interesse, visando abastecer as zonas de risco. Essa iniciativa contribuirá para fortalecer a resiliência climática dessas áreas. Na Zambézia, Maganja da Costa é uma região de grande importância, onde a FDC já teve uma presença activa através do Projecto de Resposta pós-Idai. Esse projecto, financiado pelo BMGF, teve como objectivo principal auxiliar na recuperação e reconstrução das comunidades afectadas pelo ciclone Idai. A presença anterior da FDC neste distrito permite que a organização aproveite o conhecimento e a experiência adquirida para continuar a trabalhar no fortalecimento da resiliência climática e da gestão de riscos nessa área específica.

Distritos Chave para Integração da Resiliência Climática e Gestão e Redução do Risco de Desastres - Fase I



Legenda

- RRD Nacional - Prontidão, Preparação, Adaptação, Mitigação e Resiliência
- Fase Piloto - Nacional
- Produção de Sementes - Nacional
- Fase Piloto - Nacional
- Estradas Principais
- Estradas Principais

Figura 13: Distritos para implementação piloto da estratégia

3.3 PAPÉIS ESTRATÉGICOS DA FUNDAÇÃO

De facto, a FDC desempenha diversos papéis estratégicos que são fundamentais na sua actuação, para a melhoria do bem-estar social e dos padrões de vida dos grupos vulneráveis. Esses papéis são: i) defensor de causas - a FDC actua como defensora de causas sociais, tanto a nível nacional, contribuindo para a elaboração de políticas, como a nível comunitário, promovendo advocacia e criando ambientes propícios para o diálogo e o desenvolvimento local inclusivo, centrado nas pessoas; ii) criador de capacidades - a FDC desenvolve programas e acções para formar e dotar as organizações da sociedade civil (OSC), organizações comunitárias de base (OCB) e autoridades governamentais de competências necessárias para conceber, implementar e monitorar programas de desenvolvimento local; iii) mobilizador de fundos - a FDC trabalha na mobilização de recursos financeiros, para apoiar as suas programações e projectos, buscando parcerias e

estabelecendo acordos inteligentes de cooperação com instituições do Estado, OSC, sector privado e instituições de conhecimento; iv) implementador de boas práticas - a FDC promove e implementa modelos baseados em evidências, para melhorar o desempenho dos sistemas, buscando constantemente aprimorar as suas práticas e compartilhar conhecimento com outras instituições. Esses modelos são desenvolvidos em parceria com diferentes actores, visando atender às necessidades das comunidades e dos agregados familiares beneficiários das intervenções promovidas pela Fundação.

Com esses papéis estratégicos, a FDC procura actuar de forma assertiva e eficaz na promoção do desenvolvimento comunitário, sempre com base em parcerias sólidas e na busca de soluções inovadoras e sustentáveis.



Figura 14: Papéis estratégicos da FDC à luz da implementação da Estratégia de Integração de Resiliência Climática e GRRD no desenho e implementação de intervenções de desenvolvimento comunitário

As prioridades de capacitação e fortalecimento das instituições e comunidades locais, mobilização de recursos e negociação de parcerias público-privadas inteligentes são essenciais para a integração da Gestão e Redução do Risco de Desastres e resiliência climática nas agendas de desenvolvimento local, pelos seguintes motivos:

a) **Reforçar a prontidão:** melhora a capacidade de as comunidades e instituições se prepararem para desastres e reduzem o seu impacto nos meios de vida dos agregados familiares. Isso envolve o desenvolvimento, bem como a implementação de planos e protocolos de resposta a desastres, incluindo sistemas de aviso prévio, resposta emergencial e planos de evacuação.

b) **Promover a criação de resiliência climática:** mobilização e direcção de recursos para apoiar iniciativas de GRRD e melhoria da resiliência climática. Isso inclui recursos financeiros para apoiar no desenvolvimento de infra-estruturas e actividades de resposta a desastres, bem como a criação de capacidade técnica e desenvolvimento de recursos humanos. Com acesso a recursos técnicos e financeiros, as comunidades

e instituições locais podem reforçar a sua capacidade de mobilização comunitária para implementar acções de melhoria de resiliência e prontidão para desastres, reduzindo o seu impacto no bem-estar e nos meios de vida da comunidade.

c) **Colaboração e coordenação:** é importante estabelecer parcerias com o Governo e outras organizações, para fortalecer o mecanismo de coordenação local, minimizar a duplicação de esforços e sobreposições, melhorar a efectividade das intervenções de GRRD e a resiliência climática a nível comunitário. Ao estabelecer parcerias, as comunidades e instituições podem beneficiar da experiência e recursos disponíveis, promovendo uma actuação mais eficiente e sinérgica.



3.3 SUSTENTABILIDADE

Garantir a sustentabilidade da estratégia para a integração da GRRD e melhoria de resiliência climática nas intervenções de desenvolvimento comunitário requer uma abordagem integrada e de longo prazo, capaz de resolver as causas primárias da vulnerabilidade climática no meio rural moçambicano como ponto de partida para a melhoria da resiliência climática a longo prazo. Para tornar este processo de integração e institucionalização de protocolos e práticas sustentável a longo prazo, a FDC adoptará as seguintes práticas:

- a) Estimular a apropriação pela comunidade: Garantir que a comunidade esteja envolvida e se aproprie da concepção e implementação da estratégia. Isso inclui a participação no processo de tomada de decisões, disponibilização de treinamento e recursos para implementação, bem como para o monitoramento contínuo e participativo do impacto das intervenções acordadas na comunidade.
- b) Institucionalização: Integrar a GRRD e melhoria da resiliência na cultura e protocolos operacionais da organização. Isso envolve a criação de políticas e directrizes que reflectam os objectivos da estratégia, treinamento contínuo dos funcionários e estabelecimento de sistemas para monitorar e avaliar a eficácia da estratégia.
- c) Parcerias: Estabelecer parcerias públicas e privadas inteligentes, para compartilhar recursos, agendas e conhecimentos, garantindo que as acções propostas estejam alinhadas com os planos e políticas de desenvolvimento sectorial e nacional.
- d) Mobilização de recursos: Elaborar uma estratégia de mobilização de recursos, com vista a garantir que os recursos financeiros e humanos necessários estejam disponíveis para implementar a estratégia. Isso pode incluir a diversificação das fontes de financiamento, a busca de contribuições em espécie e o estabelecimento de parcerias com doadores e outras organizações.
- e) Gestão do conhecimento: Assegurar que o conhecimento e a aprendizagem resultantes do processo de implementação sejam documentados, sistematizados e divulgados, para garantir a melhoria contínua e a eficácia das intervenções. Isso inclui a documentação dos sucessos e principais desafios, a divulgação das lições aprendidas, o treinamento e o fortalecimento das capacidades do pessoal interno e dos parceiros de intervenção.





CAPÍTULO IV

ABORDAGEM DE IMPLEMENTAÇÃO

4.1 PROCEDIMENTOS DE MEAL

As actividades-chave para a monitoria, avaliação e aprendizagem (MEAL) na estratégia para a integração da GRRD e melhoria de resiliência climática nos programas e intervenções de apoio ao desenvolvimento comunitário financiados pela FDC poderão incluir:

- a) **Desenvolvimento de um plano de monitoria e avaliação mais abrangente:** Além de identificar indicadores para medir o progresso, o plano deve incluir actividades específicas para colectar dados relevantes, definir responsabilidades claras para cada componente do MEAL e estabelecer um cronograma realista para avaliações e monitoramento.
- b) **Avaliações de base e finais aprofundadas:** Realizar análises detalhadas do ponto de partida e dos impactos finais, utilizando uma ampla gama de métodos de colecta de dados, incluindo pesquisas, entrevistas e observações directas.
- c) **Monitoria contínua das actividades:** Implementar mecanismos eficazes para acompanhar regularmente o progresso na implementação da estratégia, vinculando os dados colectados aos indicadores estabelecidos, assim como identificando possíveis obstáculos e necessidades de apoio.
- d) **Maior a ênfase na partilha e aprendizagem:** Garantir que as informações e lições aprendidas sejam compartilhadas de maneira sistemática e colaborativa com todas as partes interessadas, incluindo membros da comunidade, parceiros governamentais e outras organizações, através de reuniões, relatórios e outras formas de comunicação eficazes.
- e) **Abordagem de melhoria contínua:** Usar informações e os dados colectados por meio da MEAL para identificar áreas em que a estratégia possa ser aprimorada, fazendo ajustes conforme o necessário e aproveitando as lições aprendidas para as intervenções futuras.

Essas melhorias ajudarão a fortalecer o processo de monitoria, avaliação e aprendizagem na implementação da estratégia da FDC, promovendo uma abordagem mais completa, sistemática e orientada por dados, para garantir o sucesso da integração da GRRD e melhoria da resiliência climática nos programas de desenvolvimento comunitário.

4.2 APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO

A aprendizagem e inovação são essenciais no contexto do reforço da resiliência climática, GRRD-ERH, porque podem ajudar a compreender o contexto, identificar os principais nós de estrangulamento operacionais, ajudar a desenvolver e testar formas inovadoras e eficazes de melhorar a prontidão, capacidade de resposta, recuperação e melhoria de resiliência a longo prazo. A investigação formativa e aplicada, a criação de plataformas de inovação baseadas na comunidade, para facilitar a aprendizagem através de comunidades de práticas (CoP) e associações de aprendizagem e prática (LPA), responsáveis por envolver de forma activa todos os intervenientes chave para trabalharem conjuntamente para o desenho, testagem, avaliação e selecção de tecnologias e abordagens de intervenção para a gestão efectiva do risco de desastres e criação de resiliência climática, constituirão o cerne dos programas de inovação e gestão de conhecimento, à luz da implementação da presente estratégia. Para implementar as plataformas de inovação e aprendizagem, a Fundação trabalhará em estreita colaboração com as instituições locais de conhecimento, para:

- a) Realizar uma avaliação das necessidades de formação e lacunas de conhecimento existentes a nível comunitário que minam os esforços de participação na implementação de medidas de GRRD capazes de minimizar a vulnerabilidade climática a longo prazo. Para tal, consultas comunitárias, oficinas de planificação conjunta e outras ferramentas que permitam aferir as lacunas operacionais existentes serão usadas.
- b) Identificar, testar e promover tecnologias e modelos de intervenção para a melhoria de resiliência climática capazes de ajudar a reduzir a vulnerabilidade climática a nível comunitário.
- c) Avaliar a eficácia das intervenções e fazer os ajustes necessários para melhorar o seu impacto.
- d) Disseminar os resultados: partilhar os resultados de pesquisa e das intervenções com a comunidade e interveniente chave - Governo e parceiros de desenvolvimento, para promover a adopção destas práticas nas intervenções de GRRD e melhoria de resiliência climática.
- e) Fomentar uma cultura de inovação dentro da organização e a nível dos mecanismos de coordenação da GRRD, de modo a melhorar o leque de tecnologias e abordagens prontas para uso e capazes de melhorar o desempenho das acções de melhoria de resiliência climática.





CAPÍTULO V

**ORÇAMENTO
PREVISIONAL
E FONTES DE
FINANCIAMENTO**





A implementação deste Plano Estratégico está avaliada em USD 16,8 milhões, distribuídos em parcelas anuais de aproximadamente USD 1,7, 1,4 e 1,1 milhões, no primeiro, segundo e terceiro triénios, respectivamente. O recrutamento e formação do pessoal da Unidade de Gestão e Resiliência Climática e Unidade de Emergência e Gestão do Risco de Desastres da FDC consumirão cerca de 25% do orçamento total. O valor remanescente será distribuído pelas restantes rubricas, nomeadamente, geração e gestão de conhecimento – pesquisa adaptativa, formativa e inovação, fortalecimento da capacidade institucional e das instituições locais, investimentos de capital e intervenções sectoriais específicas para a co-criação, testagem, validação e disseminação de modelos viáveis e escaláveis para a melhoria da resiliência climática nos distritos prioritários designados pela Fundação e pelo país.

Partindo do princípio de que esta estratégia de construção de resiliência climática da FDC tem como objectivo principal ajudar a reposicionar a Fundação como um parceiro-chave na implementação de programas de desenvolvimento compatíveis com o clima em Moçambique, o financiamento primário para a sua implementação virá de fundos próprios da Fundação. Para o efeito, será criado um fundo interno de melhoria de resiliência climática e de GRRD-ERH na FDC, de onde virá a maior parte do financiamento para implementação da estratégia. Estes fundos serão

utilizados, principalmente, para apoiar intervenções multianuais de melhoria da resiliência climática, primariamente, nos distritos prioritários e de expansão definidos pela FDC. No entanto, isto não impede a Fundação de incluir outros distritos ou que os demais parceiros se apropriem e expandam as tecnologias e modelos de intervenção testados e validados ajustáveis à realidade contextual do seu interesse.

Fundos complementares para a implementação das actividades e programas de melhoria da resiliência climática descritos na presente estratégia serão, também, obtidos através de um esforço coordenado para a mobilização de recursos junto dos parceiros de desenvolvimento da Fundação. Estes fundos serão utilizados para apoiar intervenções específicas, no âmbito do apoio à melhoria da capacidade local para o desenho, implementação e monitoria contínua dos planos multianuais de melhoria de resiliência climática concebidos e acordados pela FDC e parceiros. Contudo, nesta fase inicial, prioridade será dada ao reforço da capacidade técnica da Fundação, através do recrutamento e formação de um núcleo robusto de recursos humanos capazes de ajudar a operacionalizar a agenda de melhoria da resiliência climática e GRRD nas agendas de desenvolvimento local, bem como tornar a melhoria da resiliência climática parte da rotina local, do fortalecimento e diversificação de meios de vida, com vista a reduzir a vulnerabilidade climática a nível local.

Tabela 4: Projecção orçamental para implementação da estratégia de integração de acções de melhoria de resiliência climática e GRRD nos programas e intervenções de apoio ao desenvolvimento comunitário promovidos pela FDC

RUBRICAS ORÇAMENTAIS	2024 - 2027	2028 - 2031	2032 - 2034	TOTAL
Custos com Pessoal	985,239.00	1,133,024.85	1,302,978.58	3,421,242.43
Gestão de Conhecimento - pesquisa formativa, estudos e consultoria	500,000.00	265,000.00	245,000.00	1,010,000.00
Capacitação Institucional - interna	400,000.00	400,000.00	120,000.00	920,000.00
Capacidade das Instituições locais: Governo - INGD, OSC-OCB e comunidade	800,000.00	800,000.00	600,000.00	2,200,000.00
Outros Custos Indirectos (associados à intervenção)	3,200,000.00	1,800,000.00	1,600,000.00	6,600,000.00
Capital de Equipamento	800,000.00	800,000.00	500,000.00	2,100,000.00
MEAL	200,000.00	200,000.00	200,000.00	600,000.00
Orçamento Total para o Período	6,885,239.00	5,398,024.85	4,567,978.58	16,851,242.43
Orçamento Anual Médio	1,721,309.75	1,349,506.21	1,141,994.64	

REFERÊNCIAS

1. Abbie Clare, Rebecca Graber, Lindsey Jones, Declan Conway, 2017. Subjective Measures of Climate Resilience: what is the added value for policy and programming? *Global Environmental Change*, Volume 46, 17-22.
<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2017.07.001>.
2. Conselho de Ministros (2017), Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2017-2030 aprovado pelo Conselho de Ministros em Outubro de 2017.
3. Decreto n.º 27/2022 de 6 de Junho – Regulamento de Operacionalização da Plataforma Integrada de Disseminação e Comunicação de Informação de Aviso Prévio de Cheias e Ciclones.
4. Disaster Recovery Framework – DRF (PREPOC), 2019 – PREPOC.
5. Erwin Knippenberg, Nathaniel Jensen, Mark Conostas, 2019. Quantifying Household Resilience with High Frequency Data: temporal dynamics and methodological options. *World Development*, Volume 121, 1-15.
<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.04.010>.
6. Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (2014), Plano Estratégico da FDC 2015-2024, aprovado pela Sessão do Conselho de Administração da FDC.
7. Lei n.º. 15/2014 de 20 de Junho de 2014 – Quadro Legal para Gestão de Desastres em Moçambique.
8. Lei n.º. 10/2020 de 24 de Agosto de 2020 – Quadro Legal para Gestão e Redução do Risco de Desastres.
9. MICOA, 2012. Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas 2013-2025. Maputo. Moçambique.
10. Plano Director para Gestão e Redução do Risco de Desastres 2017-2030 (PDRRD): alinha toda a GRRD em Moçambique com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030).
11. Resolução n.º. 42/2021 de 8 de Setembro de 2020, Política de Gestão de Pessoas Deslocadas Internamente.
12. Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015 – 2030, United Nations Office for Disaster Risk reduction, Geneva – Switzerland.
13. Stefan Hochrainer-Stigler, Finn Laurien, Stefan Velev, Adriana Keating, Reinhard Mechler, 2020, Standardized Disaster and Climate Resilience Grading: a global scale empirical analysis of community flood resilience. *Journal of Environmental Management*, Volume 276, 111332 <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2020.111332>.
14. Summers, J. K., L. M. Smith, L. C. Harwell, and K. D. Buck (2017), Conceptualizing Holistic Community Resilience to Climate events: foundation for a climate resilience screening index, *GeoHealth*, 1, 151-164, doi:10.1002/2016GH000047.
15. World Health Organization, 2015. Operational Framework for Building Climate Resilient Health Systems. Geneva: WHO - ISBN 9789241565073.